

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – PPGFIL
NÍVEL MESTRADO

ANDERSON BOGÉA DA SILVA

**FREGE E O ANTIPSICOLOGISMO:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL DA DISPUTA ENTRE
ENTIDADES ABSTRATAS E IMAGENS MENTAIS**

JOÃO PESSOA – PB

2009

ANDERSON BOGÉA DA SILVA

**FREGE E O ANTIPSICOLOGISMO:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL DA DISPUTA ENTRE
ENTIDADES ABSTRATAS E IMAGENS MENTAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc

Co-orientador: Prof. Dr. André Joffily Abath

JOÃO PESSOA – PB

2009

S586f Silva, Anderson Bogéa da.

Frege e o antipsicologismo: uma abordagem histórico-conceitual da disputa entre entidades abstratas e imagens mentais/ Anderson Bogéa da Silva. – João Pessoa: [s.n], 2009. 104f.

Orientador: André Leclerc

Co-Orientador: André Joffily Abath.

Dissertação (Mestrado) – UFPb - CCHLA

1.Filosofia (Objetividade). 2. Psicologismo. 3. Antipsicologismo Fregeano.

UFPb/BC

CDU: 1(043)

ANDERSON BOGÉA DA SILVA

FREGE E O ANTIPSICOLOGISMO:

**UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL DA DISPUTA ENTRE
ENTIDADES ABSTRATAS E IMAGENS MENTAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Filosofia, pelo programa de Pós-
Graduação em Filosofia da Universidade Federal
da Paraíba - UFPB.

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc

Co-orientador: Prof. Dr. André Joffily Abath

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Joffily Abath – Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. André Leclerc – Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Fernando Raul de Assis Neto – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

À minha adorável futura pequenina.

Ao leal amigo Jeanilson Gomes de Jesus

AGRADECIMENTOS

Às entidades que são alvo de minhas preces e devoção;

À minha amada e carinhosa mãe, pelos cuidados, e acima de tudo, por orientar meus olhos de maneira tão doce para as coisas do mundo;

À minha preciosa companheira Carina Rosa, por toda dedicação e amor direcionados a mim, desde o primeiro lance de olhos na primavera de 2008;

À Dona Celina Honorina de Macedo Bogéa, minha avó, outrora gaivota, e que hoje voa por um universo tão misterioso da mente humana;

A toda minha família, meus irmãos e irmãs, meus tios e tias; à minha entusiasmada sobrinha Natália Siqueira; à Leonice Araújo pelo extremo carinho; e, fundamentalmente, ao imenso apoio de meu irmão Carlos André, sem o qual não seria sequer imaginável esta empreitada;

A todos os verdadeiros amigos que longe se encontram, não somente em minha terra natal, mas espalhados por todos os cantos possíveis;

Aos queridos e sinceros amigos que fiz neste percurso, ora turbulento ora majestoso, em especial: a Marco & Rossana, Tedson & Raquel, Neila, Adriana, Fernanda, Thaiane, Carol, Fábio, Rubens, Pedro, Rodolfo, Assis, Hugo, e tantos outros amigos;

Ao professor e amigo Márcio Kleos, por seus conselhos, suas aulas, e, acima de tudo, pela inequívoca sinceridade;

Ao professor e orientador André Leclerc, pela orientação, incentivo e apoio; ao professor André Abath, pelo entusiasmo acadêmico necessário; ao professor Giovanni Queiroz, pelas conversas tranquilizadoras e pela zelosa atenção;

À professora Mariluze F. de Andrade e Silva pela atenciosa e gentil ajuda ao me fornecer algumas das obras utilizadas para a elaboração desta dissertação;

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos disponibilizada, condição *sine qua non* para a realização deste trabalho;

Aos cães, gatos, e peixes, companheiros meus, que tenho em mais alta estima.

“(…)

*Por ser estreita a senda - eu não declino,
Nem por pesada a mão que o mundo espalma;
Eu sou dono e senhor de meu destino;
Eu sou o comandante de minha alma”.*

(William E. Henley)

RESUMO

Esta investigação teve como principal motivação entender de que maneira se fez pertinente a crítica de Gottlob Frege ao psicologismo do século XIX, assim como garimpar as reais bases teóricas deste. Aponta-se quais os mais relevantes ataques antipsicologistas de Frege, e se concentra, mais especificamente, nas críticas ao empirismo/psicologismo de J. S. Mill. Esta dissertação analisa ainda os argumentos que corroboram para a crítica antipsicologista, tendo como um dos problemas a tentativa de redução psicologista da lógica. Para isso, entende-se como fundamental para as críticas de Frege sua própria noção de objetividade, através de seus aspectos semânticos e ontológicos. No decorrer deste trabalho, depara-se com um psicologismo de caráter naturalista, baseado em um emergente cientificismo oitocentista, levando claramente a uma oposição entre, de um lado, um conhecimento amparado em fatos empíricos e, de outro, um saber especulativo filosófico. No fim, reconhece-se a empreitada fregeana contra o psicologismo como uma redenção não somente do “objetivo não-efetivo”, mas do reconhecimento da necessidade de bases especulativas e *a priori* para a própria filosofia.

Palavras-chave: Antipsicologismo fregeano. Psicologismo. Objetividade.

ABSTRACT

This research's main motivation is to understand how significant Gottlob Frege's criticism of psychologism was, in the nineteenth century, as well as to determine its real theoretical basis. One points to the most significant Fregean antipsychologist attacks, especially to Frege's criticism of J. Stuart Mill's empiricism/psychologism. This master thesis also analyzes the arguments that support the antipsychologist criticism, having as one of the problems to attempt for psychologist reduction of logic. To this end, one understands as central to the Fregean criticism his notion of objectivity itself, considered under its semantic and ontological aspects. In this work, one will see Frege's point of view confronted with psychologism in naturalistic bases, as it emerges from nineteenth-century scientificism, leading clearly to an opposition between a knowledge based on empirical facts, on the one hand, and a speculative philosophical knowledge, on the other hand. In the end, one recognizes the Fregean undertaking against psychologism as preservation not only of the "objective non-effective", but also as recognition of the need for *a priori* speculation in philosophy itself.

Key-words: Fregean antipsychologism. Psychologism. Objectivity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REALISMO, PENSAMENTO E OBJETIVIDADE.....	16
2.1 A estrutura teórica da distinção <i>Sinn-Bedeutung</i>	16
2.2 Sinais e funções.....	26
2.3 O contexto das frases assertivas.....	34
2.4 Os <i>Gedanken</i> fregeanos e sua ontologia de objetos abstratos.....	39
3 PSICOLOGISMO, ANTIPSICOLOGISMO E OBJETIVIDADE.....	47
3.1 A herança teórica do psicologismo.....	50
3.2 As bases naturalistas do psicologismo no século XIX.....	56
3.2.1 Linguagem e naturalismo em Otto F. Gruppe.....	57
3.2.2 As bases fisiológicas do psicologismo em Heinrich Czolbe.....	62
3.3 Frege e seus interlocutores.....	67
3.3.1 O psicologismo empirista de J. S. Mill.....	70
4 O QUE É O ANTIPSICOLOGISMO, AFINAL?.....	77
4.1. Idéias, imagens, ou representações?.....	78
4.2. As formas do argumento antipsicologista.....	81
4.3. A tarefa psicologista de subordinação da lógica.....	84
5 CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS.....	102

1. INTRODUÇÃO

Como iniciar uma apresentação acerca de um autor muitas vezes colocado à margem dos grandes manuais, e ao mesmo tempo tão relevante para o modo de fazermos filosofia na contemporaneidade, como Gottlob Frege? Qualquer abordagem que tenha como suporte “vida e obra”, talvez, seja mais uma maneira de subestimarmos a relevância deste pensador; no entanto, um ponto em especial na trajetória deste autor nos chama atenção, a saber, o suposto desprezo acadêmico pelo qual passou.

Nesse sentido, E.-H.W. Kluge introduz seu livro dedicado ao pensamento de Frege¹ lançando um questionamento sobre a não popularidade deste autor durante seus anos na Alemanha do século XIX. Kluge, inicialmente, parte do questionamento de como um autor ao qual é atribuída, muitas vezes, a alcunha de pai da filosofia analítica, desfrutou de uma quase completa indiferença por parte de seus contemporâneos.

Na obra acima citada, o autor atribui à própria estrutura acadêmica alemã tal fato, pois pelo menos em alguns países de língua inglesa sua voz era ouvida. O insucesso das idéias fregeanas estaria assentado em uma rígida estrutura hierárquica acadêmica, da qual dependia o sucesso ou insucesso dos futuros membros de tal academia. Utilizando as palavras de Kluge: “O controle, então, exercido não envolve aceitação ou rejeição arbitrária sem levar em conta os méritos acadêmicos ou a natureza erudita do trabalho envolvido. Era mais sutil e ao mesmo tempo mais profundo.”²

Tendo o *ordinarius* como o mais alto grau acadêmico ocupado por um professor na academia alemã, qualquer um que ansiasse pela aceitação de tal comunidade, precisava antes ter a simpatia de um desses indivíduos que carregassem tal titulação. A influência deste cargo era tamanha, que o futuro das idéias de qualquer um passava pelas mãos destes

¹ *The metaphysics of Gottlob Frege*. 1980.

² “The control thus exercised did not involve arbitrary acceptance or rejection irrespective of the academic merits or the scholarly nature of the work involved. It was more subtle and at the same time more profound.” (Kluge, 1980, p. 03, tradução nossa).

indivíduos, tanto a fins de popularização e reconhecimento, quanto de indiferença e deméritos. E, estes últimos, certamente, seriam dispensados àquelas teorias que se apresentassem como contrárias às do *ordinarius*. Se levarmos em conta a natureza inovadora do pensamento fregeano, podemos tirar óbvias conclusões quanto a tal questão.

Por outro lado, podemos entender que Frege, no final das contas, teve reconhecimento apenas dos autores e pensadores que realmente deixaram contribuições substanciais à filosofia e à lógica, e concluir que, pelo grau de elaboração de suas ideias, ele não foi um pensador “das massas”. No que tange às investigações lógicas, a formalização proposta por Frege em sua *Begriffsschrift* é considerada uma das principais contribuições, senão a mais substancial, à lógica pós-aristotélica. Além disso, não somente à lógica se resumem as contribuições fregeanas, pois podemos ainda atribuir a seu pensamento a elaboração de importantes noções para a emergente filosofia da linguagem, sem deixarmos de mencionar sua postura realista (platonista), e, obviamente, seu projeto logicista, os quais tiveram relevância considerável para a filosofia da matemática.

Em momento algum desconsideramos a possibilidade de pesquisas de cunho ontológico ou epistemológico serem desenvolvidas separadamente. Contudo, através de nossa exposição, pretendemos tornar relevante o caráter imbricado destas duas investigações, isto é, o fato de que podem caminhar e avançar mais adequadamente lado a lado. Por exemplo, levemos em consideração o caso da física newtoniana, a qual trabalhava a partir de um estatuto ontológico, supostamente, “determinado”, no entanto com o advento da física einsteiniana todo o desenvolvimento de uma pesquisa epistemológica esbarrou em limitações ontológicas. Tendo isto em vista, poderíamos supor que uma investigação epistemológica em momento algum alcançaria determinada complementação ou saturação sem o auxílio de uma investigação acerca dos elementos que compõem ou estruturam a realidade. Ao falarmos dessa possível saturação entre tais métodos investigativos, entendemos que de alguma maneira deu-se um **alargamento**, ou melhor, houve uma certa expansão teórica da realidade que se tinha, até então, como paradigma.

Entendemos que a filosofia de Gottlob Frege exemplifica muito claramente tal situação. Podemos afirmar que os conceitos que estruturam o pensamento fregeano são criados e apresentados ao longo de toda sua obra. Assim, reconhecemos pelo menos três

abordagens principais na obra de Frege: Sua *Conceitografia*³ e *Os Fundamentos da Aritmética*⁴ são bons exemplos de obras que tratam, principalmente, de questões no âmbito da filosofia da lógica e da matemática. Da mesma forma, não podemos deixar de citar o que seria a aplicação de seu programa de pesquisa logicista em suas *Leis Básicas da Aritmética*⁵; outra preocupação que encontramos em sua obra é o da linguagem, e podemos argumentar que esta recebe uma atenção especial em textos como, *Sobre o sentido e a referência*⁶, *Sobre conceito e objeto*⁷, *Função e conceito*⁸, *O que é uma função?*⁹; no que tange ao tratamento de questões epistemológicas podemos citar seus três artigos reunidos sob o rótulo de *Investigações Lógicas*, e com certa exclusividade mencionar o primeiro destes artigos, *O Pensamento*¹⁰.

Em *Os Fundamentos da Aritmética*, encontramos uma investigação sobre o conceito de número, este sendo considerado enquanto entidade **abstrata** preexistente, e fazendo parte de uma realidade objetiva. Quase dez anos depois, Frege em outro texto, indica uma mudança em sua abordagem da noção de significado. Em *Sobre o conceito e o objeto*, ele afirma que o que denominava **conteúdo judicativo** (*Inhalt*), em 1884, dividiu em duas outras noções, sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*), ou, pensamento (*Gedanke*) e valor de verdade (*Wahrheitswerth*). Percebemos claramente aqui uma espécie de expansão teórica e talvez ontológica no pensamento de Gottlob Frege.

Além disso, parece haver outra distinção importante aqui, desta vez entre os dois últimos momentos, ou seja, entre aquele voltado à investigação da linguagem e aquele direcionado a questões epistemológicas. Intuitivamente, sentido e referência nos parecem como noções de cunho semântico, ao passo que pensamento e valor de verdade ganham um alto teor ontológico, apesar da ontologia existente por trás das noções anteriores. Talvez, esta intuição surja justamente por percebermos no pensamento de Frege, e mais especificamente, em seu antipsicologismo uma dupla frente de batalha, tanto no que tange à noção de **intersubjetividade** quanto à de **preexistência**. Assim, os momentos tornam-se claramente mais demarcados.

³ *Begriffsschrift*, 1879.

⁴ *Die Grundlagen der Arithmetik*, 1884.

⁵ *Die Grundgesetze der Arithmetik*, 1893-1903a.

⁶ *Über Sinn und Bedeutung*, 1892a.

⁷ *Über Begriff und Gegenstand*, 1892b.

⁸ *Funktion und Begriff*, 1891a.

⁹ *Was ist eine Funktion?*, 1904.

¹⁰ *Der Gedanke*, 1918a.

Chegamos, portanto, no ponto a partir do qual estruturaremos toda esta investigação. Assim, pretendemos mostrar que Frege fundamenta seu antipsicologismo não somente através de uma semântica, mas fundamentalmente a partir do resgate de um realismo ontológico de caráter platonista, frente às doutrinas que tomavam idéias (sensações) como fundamento último da realidade. Quanto ao antipsicologismo de Frege, este pode ser, constantemente, encontrado nos três momentos citados anteriormente, e tendo suas primeiras aparições em *Os Fundamentos da Aritmética*. Tal postura antipsicologista ganha força e estrutura no artigo *O Pensamento*, e caracteriza acidamente a crítica fregeana no Prólogo às *Leis Básicas da Aritmética*.

Frege, ao atacar noções e abordagens psicologistas, recorre à noção de **objetividade**. O princípio da objetividade fregeana está fundado no caráter público dos pensamentos ou proposições, suscetíveis à apreensão por vários agentes cognitivos, prezando assim pela comunicabilidade entre os indivíduos, ou seja, a intersubjetividade. No entanto, como pretendemos sugerir antes, além do aspecto intersubjetivo, tal princípio fregeano comporta outra característica, isto é, a da preexistência. Assim, teremos tal tese como fio condutor desta investigação, a fim de entender como funciona, claramente, este antipsicologismo, qual sua real configuração no século XIX, e como se configuram os principais argumentos que o sustentam. Entendemos, portanto, que o antipsicologismo não necessariamente segue de uma ontologia realista ou de uma semântica, que tem como principal argumento a intersubjetividade, mas que estes elementos que caracterizam a objetividade fregeana sustentam teoricamente a posição antipsicologista deste autor.

No primeiro capítulo desta dissertação, temos como objetivo principal a exposição do pensamento fregeano, suas noções fundamentais, e a maneira como ele estrutura semântica e ontologicamente sua tese da objetividade. Apontaremos para alguns possíveis caminhos no âmbito da investigação ontológica, baseando-nos principalmente em seus escritos de caráter mais filosófico. Nesta seção, as principais conclusões a que pretendemos chegar dizem respeito diretamente à presença de aspectos platonistas na filosofia de Frege, e como as teses desta doutrina se encaixam muito bem na caracterização que o próprio autor faz de sua noção de objetividade. Tentaremos demonstrar qual a relevância da abordagem platonista adotada por Frege em suas posições antipsicologistas.

Na segunda parte deste trabalho, visamos apresentar uma caracterização mais ampla do antipsicologismo de Frege, e para isso, adotaremos uma exposição, em grande parte, histórica acerca do que poderíamos entender como psicologismo no cenário alemão do século XIX. Entendemos que somente a partir de uma concisa compreensão do que convencionamos chamar de psicologismo, as críticas antipsicologistas de Frege seriam mais adequadamente analisadas. Nossa abordagem passa por identificar alguns autores daquele século, e algumas correntes que estavam em voga naquele período. Assim, uma corrente nos interessa mais exatamente, a saber, o **naturalismo científico** oitocentista. Depois de percorridos tais caminhos, apresentaremos de maneira pontuada as críticas feitas por Frege em relação a alguns dos autores denominados psicologistas por ele, dispensando uma atenção maior ao empirismo psicologista de John Stuart Mill.

No último capítulo desta dissertação, analisaremos como abordagens empiristas, materialistas e naturalistas recaem em uma espécie de **idealismo**. Como esse suposto “idealismo” apontado por Frege pode ser mais bem compreendido ao concebermo-lo como uma espécie de “representacionismo”, ou melhor, “ideacionismo”. E, caso optemos por este último, notamos como o argumento pelo qual percebemos o psicologismo com raízes já em teorias modernas se mostra bem justificado e amparado.

Retomaremos ainda alguns pontos abordados nas seções antecedentes, tentando organizar as principais conclusões e teses alcançadas em cada um destes momentos. Pontuadamente, tentaremos tornar conciso todo o corpo de nossa dissertação ao avaliar quais as relações entre a objetividade fregeana de caráter platonista e seu antipsicologismo, e veremos como o resgate do objetivo não-efetivo em suas teses serviram como uma engenhosa ferramenta de combate às tendências naturalistas, logo, psicologistas.

Por fim, tentaremos acessar as principais formas que o argumento antipsicologista adquire, de acordo com cada campo em que se apresenta ou a cada “escola filosófica” a que está atrelado. Para isso, utilizaremos a análise desenvolvida por Dale Jacquette¹¹ ao elencar alguns dos principais argumentos contra o psicologismo, buscando inclusive apresentar algumas saídas a tais objeções.

¹¹ Cf. Jacquette, 2003.

2. REALISMO, PENSAMENTO E OBJETIVIDADE

2.1. A estrutura teórica da distinção *Sinn-Bedeutung*

Costumeiramente, ao nos questionarmos de que maneira temos acesso ao mundo, a resposta mais imediata que obtemos é de que tal acesso se dá através da linguagem. É óbvio que utilizamos sinais quando nos expressamos, seja através de escrita, fala, ou gestos. No entanto, nos deparamos com outra questão: a que pretendemos apontar ao utilizar tais sinais, ou, para ser mais claro, que espécie de **coisas** tomamos como a referência de nossa linguagem? Certamente, a um objeto, poderíamos afirmar. Contudo, que espécies de objetos funcionam como alvo de nossa linguagem? Na filosofia de Gottlob Frege, notaremos que essa noção de objeto é mais ampla do que poderíamos supor, ao comportar, por exemplo, tanto objetos concretos, quanto abstratos, como até mesmo circunstâncias em alguns casos.

Tomemos como exemplo a expressão “lua”; assim, para este sinal existe uma **referência** (*Bedeutung*), que é o próprio **objeto** (*Gegenstand*) que mantém sua órbita em volta da Terra e constitui-se enquanto satélite natural desta. Frege considera como referência do sinal o próprio objeto indicado pelo sinal. Temos assim, dois relevantes conceitos para o desenvolvimento da teoria semântica de Frege, ou seja, sinal e referência, os quais serão especificados no decorrer deste texto.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que designamos por seu intermédio; a idéia, que temos neste caso, é totalmente subjetiva; entre eles situa-se o sentido, que, de fato, não é tão subjetivo como a idéia, mas não é ainda o próprio objeto.¹²

¹² “The reference of a proper name is the object itself which we designate by its means; the idea, which we have in that case, is wholly subjective; in between lies the sense, which is indeed no longer subjective like the idea, but is yet not the object itself.” (Frege, 1960, p. 60, tradução nossa).

Neste sentido, temos uma forte intuição que existe algo conectado ao sinal, além do que por ele é designado, e que faz a mediação entre o sinal e a referência. Algo que permite a ligação entre a linguagem representada pelo sinal e o real representado pela referência, ou seja, que medeia tal relação. Notamos, assim, que deve haver alguma coisa que permita o uso comum das palavras por diversos indivíduos, que admita levar um objeto até outrem através da linguagem. Este mediador, do qual falamos, é o modo de apresentação daquilo que é designado pelo sinal do objeto. Tal forma de apresentação é o que Frege denominará de **sentido** (*Sinn*), e é nesta noção que reside a peculiaridade da teoria fregeana como veremos mais a frente.

É natural, agora, pensar que existe conectado a um sinal (nome, combinação de palavras, palavra), além do que o sinal refere, que pode ser chamado de referência do sinal, também o que eu gostaria de chamar o *sentido* do sinal, no qual o modo de apresentação está contido.¹³

Neste momento, podemos perceber uma decomposição do que antes era tradicionalmente tido como significado ligado a um sinal (palavra) em outras duas noções: sentido, aquilo que nos dá acesso à coisa nomeada, e referência¹⁴, a coisa propriamente dita.

Temos, portanto, em mãos, as três principais noções que compõem o que chamaremos de estrutura semântica básica no pensamento fregeano. No decorrer deste capítulo, partiremos deste tripé **sinal-sentido-referência** para contextos mais complexos.

¹³ “It is natural, now, to think of there being connected with a sign (name, combination of words, letter), besides that to which the sign refers, which may be called the reference of the sign, also what I should like to call the *sense* of the sign, wherein the mode of presentation is contained.” (Frege, 1960, p.57, tradução nossa).

¹⁴ Nesta dissertação, foram utilizadas tanto as traduções para o inglês da obra de Frege realizadas por Peter Geach & Max Black (1960), quanto as traduções para o português feitas por Paulo Alcoforado. As citações foram retiradas em sua maioria da versão em inglês (com as devidas traduções), utilizando a versão brasileira para cotejo. Existe alguma variação na tradução das noções fregeanas de *Sinn* e *Bedeutung*. Visando uma uniformidade de vocabulário técnico no decorrer do texto, utilizaremos *Sinn* enquanto **sentido** (*sense*), preservando a tradução da bibliografia utilizada. No entanto, encontramos ainda, em alguns comentadores, o uso do termo “significado” como correspondente a *Sinn* (Kneale & Kneale, 1991). No caso da palavra *Bedeutung*, a variação é bem maior, e o problema surge antes mesmo de partir-se para uma tradução. Pois “[...] o verbo *deuten*, de que *bedeuten* e *Bedeutung* são derivados, pode ser usado para ‘apontar’ pelo menos no sentido metafórico desta palavra e Frege parece ter considerado esta particularidade para justificar o seu emprego técnico da palavra *bedeuten*” (Kneale & Kneale, 1991, p. 500).

Assim, já encontramos dificuldades no trato da palavra em sua língua materna, e precisamos apontar para o fato de que Frege realmente dá um novo uso para o termo *Bedeutung*, distinto de seu contexto usual. Desta forma, como no caso da expressão *Sinn*, adotamos a tradução contida na bibliografia utilizada que é **referência** (*reference*), e não outros termos como *Nominatum* (Carnap *apud* Kneale & Kneale, 1991), ou *denotação* (Church *apud* Kneale & Kneale, 1991), ou ainda, *significado* (Dos Santos, 2001). Mesmo Kneale & Kneale (1991) adotaram o termo referência em seus trabalhos, e justificam-se afirmando que tal tradução não dá lugar a equívocos, mesmo não sendo a melhor.

Contudo, antes seguiremos adiante com a caracterização da noção de sentido e com algumas outras distinções fundamentais.

Ao contrário das impressões que cada um de nós tem ao observar algo no mundo, gerando em nossa consciência sua representação, o sentido se caracteriza como algo intersubjetivo. O sentido de uma palavra não é relegado à subjetividade de cada indivíduo; sustenta uma independência em relação ao indivíduo que o pensa. Ele se mostra objetivo e invariável, independentemente da consciência em que se encontra, e assim sua estrutura não muda a cada nova mente por qual passa. Neste momento, torna-se visível uma marca muito forte na filosofia fregeana, isto é, o realismo, que daremos o devido tratamento no decorrer deste capítulo.

Portanto, o sentido, segundo Frege, sustenta uma série de características e talvez a principal seja o fato de não possuir nenhuma marca mental. É notório no decorrer do pensamento do autor que qualquer traço de mentalismo é colocado de lado. Nesse sentido, temos mais uma caracterização da noção de sentido, a partir de sua distinção com a noção de **idéia** (*Vorstellung*).¹⁵

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da idéia associada. Se a referência de um signo é um objeto perceptível pelos sentidos, a minha idéia disso é uma imagem interna, decorrente das lembranças de impressões sensoriais que tive e dos atos, tanto internos como externos, que eu realizei. Tal idéia é freqüentemente saturada com sensações, a clareza de suas partes separadas é variável e oscilante.¹⁶

O caráter objetivo atribuído acima ao sentido justifica-se por este apresentar a característica de ser comunicável entre os indivíduos, de ser tornado comum entre uma variedade de seres pensantes. A esta categoria, isto é, à objetividade podemos relacionar o fato de existir algo a mais compondo sua natureza, entendida por nós até este momento como

¹⁵ Para *Vorstellung* adotamos o termo **idéia** como tradução mais adequada, utilizada por Paulo Alcoforado (2002) em sua tradução do *Der Gedanke*, apesar da recorrência do termo **representação** em outras traduções como a feita por Claudio Costa (1998) do mesmo texto, ou mesmo em traduções mais antigas de outros textos de Frege feitas pelo próprio Paulo Alcoforado (1978). Levamos em conta toda a tradição de investigação da linguagem com a qual Frege indiretamente dialoga, passando por Hobbes, Descartes e Port-Royal, como Ian Hacking (1999) faz questão de reunir em um capítulo sob o título de *O Apogeu das Idéias*. Outro ponto a levar em consideração na adoção desta tradução é que Peter Geach & Max Black (1960) utilizam como tradução para *Vorstellung* o termo *Idea*. E, por fim, cabe ressaltar que a maioria das recorrências em dicionários adota como alternativa o termo *idéia*.

¹⁶ “The reference and sense of a sign are to be distinguished from the associated idea. If the reference of a sign is an object perceivable by the senses, my idea of it is an internal image, arising from memories of sense impressions which I have had and acts, both internal and external, which I have performed. Such an idea is often saturated with feeling; the clarity of its separate parts varies and oscillates.” (Frege, 1960, p. 59, tradução nossa).

comunicável, e que vem a assumir um posto importante na caracterização do antipsicologismo fregeano. Pretendemos dizer que a noção de objetividade parece conter, além da **intersubjetividade**, também o aspecto da **preexistência**. A teoria do objeto fregeana, obviamente, não tem apenas um aspecto semântico, mas também ontológico¹⁷.

Distingo o objetivo do palpável, espacial e efetivamente real. O eixo da Terra e o centro de massa do sistema solar são objetivos, mas preferiria não chamá-los de efetivamente reais como a própria Terra. Chama-se frequentemente o equador de linha imaginária; mas seria falso chamá-lo de linha imaginada; ele não nasceu do pensamento, não é produto de um processo mental, mas é apenas conhecido, apreendido pelo pensamento.¹⁸

A objetividade ocupa uma posição de destaque na construção da filosofia fregeana. Digamos que ela amarra algumas pontas, relaciona alguns momentos de seu pensamento. Por fim, a teoria da objetividade de Frege, levando em consideração tanto seu caráter semântico quanto o seu aspecto ontológico, parece desempenhar o papel de pano de fundo teórico.

Voltemos nossa atenção à noção de idéia, pois é por oposição a esta categoria que, em grande parte do tempo, Frege apóia sua definição de sentido. Pelo fato das idéias possuírem uma natureza subjetiva, nós não podemos partilhá-las, assim elas se caracterizam enquanto conteúdo de nossa consciência, privadas à consciência de cada ser pensante.

É, de fato, por vezes, possível estabelecer diferenças entre idéias, ou mesmo entre as sensações, de diferentes homens, mas uma comparação exata não é possível, porque não podemos ter ambas as idéias juntas na mesma consciência.¹⁹

Apesar de podermos afirmar que a minha idéia é distinta da de outro indivíduo, em hipótese alguma, tais idéias podem ser comparadas, ou melhor, identificadas uma com a outra. Não há como expressá-las objetivamente através da linguagem, pois é sabido que estão envolvidas em afetos, lembranças e sensações. Portanto, apesar de indivíduos distintos tentarem apontar para a mesma coisa através de suas imagens internas, pela própria essência dessas idéias, nada garantiria que estivessem falando dessa mesma coisa. Como é mostrado

¹⁷ Como veremos no item 1.3, ao tratar da estrutura ontológica da categoria fregeana de *Gedanke*.

¹⁸ Frege, 1974, pp. 229-230.

¹⁹ “It is indeed sometimes possible to establish differences in the ideas, or even in the sensations, of different men; but an exact comparison is not possible, because we cannot have both ideas together in the same consciousness.” (Frege, 1960, p. 60, tradução nossa).

por Frege, o que é denominado por ele enquanto idéia (*Vorstellung*) é assinalado da seguinte maneira:

A idéia é subjetiva: a idéia de um homem não é a de outro. [...] Um pintor, um cavaleiro e um zoólogo, provavelmente associariam diferentes idéias com o nome "Bucéfalo". Isto constitui uma diferença fundamental entre a idéia e o sentido do sinal, que pode ser a propriedade comum de muitos e, portanto, não é uma parte ou um modo da mente individual. Pois, dificilmente alguém pode negar que a humanidade tem uma reserva comum de pensamentos que é transmitida de uma geração para outra.²⁰

Entretanto, apesar de toda a precaução fregeana ao expor as características das idéias, principalmente, quanto a seu aspecto não objetivo, percebemos em determinado momento a sua atenção quanto à existência de alguma espécie de afinidade entre essas idéias que se encontram nas mentes humanas. Segundo o autor, caso tal afinidade não existisse a possibilidade da arte certamente estaria comprometida; apesar de nunca podermos afirmarmos com certeza “[...] quanto das intenções do poeta é realizado.”²¹

Frege reúne sob o termo idéia uma série de elementos que compõem, segundo ele, um mundo de impressões sensoriais, que é composto de sensações, sentimentos, estados de alma, desejos e inclinações.²² A partir disso, ele apresenta algumas características que podemos considerar fundamentais ao definir idéias: primeiramente, ao contrário do que se dá com os elementos sensíveis que compõem a realidade exterior (um cinzeiro, uma árvore, por exemplo), elas não podem ser apreendidas por nossos sentidos; em seguida, considera que as idéias são tidas, não possuem uma realidade independente, não possuem uma preexistência diante de nós seres humanos que desejamos, amamos, e etc.; portanto, idéias são necessariamente tidas por alguém, ou seja, elas precisam de um **portador**, pois não são auto-suficientes como o sentido (*Sinn*), assim a existência das idéias depende, necessariamente, da consciência de um indivíduo; por fim, cada indivíduo tem suas próprias idéias, ou seja, cada uma dessas imagens mentais é única e exclusiva de seu portador, elas não podem ser compartilhadas por mais de um indivíduo.

²⁰ “The idea is subjective: one man’s idea is not that of another. [...] A painter, a horseman, and a zoologist will probably connect different ideas with the name ‘Bucephalus’. This constitutes an essential distinction between the idea and the sign’s sense, which may be the common property of many and therefore is not a part or a mode of the individual mind. For one can hardly deny that mankind has a common store of thoughts which is transmitted from one generation to another.” (Frege, 1960, p. 59, tradução nossa).

²¹ “[...] how far the intentions of the poet are realized.” (Frege, 1960, p. 61, tradução nossa).

²² Frege, 2002, p. 23.

Não se deve esquecer que nunca as representações [idéias] de homens diferentes, por mais parecidas que possam ser, o que, por outro lado, nós não podemos comprovar exatamente, não coincidem em nenhum ponto, e devem ser diferenciadas. Cada um tem as suas representações [idéias], que não são por sua vez as do outro. Naturalmente, entendo aqui “representações” [“idéias”] no sentido psicológico.²³

Após confrontar sentido e idéia, levando em conta principalmente a oposição entre a objetividade característica do sentido e a subjetividade comum às idéias, percebemos a relevância da noção de sentido na estrutura semântica fregeana. Deste modo, afirmamos que a especificidade no modo de apresentação do objeto encontra-se no sentido, o qual faz a mediação entre o sinal do objeto²⁴ e sua referência (objeto). É o sentido que nos permite apontar (alcançar) os objetos através das palavras. O elemento que permite o uso comum por diversos indivíduos dos sinais de objeto, e logo, propicia uma comunicabilidade e conseqüentemente um entendimento entre tais indivíduos, é nomeado por Frege de sentido (*Sinn*), como vimos até agora. A relação entre a linguagem e os sentidos (*Sinnen*), que por ela são “carregados” ou corporificados, apresenta um tal entrelaçamento, a ponto de nos questionarmos se tal objetividade tão característica aos sentidos (*Sinnen*) fregeanos não surgiria justamente no momento em que estes se fazem presentes pela linguagem.

O sentido pode ser expresso de variadas formas, tantas quanto a riqueza instrumental de uma língua natural permitir. É através do sentido presente em cada componente lingüístico que podemos compreender expressões de uma linguagem, mesmo desconhecendo sua referência. E, assim,

[...] a graça da linguagem como meio de comunicação e conhecimento consiste exatamente nesta característica: no que permite transmitir e captar significados sobre coisas que não conhecemos, como a nebulosa de Andrômeda ou o remoto imperador Assurbanipal.²⁵

Ao abordarmos a filosofia de Frege devemos sempre focar o que, talvez, aparece como seu projeto maior, isto é, o logicismo e, conseqüentemente, a construção de sua

²³ Frege, 2005, p. 32, colchete nosso.

²⁴ Viemos utilizando a expressão sinal de maneira genérica até aqui, contudo nesta passagem foi necessário o termo sinal do objeto em virtude da confusão que poderia haver ao citar a referência de um sinal como sendo necessariamente um objeto, pois como veremos adiante, esta pode ser também um **conceito**, no caso do sinal ser um **termo conceitual**. Pretendemos apresentar nesta seção tal distinção que denominaremos aqui dar-se entre **nomes saturados** e **nomes insaturados**, seguindo a linguagem figurada utilizada pelo próprio Frege, com o fim de distinguir mais claramente as naturezas do *Sinn* e do *Bedeutung* (Frege, *On the Foundations the Geometry*, 1971; originalmente publicado em 1903). Neste mesmo sentido, orientamo-nos também pelo uso que T. M. Simpson (1976) faz de tal nomenclatura.

²⁵ Simpson, 1976, p. 120.

principal ferramenta para dar cabo de seu projeto, a *Begriffsschrift* (Conceitografia) ²⁶. Podemos considerar que este foi um dos primeiros sistemas formais de lógica clássica que deixou profundas contribuições para esta disciplina. Em uma língua comum, ou natural, existe uma série de elementos que, para Frege, aparecem como empecilhos para a resolução de questões no âmbito da filosofia e da lógica. Este tipo de raciocínio é próprio daqueles filósofos que compõem uma tradição denominada de filosofia lógico-linguística em oposição aos filósofos da linguagem natural. Cabe ressaltar ainda que, mesmo ao ter como meta a construção de uma linguagem perfeita, Frege não lança as línguas naturais, e os ramos do conhecimento que dela fazem uso, em uma espécie de calabouço do conhecimento; ao contrário disso, deixa claro que tais coisas têm seu lugar muito bem demarcado. A questão aqui é: para os propósitos de Frege sustentar dificuldades peculiares de uma língua natural de nada serviria. Não alongaremos mais esta discussão, contudo cabe salientar que especulações acerca do desenvolvimento de uma linguagem livre de prejuízos cotidianos como contradição ou ambigüidade não surgiram somente no final do século XIX com a obra de Frege. Além do *Calculus Ratiocinator*²⁷, como projeto da filosofia leibniziana, uma espécie de aritmetização do pensamento, Ian Hacking ao citar uma passagem de Francis Bacon mostra como ali já encontramos preocupações em relação aos diferentes sentidos de uma palavra, e às conseqüentes confusões presentes em sua comunicação.

[...] é quase necessário, em todas as controvérsias e debates, imitar a sabedoria dos matemáticos, estabelecendo desde o início as definições de nossas palavras e termos, para que outros possam saber como os aceitamos e entendemos, e decidir se concordam ou não conosco. Pois há de acontecer, na falta disso, que certamente terminaremos onde devíamos ter começado, ou seja – em problemas e discordâncias a respeito de palavras.²⁸

Frege menciona a possibilidade de haver mais de um sentido para determinada referência, assim como temos diversos sinais para designar o planeta Vênus (Estrela D’Alva, Estrela Vésper) e, conseqüentemente, a existência de um sentido diferente correspondente a cada um desses sinais; ou mesmo os casos de sinonímia como os sinais que designam o elemento “água”. Entretanto, em virtude do seu intuito de desenvolver uma linguagem logicamente perfeita e sem os vícios comuns às linguagens naturais, tenta evitar expressões e

²⁶ Frege pretendia utilizar esta linguagem puramente formal a fim de levar adiante seu programa logicista, que consistia, *grosso modo*, em uma tentativa de provar que todas as verdades aritméticas se derivavam de axiomas puramente lógicos.

²⁷ Cf. Silva, 2007, p. 91.

²⁸ Cf. Bacon In Hacking, 1999, p. 15.

sinais que designem mais de uma referência, pois poderíamos cair num dos problemas citados acima, ou seja, a ambigüidade.

Como exemplo do que tentamos indicar acima ao mencionar o caso das ambigüidades temos a palavra “manga”, cujo uso pode ser associado a mais de um sentido e mais de uma referência, seja uma fruta ou a parte dos braços de uma camiseta. Pois, “[...] as línguas naturais, geralmente, não satisfazem esta condição, e devemos nos contentar se a mesma palavra tem o mesmo sentido, no mesmo contexto.”²⁹. Os sinais “água” e “H₂O” apesar de não possuírem o mesmo sentido, possuem a mesma referência. O que diferencia o emprego de cada um desses sinais, ao determinar a mesma referência, será o seu sentido. Se nos voltarmos para as respectivas expressões, em variadas línguas naturais, que designam o elemento “água” (como nas palavras *water* e *eau*), percebemos que ainda pode haver a preservação do mesmo sentido apesar da diversidade de sinais. A estabilidade da referência é uma mera consequência, como podemos ver.

Podemos dar outro exemplo, recorrendo a expressões descritivas, como “o vencedor de Austerlitz” e “o derrotado de Waterloo”. Ambas as expressões referem-se ao “(...) mesmo militar francês que assassinou tantos civis indefesos durante a campanha da Itália”.³⁰ Expressam sentidos distintos, contudo preservam a referência. Assim, como Simpson coloca, é plenamente possível que dois sinais coincidam num dos aspectos do significado e difiram em outro, respectivamente, a referência e o sentido.

A ligação regular entre um sinal, seu sentido e sua referência é de tal natureza que ao sinal corresponde um sentido definido, e que, por sua vez, corresponde a uma referência definida, enquanto que a uma dada referência (um objeto) não compete apenas um único sinal. O mesmo sentido tem diferentes expressões em diferentes línguas, ou até mesmo na mesma língua.³¹

Assim, encontramos algumas das muitas razões para Frege voltar-se para a construção de uma linguagem formal, livre de qualquer prejuízo para a busca da verdade, e adequada para tratar dos problemas filosóficos com uma maior precisão. Numa linguagem

²⁹ “[...] natural languages often do not satisfy this condition, and one must be content if the same word has the same sense in the same context.” (Frege, 1960, p. 58, tradução nossa).

³⁰ Simpson, 1976, p. 120.

³¹ “The regular connexion between a sign, its sense, and its reference is of such a kind that to the sign there corresponds a definite sense and to that in turn a definite reference, while to a given reference (an object) there does not belong only a single sign. The same sense has different expressions in different languages or even in the same language.” (Frege, 1960, p.58, tradução nossa).

perfeita, não poderá haver ambigüidades; portanto, cada sinal terá apenas um único sentido³², e, em consequência, somente uma referência; desta forma, sanando o problema das ambigüidades apresentados acima.

É uma das tarefas da filosofia, diz Frege, romper o domínio da palavra sobre o espírito humano e a sua invenção já conseguiu qualquer coisa nesta direcção [sic] libertando a lógica das relações com a gramática da linguagem quotidiana.³³

No que concerne à distinção entre sentido e referência desenvolvida por Gottlob Frege, há uma pertinente discussão sobre forma e conteúdo. Diante das expressões “a=a” e “a=b”, Frege nos questiona sobre em que nível se dá a distinção entre tais expressões. Ambas as igualdades se dão “[...] entre objetos, ou entre nomes ou sinais de objetos?”.³⁴

Como dissemos, a confusão na qual alguém pode ser envolvido diante dessas expressões pode ser caracterizada como se dando entre a forma e o conteúdo³⁵. Nas matemáticas encontramos exemplos semelhantes, quando se confunde duas coisas distintas, segundo Frege, o número com o numeral. Tomamos as expressões numéricas “3+2”, “15-10” e “5” como exemplos. De que maneira demarcamos a diferença de conteúdo entre as três expressões? Parece que há a tendência de atribuir-se a um sinal (numeral) a mesma natureza da coisa (número) designada por este. Ambos não seriam formas (sinais) de um mesmo conteúdo (referência)? Assim,

[...] uma mera expressão, a forma de um conteúdo, não pode ser o cerne da questão, apenas o conteúdo em si pode ser isso. [...] A diferença de sinal não pode, por si só, ser um motivo suficiente para a diferença da coisa significada. [...] Há, atualmente, uma tendência muito difundida a não reconhecer como um objeto nada que não pode ser percebido através dos sentidos, o que leva a tomar numerais por números, os próprios objetos de nossa discussão [...].³⁶

³² Frege enfrentará severos problemas quanto à análise do que ele denominou de **nomes próprios genuínos**, estes entendidos como o que, gramaticalmente, denominamos nomes próprios, pois nesses casos deparamo-nos com uma verdadeira coleção de sentidos que estruturarão o sentido do nome. O autor usa o célebre exemplo do nome Aristóteles no decorrer de seu artigo *Über Sinn und Bedeutung* (1892a). Não entraremos no cerne desta questão durante este capítulo considerando os objetivos desta investigação e da sequência de capítulos que constituem tal dissertação.

³³ Kneale & Kneale, 1991, p. 442.

³⁴ “[...] between objects, or between names or signs of objects?” (Frege, 1960, p. 56, tradução nossa).

³⁵ Frege relaciona, de fato, a noção de sinal à de forma, e a noção de referência à de conteúdo, em seu texto *Função e Conceito* (1960, pp. 21-22), publicado em 1891. Apesar de parecer-nos óbvio que o termo conteúdo refere-se à noção fregeana de sentido, devemos ter em mente a não distinção que Frege faz, por exemplo, em *Os Fundamentos da Aritmética* de 1884, ao usar a noção de **conteúdo judicativo**. Este talvez seja um caminho viável para entender tal descompasso teórico.

³⁶ “[...] a mere expression, the form for a content, cannot be the heart of the matter; only the content itself can be that. [...] Difference of sign cannot by itself be a sufficient ground for difference of the thing signified. [...] There

Na relação de igualdade existente na expressão “ $a = b$ ”, notamos que Frege concebe tal identidade como sendo entre sinais, e não entre os próprios objetos. A partir disso, podemos nos indagar acerca do que marca a diferença entre expressões de igualdade, como “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ”, ou melhor, em que está assentada a possibilidade de concordarmos com uma delas e discordarmos da outra. Antes, ainda, poderíamos perguntar se, de fato, há uma diferença entre tais expressões.

Segundo Frege, há uma distinção, e esta reside entre os valores cognitivos existentes em tais sentenças. Enquanto em “ $a = a$ ” apreendemos algum conhecimento a priori, este nem sempre é conservado na sentença “ $a = b$ ” devido às extensões cognitivas presentes nessa expressão. Como exemplo, podemos citar os sinais “Estrela Vésper” e “Estrela D’Alva”³⁷, em que na igualdade “Estrela D’Alva = Estrela D’Alva” não temos nenhuma informação adicional a dar, ou seja, esse conhecimento nos parece trivial, mas por outro lado, na sentença “Estrela D’Alva = Estrela Vésper” há de fato um conteúdo cognitivo mais amplo, e a aplicação de extensões de nosso conhecimento trivial, no caso uma descoberta empírica por parte da ciência astronômica.

A distinção entre sentido e referência desenvolvida por Frege, como já mencionamos, acaba por explicar o fato da referência de diferentes expressões permanecer inalterada enquanto seus sentidos são completamente distintos; e, por conseguinte, a situação em que um indivíduo assina a uma frase como “A Estrela D’Alva é bela”, e discorde de uma como “A Estrela Vésper é bela”. Desta maneira, preservando nossa racionalidade e não nos envolvendo em qualquer contradição, afirmamos que somente “[...] reconhecendo que nomes com o mesmo significado [referência] podem ter diferentes sentidos, é possível compreender como um enunciado de identidade pode ser verdadeiro e informativo ao mesmo tempo.”³⁸

A diferença quanto ao sentido entre dois nomes que significam o mesmo objeto é uma diferença quanto aos critérios para reconhecer este objeto como o significado

is at present a very widespread tendency not to recognize as an object anything that cannot be perceived by means of senses; this leads here to numerals being taken to be numbers, the proper objects of our discussion [...].” (Frege, 1960, p. 22, tradução nossa). O que Frege tem em mente, quanto a esta tão difundida tendência em não reconhecer como objeto nada que escape aos sentidos, se tornará mais evidente no próximo capítulo, ao apresentarmos o panorama do psicologismo no século XIX.

³⁷ Nomes atribuídos ao planeta Vênus, respectivamente, o primeiro planeta a ser observado a noite, e o último a desaparecer pela manhã. Em outros contextos denominados de **estrela da tarde** e **estrela da manhã**.

³⁸ “[...] reconociendo que nombres con el mismo significado [referencia] pueden tener diferentes sentidos, es posible comprender que un enunciado de identidad pueda ser verdadero e informativo a la vez.” (Dummett, 1990, p. 175, tradução nossa; colchete nosso).

[referência]. [...] Podemos apresentar definições diferentes, ainda que equivalentes. Mesmo quando estas assinalam o mesmo significado [referência], conferem um sentido diferente, justamente porque são diferentes. A diferença de sentido consiste nas diferentes maneiras nas quais se indica o significado [referência].³⁹

Para chegar a tal conclusão referente à natureza desse tipo de relação (identidade), Frege afirma que se a igualdade entre “a” e “b” ocorresse entre objetos e não entre sinais designadores de objetos, e se de fato acontece de “a = b” ser verdadeiro, pareceria que entre esta expressão e “a = a” não há distinção alguma. Porém, de acordo com a tese do autor, existe de fato uma diferença entre as duas relações já citadas, e sabemos que se dá entre sinais de objetos. “Mas esta relação seria assegurada entre os nomes ou sinais somente na medida em que estes nomeiem ou designem algo.”⁴⁰ Assim, o que nos permite falar de um conteúdo cognitivo ou informativo na sentença “a = b” é a diferença que há entre o sentido de “a” e de “b”. E, para concluir nosso raciocínio, residindo tal distinção no nível do sentido, notamos que tais relações de identidade não se dão entre objetos (referências), mas na verdade entre sinais de objeto, pois caso contrário não conseguiríamos notar qualquer diferença, considerando que as referências de “a = b” e “a = a” coincidiriam.

2.2 Sinais e funções

Falamos de sinais ou nomes de forma genérica até o momento, sem nos determos nas peculiaridades que envolvem tais noções. No entanto, quando utilizamos o termo “sinal”, podemos ser mais específicos, isto é, tratar de um tipo particular de sinal, aqueles que são concebidos como “[...] qualquer designação que represente um nome próprio, que, deste

³⁹ “La diferencia en cuanto al sentido entre dos nombres que significan el mismo objeto es una diferencia en cuanto a los criterios para reconocer ese objeto como el significado [referencia]. [...] Podemos dar definiciones diferentes, aunque equivalentes; aun cuando éstas asignen el mismo significado [referencia], confieren distinto sentido, justo porque *son* diferentes. La diferencia de sentido consiste en las diferentes maneras en las cuales se asigna el significado [referencia].” (Dummett, 1990, p. 177, tradução nossa; colchete nosso; grifo do autor).

⁴⁰ “But this relation would hold between the names or signs only in so far as they named or designated something.” (Frege, 1960, p. 56, tradução nossa).

modo, tem como sua referência um objeto definido (esta palavra tomada em sua extensão mais ampla)”.⁴¹ Encontramos nos escritos de Frege uma categoria bem específica quando se refere aos sinais que contêm sentido e que através deste referem-se a um objeto; ou mesmo, sinais que, apesar de visarem a designação de um objeto, não o conseguem, mesmo expressando um sentido. Ele chama esta espécie de sinal de **nome próprio** (*Eigennamen*), os quais sustentam um significado distinto do que usualmente e gramaticalmente denominamos nomes próprios nas línguas naturais.

Um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) *expressa* seu sentido e, *significa* ou *designa* sua referência. Por intermédio de um sinal nós expressamos seu sentido e designamos sua referência.⁴²

Ao utilizar tal categoria, estamos falando não somente de termos singulares, ou melhor, nomes ou combinações de palavras, mas também o que ele chama de nomes próprios genuínos, frases assertivas e descrições definidas.⁴³

No pensamento de Frege, encontramos as descrições definidas tendo um papel semelhante ao de sinais mais simples, como “Lua” e “2”. Por descrições definidas entendemos expressões do tipo: “o planeta vermelho”, “a capital brasileira do *reggae*”, “o autor de *A História Sem Fim*”. Assim, tais descrições podem seguramente compartilhar do mesmo status de outros sinais como os antes mencionados, no que diz respeito à maneira que elas denotam suas referências, no caso Marte, São Luís e Michael Ende. Assim, tanto as descrições definidas como os termos singulares seriam apenas diferentes formas, sintaticamente falando, de designar suas respectivas referências.⁴⁴

Diferentemente dos símbolos simples como “Joana”, que podem ser assinalados arbitrariamente, as descrições possuem “uma estrutura que expressa certa análise do modo como denotam [referem] ou pretendem denotar [referir]”. Assim, “O autor do *Quixote*” denota [refere] um conhecido escritor e o faz “do modo particular expresso

⁴¹ “[...] any designation representing a proper name, which thus has its reference a definite object (this word taken in the widest range).” (Frege, 1960, p. 57, tradução nossa).

⁴² “A proper name (word, sign, sign combination, expression) *expresses* its sense, *stands for* or *designates* its reference. By means of a sign we express its sense and designate its reference.” (Frege, 1960, p. 61, tradução nossa; grifo do autor).

⁴³ “Por *nome próprio* Frege entende *tanto* os nomes ordinários [termos singulares], *quanto* as descrições definidas (afirmando que um nome é qualquer expressão que se refere a um objeto definido, embora, de fato, considere a possibilidade de nomes, como ‘Odiseu’, que não denotam um objeto real)” (Haack, 2002, p. 98, colchete nosso; grifo do autor). Este é o caso dos nomes não-denotativos.

⁴⁴ Para um tratamento mais detalhado das descrições definidas ver, por exemplo, o artigo de Bertrand Russell, *On Denoting* [Sobre a denotação] (1908), e o capítulo referente a tal questão em seu livro *Introduction to Mathematical Philosophy* [Introdução à filosofia da matemática] (1918).

pela estrutura lingüística”, a saber, como tendo escrito o *Quixote*; e “3+5” denota certo número, o 8, como sendo a soma de 5 e 3.⁴⁵

Diante da definição acima mencionada urge desenvolvermos uma distinção fundamental neste momento. Esclareceremos a distinção entre expressões que nomeiam objetos, ou seja, aquelas expressões denominadas nomes próprios, e aqueles sinais que indicam não um objeto, mas o que Frege denominou de **conceito** (*Begriff*)⁴⁶. Para isto, levamos em consideração a distinção fregeana entre suas categorias de conceito e de objeto⁴⁷, e a noção de **função** comum às matemáticas, e que retoma para desenvolver sua noção de **função sentencial**.⁴⁸

De um lado, temos nomes próprios que têm como referência um objeto, e a fim de ilustrar mais adequadamente o que Frege intenta quando fala sobre objetos, digamos, que para apresentar algum fio condutor diante desta noção tão ampla que é a de objeto, recorremos a Michael Dummett quando vem a tratar de nomes próprios:

Um objeto, como já foi dito, é o correlato objetivo de um nome próprio: é aquilo por cuja menção usamos um nome próprio. Não é possível nenhuma outra caracterização geral de um objeto, exceto através da noção lingüística de nome próprio. [...] Portanto, os objetos, os quais o que os nomes próprios representam, podem ser dos mais variados tipos – seres humanos, corpos celestes, pontos no espaço, provas de um teorema e direções, por exemplo.⁴⁹

Por outro lado, existem os **termos conceituais** (*Begriffsworten*) que designam conceitos, sendo estes de natureza predicativa. Queremos dizer que por essência funcionam como referência de um predicado gramatical, diferentemente de um nome próprio, o qual não pode exercer tal função, pois não necessita de qualquer complementação. Um nome próprio por si só possui um sentido, algo que não ocorre com o termo conceitual, ou predicado.

Tomando ‘sujeito’ e ‘predicado’ no sentido lingüístico, em poucas palavras, podemos afirmar que: Um conceito é a referência de um predicado; um objeto é algo

⁴⁵ Simpson, 1976, p. 120, colchete nosso; grifo do autor.

⁴⁶ Geach & Black, em uma nota, esclarecem que no alemão o termo para objeto é *Gegenstand*, e para objetivo é *objektiv*. Com isso pretendemos indicar que, para Frege, não há uma correspondência etimológica entre os dois termos; assim torna-se claro como um conceito que difere essencialmente de um objeto pode ainda assim manter uma natureza objetiva, no sentido que estamos tratando neste texto ao falarmos de objetividade.

⁴⁷ Cf. *Über Begriff und Gegenstand* (1892b).

⁴⁸ Cf. *Funktion und Begriff* (1891a) e *Was ist eine Funktion?* (1904).

⁴⁹ “Un objeto es, como se ha dicho, el correlato objetivo de un nombre propio: es aquello para cuya mención usamos un nombre propio. No es posible ninguna otra caracterización general de un objeto, salvo por medio de la noción lingüística de nombre propio. [...] Por tanto, los objetos, que son lo que representan los nombres propios, pueden ser de los más variados tipos – seres humanos, cuerpos celestes, puntos en el espacio, pruebas de un teorema y direcciones, por ejemplo.” (Dummett, 1990, p. 167, tradução nossa).

que nunca pode ser a referência total de um predicado, mas pode ser a referência de um sujeito.⁵⁰

Para esclarecer a natureza do conceito, em nota, Frege assim coloca: “O que denomino aqui de natureza predicativa do conceito é somente um caso especial da necessidade de complementação, a ‘insaturação’ [...]”.⁵¹ O autor chega à conclusão de que é inevitável a necessidade de um conceito da complementação de um objeto, que um termo conceitual careça de um nome próprio para se tornar significativo, para adquirir um sentido, e conseqüentemente, designar um determinado conteúdo cognitivo. Assim, “[...] nem todas as partes de um pensamento podem ser completas; ao menos uma deve ser ‘insaturada’, ou predicativa, caso contrário, elas não se encaixariam.”⁵²

O quebra-cabeça é um excelente exemplo para notar como se dá o que chamamos aqui de concatenação das partes que compõem um pensamento, pois devido à insaturação de suas peças o quebra-cabeça só consegue apresentar uma imagem completa (saturada) a partir do encadeamento destas, e conseqüentemente da saturação/complementação de seus espaços côncavos e convexos. A diferença aqui parece residir no fato de que todas as peças do quebra-cabeça contém a natureza insaturada característica de um conceito. Assim, da união de um **nome saturado** e de um **nome insaturado**⁵³ adquirimos uma frase dotada de um pensamento completo, e dotada de referência⁵⁴.

Da mesma maneira que os objetos, geralmente, só podem se caracterizar como os correlatos objetivos dos nomes próprios, desse mesmo modo um conceito só pode ser explicado aplicado àquilo a que corresponde, neste caso, aos predicados. [...]. Como os predicados e os nomes próprios desempenham papéis lingüísticos

⁵⁰ “We may say in brief, taking 'subject' and 'predicate' in the linguistic sense: A concept is the reference of a predicate; an object is something that can never be the whole reference of a predicate, but can be the reference of a subject.” (Frege, 1960, pp. 47-48, tradução nossa).

⁵¹ “What I call here the predicative nature of the concept is just a special case of the need of supplementation, the 'unsaturatedness' [...]” (Frege, 1960, p. 47, tradução nossa).

⁵² “[...] not all the parts of a thought can be complete; at least one must be 'unsaturated', or predicative; otherwise they would not hold together.” (Frege, 1960, p. 54, tradução nossa).

⁵³ Cf. Frege, 1971, p. 33.

⁵⁴ Pelo menos na maioria dos casos, pois, como é sabido, Frege chega a mencionar situações em que nos depararemos com frases sem uma referência, seja por indeterminação ou por inexistência mesmo. Contudo, “(...) ele considera os termos singulares não-denotativos uma imperfeição das línguas naturais que não deveria ser admitida em uma linguagem logicamente perfeita e, assim, recomenda que, na lógica formal, todos os termos singulares tenham denotação garantida, se necessário, fornecendo artificialmente um objeto – ele sugere o número 0 – como seu referente.” (Haack, 2002, p. 105).

totalmente diferentes, as entidades a que eles correspondem devem ser igualmente distintas.⁵⁵

A fim de elucidar a distinção feita por Frege entre objeto e conceito, e, em consequência, entre nome próprio e termo conceitual, podemos usar o mesmo recurso utilizado em sua análise, atribuindo dois usos distintos ao termo “é”. Primeiramente, um dos usos para a palavra “é” exprime uma identidade. O termo “é” funciona como um sinal aritmético de igualdade, segundo Frege, e nesses casos temos uma relação entre dois nomes próprios, sendo que tal relação só é possível entre dois sinais de objeto. E, como exemplo, podemos citar: “O autor de *A História Sem Fim* é Michael Ende” ou “A Estrela Vespertina é Vênus”.

O termo “é” ainda pode assumir a função de cópula em expressões do tipo: “o céu é azul” ou “Vênus é um planeta”. Aqui temos a relação entre um nome próprio, indicando um objeto, e um termo conceitual, que se refere a um conceito. Notemos que, no primeiro exemplo, o sinal de objeto é indicado pelo artigo definido, assim como, na segunda expressão, o termo conceitual é indicado pelo artigo indefinido. Ao exercer esta função, a palavra “é”, em vez de funcionar como cópula, faz parte do predicado gramatical, e, logo, dos termos conceituais “ser azul” e “ser planeta”, funciona, então, como **sinal verbal da predicação**.

Diante deste caso de cópula algo interessante se dá entre um objeto e um conceito. “Nós estamos afirmando, aqui, que algo cai sob um conceito, e o predicado gramatical denota tal conceito”.⁵⁶ Outra forma de compreender o cair de um objeto sob um conceito, é pensar este como que perpassando determinados grupos de objetos. Como se determinados objetos estivessem contidos em um conjunto, e o conceito desempenhasse o papel deste conjunto; assim, os objetos estariam sob a sombra de determinados conceitos, como “Terra” está sob “ser planeta”, “ser astro”, “ser ecossistema”, etc., ou ainda, como se uma coleção de objetos se adequasse, por exemplo, ao conceito “ser planeta”. Como dissemos, o conceito funcionaria como a referência de algum predicado gramatical, ou se preferirmos, de termos conceituais, assim como os objetos são a referência de nomes próprios.

⁵⁵ “De la misma manera que los objetos en general sólo pueden caracterizarse como los correlatos objetivos de los nombres propios, así “concepto” sólo puede explicarse aplicado a aquello que corresponde, en realidad, a los predicados [...]. Como los predicados y los nombres propios desempeñan papeles lingüísticos totalmente diferentes, las entidades que les corresponden deben ser igualmente distintas.” (Dummett, 1990, p. 171, tradução nossa).

⁵⁶ “We are here saying that something falls under a concept, and the grammatical predicate stands for this concept”. (Frege, 1960, p. 44, tradução nossa).

A incompletude de um predicado não reside tão somente no fato de que se deve concebê-lo como construído de modo direto, a partir de suas partes constitutivas, mas como formado a partir de orações que tenham sido construídas desse modo, separando uma de suas expressões. De maneira mais específica, reside no fato de que não é, em geral, uma parte separada da oração, mas que é, mais exatamente, uma característica da maneira pela qual se constitui a oração.⁵⁷

Dissemos que um conceito é de natureza predicativa; mas, acerca de um sinal de objeto, não podemos dizer o mesmo. Este nunca poderá assumir a função de um predicado gramatical; no entanto, pode fazer parte de um. Por exemplo, na sentença “ x é um número maior que 3”, temos primeiramente um termo conceitual insaturado (incompleto), o qual é composto também por um sinal de objeto, no caso, o sinal “3”, e tendo sua parte insaturada representada pela variável x ; em seguida, podemos apresentar um sinal de objeto, no caso o numeral 4, que designa um objeto (o número 4); então, ao relacionarmos o termo conceitual com o sinal do objeto, isto é, com o nome próprio, formamos uma expressão completa, surgindo assim um outro nome próprio: “4 é um número maior que 3”.

Do que ficou dito depreende-se que objetos e conceitos são fundamentalmente diferentes e não podem substituir uns aos outros. O mesmo vale também para as correspondentes palavras e sinais. Nomes próprios não podem realmente ser empregados como predicados.⁵⁸

Para que a noção de insaturação que compõe a natureza predicativa do conceito se torne mais clara, é útil recorrer a mais um momento da discussão fregeana, no qual ele inicia sua análise resgatando a definição de função oriunda das matemáticas: “[...] ‘Uma função de x é entendida como uma expressão matemática que contém x , uma fórmula contendo a letra x ’.”⁵⁹ A partir do estabelecimento dessa definição, Frege aponta para a confusão entre a forma e o conteúdo anteriormente mencionada neste capítulo. Para ser mais claro, ele, mais uma vez, nos chama a atenção para a marcante distinção entre nome e referência.

Uma função, como em qualquer outra forma de classificação, deverá apresentar certos traços peculiares para se caracterizar como tal, “[...] a expressão de uma função deve sempre mostrar um ou mais lugares que estão destinados a serem preenchidos pelo sinal do

⁵⁷ “La incompletud de un predicado no reside tan solo en el hecho de que deba concebírsele construido de modo directo a partir de sus partes constitutivas sino como formado a partir de oraciones que han sido construidas de ese modo eliminando una de sus expresiones; de manera más particular, reside en el hecho de que no es, en general, una parte separada de la oración sino que es, más bien, una característica de la manera en la cual se construye la oración.” (Dummett, 1990, 172, tradução nossa).

⁵⁸ Frege, 1978, p. 109.

⁵⁹ “[...] ‘A function of x was taken to be a mathematical expression containing x , a formula containing the letter x ’.” (Frege, 1960, p. 21, tradução nossa).

argumento.”⁶⁰ Disso, resulta o que se convencionou chamar de **essência da função**. Por exemplo, em “ $2x^2 + 4$ ”, temos um modelo típico de função, uma expressão possuindo uma incógnita x , que, no caso, Frege denominou de **sinal do argumento** da função. A partir desta expressão podemos substituir o x por alguns **argumentos**, como: “2”, “3”, “4”; e, obter:

(1) “ $2 \cdot 2^2 + 4$ ”;

(2) “ $2 \cdot 3^2 + 4$ ”;

(3) “ $2 \cdot 4^2 + 4$ ”;

[...]

O que obteríamos em cada caso desses, após as devidas substituições pelos argumentos sugeridos, ou melhor, o resultado de cada uma dessas operações é denominado de **valor da função**: no caso de (1), o número 12; em (2) o número 22; e, no do exemplo (3), teríamos o 36. Percebemos que, nos três casos acima, a estrutura básica da função se mantém, o que muda são apenas os argumentos aplicados no lugar da incógnita x . Assim, o que caracterizamos de essencial em uma função é justamente o que resta da função inicialmente citada “ $2x^2 + 4$ ”, elimina-se o sinal da variável x , e ficamos possivelmente com a seguinte expressão: “ $2 \cdot ()^2 + 4$ ”. Portanto, a letra x não faz parte da função, apenas demarca o local em que o argumento, nos casos acima o “2”, o “3”, e o “4”, deverá ser encaixado. Acerca do que sobrou de essencial da função podemos, segundo Frege, denominar de **expressão da função**.

As duas partes em que a expressão matemática é, então, dividida, o sinal do argumento e a expressão da função são dessemelhantes, pois o argumento é um número, um todo completo em si mesmo, o que a função não é. (Podemos comparar isso com a divisão de uma linha por um ponto. Tende-se, nesse caso, a associar o ponto de divisão a ambos os segmentos, mas se quisermos fazer uma divisão clara, isto é, de modo a não contar nada duas vezes, nem deixar nada de fora, então podemos apenas associar o ponto de divisão com um único segmento. Este segmento, então, torna-se totalmente completo em si mesmo, e pode ser comparado ao argumento, enquanto que o outro é carente de alguma coisa [...]. O ponto de divisão, que se pode chamar de seu término, não pertence a ele. Somente completando-o com esse ponto terminal, ou com uma linha que tem dois pontos terminais, nós fazemos dele algo completo.)⁶¹

⁶⁰ “[...] the expression for a function must always show one or more places that are intended to be filled up with the sign of the argument.” (Frege, 1960, p. 25, tradução nossa).

⁶¹ “The two parts into which the mathematical expression is thus split up, the sign of the argument and the expression of the function, are dissimilar; for the argument is a number, a whole complete in itself, as the function is not. (We may compare this with the division of a line by a point. One is inclined in that case to count the dividing-point along with both segments; but if we want to make a clean division, i.e. so as not to count

Através da decomposição da função em argumento e expressão da função, remetemo-nos a duas outras noções, entendidas enquanto características do objeto e do conceito. Isto é, neste momento retomamos as noções de saturação e insaturação, às quais podem ser também relacionados os dois elementos resultantes da decomposição da função, respectivamente.

[...] Um objeto, por exemplo, o número 2, não pode logicamente aderir a outro objeto, por exemplo, Júlio César, sem qualquer meio de conexão. Este, por sua vez, não pode ser um objeto, mas deve ser insaturado. Uma conexão lógica em um todo só pode acontecer através disto, que uma parte insaturada é saturada ou completada por uma ou mais partes. Algo como isto é o caso quando completamos “a capital da” com “Alemanha” ou “Suécia”, ou quando completamos “um meio de” com “6.”⁶²

Trazendo a estrutura de uma função para o contexto não formal da linguagem, podemos perceber sua total aplicação. Por exemplo, a expressão “x é o presidente dos EUA”, pode ser considerada uma **função sentencial**, e ao ser aplicado a ela o mesmo processo de inserção de um dado argumento no lugar da variável, isto é, ao acoplarmos um argumento a uma expressão da função, obtemos uma expressão nova e completa. Digamos que o sinal “Obama” desempenha-se o papel de argumento, conseqüentemente, obteríamos algo que funcione como o valor da função neste caso (definiremos este algo na seção subsequente). O que chamamos de expressão nova e completa é, simplesmente, “Obama é o presidente dos EUA”. E, decomposta como foi, revertendo o processo de associação de um sinal de objeto e um termo conceitual, percebemos elementos semelhantes ao que se chama de argumento e expressão da função.

anything twice over or leave anything out, then we may only count the dividing-point along with one segment. This segment thus becomes fully complete in itself, and may be compared to the argument; whereas the other is lacking in something [...]. The dividing-point, which one may call its endpoint, does not belong to it. Only by completing it with this endpoint, or with a line that has two endpoints, do we get from it something entire.)” (Frege, 1960, pp. 24-25, tradução nossa).

⁶² “[...] An object, e.g. the number 2, cannot logically adhere to another object, e.g. Julius Caesar, without some means of connection. This, in turn, cannot be an object but rather must be unsaturated. A logical connection into a whole can come about only through this, that an unsaturated part is saturated or completed by one or more parts. Something like this is the case when we complete ‘the capital of’ by ‘Germany’ or ‘Sweden’; or when we complete ‘one-half of’ by ‘6.’” (Frege, 1971, p. 33, tradução nossa).

2.3 O contexto das frases assertivas

A partir da noção de função sentencial apresentada anteriormente, e tomando a estrutura semântica básica da qual tratamos também, passaremos ao âmbito das **frases assertivas** (*Behauptungssatze*). Perceberemos que as noções antes analisadas de nome próprio, sentido e referência, sofrerão algumas alterações, ou melhor, passarão por algumas adequações quando estivermos tratando com frases assertivas. Assim, quando falamos da referência de um nome, estamos falando de um objeto qualquer (concreto ou abstrato, ou mesmo circunstâncias). Por exemplo, o objeto designado pelo sinal “Lua” seria o próprio satélite natural da Terra; e o do sinal “Neil Armstrong” o próprio indivíduo que pôs os pés no satélite da Terra em 20 de julho de 1969, que é um ex-astronauta da NASA, etc. Todavia, na frase abaixo, que tipo de objeto é designado?

Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar na Lua.⁶³

Teríamos, certamente, como resposta: uma circunstância; mas, que tipo de circunstância? Seria a mesma do sinal “Neil Armstrong é um passista de escola de samba”? Com certeza, podemos afirmar que não, pois a segunda expressão não se satisfaz à circunstância real. Ao contrário da primeira, esta expressão profere uma inverdade. E é justamente a partir disso que Frege define a referência de frases declarativas, estas concebidas enquanto nomes próprios.

A análise feita por Frege se restringe exclusivamente às frases declarativas ou assertivas. Mas, onde reside o fundamento da preferência do autor em sua investigação pelas frases assertivas? Outros tipos de frases não poderiam entrar em sua análise? Frases interrogativas, exclamativas, ou imperativas? No artigo *O pensamento. Uma investigação lógica*⁶⁴ (2002), Frege justifica brevemente o não uso de cada um desses tipos de frase, colocando que somente “[...] serão consideradas as sentenças mediante as quais

⁶³ Nas linhas seguintes, pelo menos na maioria das vezes, quando nos referirmos a esta frase-exemplo utilizaremos (F) como marcador.

⁶⁴ Artigo publicado, originalmente, em 1918-19, sob o título *Der Gedanke. Eine logische Untersuchung*.

comunicamos [sic] ou declaramos algo”.⁶⁵ Imediatamente, ele exclui as frases exclamativas e imperativas, e no caso das interrogativas, apesar destas poderem possuir semelhanças com as assertivas, ainda reside alguma diferença entre as duas. Frases interrogativas, apesar de possuírem um sentido, carecem de um traço fundamental que somente as assertivas possuem, isto é, a asserção. Diante do caso das sentenças interrogativas ele diz:

Esperamos ouvir um “sim” ou um “não”. A resposta “sim” diz a mesma coisa que uma sentença assertiva, pois por seu intermédio o pensamento, que já estava inteiramente contido na sentença interrogativa, é apresentado como verdadeiro. Assim para cada sentença assertiva pode-se formar uma sentença interrogativa. [...] Uma sentença interrogativa e uma sentença assertiva contêm o mesmo pensamento; mas a sentença assertiva contém ainda algo mais, a saber, a asserção. [...] Duas coisas, portanto, devem ser distinguidas numa sentença assertiva: o conteúdo, que ela tem em comum com a sentença interrogativa correspondente, e a asserção.⁶⁶

Então, percebemos que aquilo que coloca as frases interrogativas de lado diante de tal investigação é justamente o que Frege denomina de **força assertórica**⁶⁷. Tal força, como notaremos, desempenha um papel fundamental na adoção das sentenças declarativas como objetos da investigação fregeana, pois em tal força reside toda a pretensão de verdade que há por trás de nossos proferimentos, e por tanto, somente através destas espécies de frases a investigação científica ou filosófica é possível, se entendermos ambas como uma incessante busca pela verdade.

Como veremos abaixo, podemos considerar como fundamentos semânticos, para tomar frases assertivas como passíveis de análise, uma espécie de completude semântica, que talvez possamos entender melhor como a tese fregeana, convencionalmente, chamada de **princípio de composicionalidade**. Como segundo fundamento, podemos apontar certa pretensão de verdade por trás de frases assertivas. Para Gottlob Frege, o que nos impulsiona a investigar a referência de um sinal, diante de uma insatisfação de obter apenas o sentido deste, é a nossa busca pela verdade. Pois, no contexto de uma investigação científica ou filosófica, ao percebermos a carência de referência de uma ou mais partes de uma expressão, evidentemente, o mero sentido presente na expressão deixa de ser valorizado por nós.⁶⁸ Na

⁶⁵ Frege, 2002, p. 15.

⁶⁶ Frege, 2002, pp. 16-17.

⁶⁷ Cf. o artigo *Die Verneinung. Eine logische Untersuchung*. [A negação – Uma investigação lógica], publicado em 1918-19.

⁶⁸ Frege, 1978, p. 68.

poesia ou na literatura certamente lidaremos com entidades fictícias⁶⁹, termos que normalmente não têm nenhuma referência segura, mas ainda assim o discurso literário não perde o seu valor, ou mesmo, seu sentido. Não é do interesse do escritor, ou do leitor, em resumo, do pesquisador nesta área saber da realidade factível de seus personagens⁷⁰. No âmbito científico, só alcançamos algum conhecimento a partir da união entre sentido e referência. Desta forma, o que seria obtido ao final dessa nossa busca? Frege assim se posiciona:

Se estamos interessados na verdade – e a lógica visa a verdade – também devemos perguntar pelas referências, devemos rejeitar os nomes próprios que, embora tenham um sentido, não designam ou nomeiam nenhum objeto; devemos rejeitar termos conceituais que não tenham nenhuma referência.⁷¹

“[...] É a busca árdua pela verdade que sempre nos leva a avançar do sentido à referência”.⁷² Com isso, ele reconhece que, sendo a falsidade uma das possíveis conseqüências dessa busca pela verdade, a referência de uma frase assertiva será o seu **valor-de-verdade** (*Wahrheitswerth*). De forma mais clara, será o caso de ser ela verdadeira ou falsa, como no exemplo das duas frases já acima mencionadas. Nas línguas naturais não há lugar para uma lógica bivalente, obviamente, por haver situações em que nos depararemos com expressões que não tem como referência nem o verdadeiro nem o falso, como por exemplo, o caso das expressões não denotativas. No entanto, em uma linguagem formal, como a *Conceitografia* de Frege, encontramos espaço para uma lógica desta natureza, na qual encontramos apenas dois valores-de-verdade: **o verdadeiro** e **o falso**. Há de se levar em conta que Frege visa sempre desenvolver uma boa estrutura semântica para sua linguagem formal, e, conseqüentemente, uma linguagem que dê conta de sua tese logicista de redutibilidade da aritmética à lógica.

⁶⁹ Para uma investigação adequada deste assunto, ver, por exemplo, o já citado texto de B. Russell: *On Denoting*; neste, o autor apresentar alguma solução ao se lidar com entidades fictícias no contexto de frases assertivas, como o célebre caso do termo Pégaso. Alguém poderia objetar nossas afirmações sobre as pretensões concernentes à literatura, citando, por exemplo, autores como J. R. R. Tolkien que em seu ensaio chamado *Tree and Leaf* (1938-39) trata justamente do processo de “subcriação” presentes nos ditos contos de fadas, e, conseqüentemente, do nível de realidade por trás desses textos.

⁷⁰ “In hearing an epic poem, for instance, apart from the euphony of the language we are interested only in the sense of the sentences and the images and feelings thereby aroused. The question of truth would cause us to abandon aesthetic delight for an attitude of scientific investigation. Hence it is a matter of no concern to us whether the name 'Odysseus', for instance, has reference, so long as we accept the poem as a work of art.” (Frege, 1960, p. 63).

⁷¹ Frege, 1978, p. 113.

⁷² “[...] It is the striving for truth that drives us always to advance from the sense to the reference” (Frege, 1960, pp. 63, tradução nossa).

No entanto, em que medida Frege justifica a associação da referência de uma frase assertiva com um valor de verdade? Primeiramente, precisamos notar que esta tese acerca da referência de uma expressão assertiva advém de uma tese anterior, na qual Frege concebe tais frases enquanto nomes próprios. Nesse sentido, o autor T. M. Simpson coloca que, para a suposição de que os objetos nomeados pelas frases sejam o valor de verdade verdadeiro e o valor de verdade falso, Frege deveria validar dois pontos:

[...] (a) que a relação das sentenças assertivas com os valores de verdade se rege pelos mesmos princípios que governam a relação dos nomes próprios com suas denotações, e (b) que não existem outras entidades que guardem com as sentenças assertivas este tipo de relação.⁷³

Para isso, recorrerá Frege ao anteriormente mencionado princípio de composicionalidade. Este se baseia, *grosso modo*, na seguinte idéia: o sentido de uma frase assertiva completa é uma função dos sentidos de seus termos constituintes; e, que a referência de uma expressão assertiva é uma função das referências de seus constituintes. Ao percebermos em uma investigação o envolvimento das referências dos sinais que fazem parte de uma frase declarativa, certamente poderemos buscar a referência desta. E isto sempre acontecerá quando o valor de verdade for alvo de nossa investigação.⁷⁴

[...] o sentido de um nome composto, em geral (e em particular o de uma sentença assertiva), é, na teoria de Frege, uma função dos sentidos dos nomes que o integram. E assim como uma sentença assertiva é uma combinação especial de nomes, uma proposição [pensamento] é uma combinação especial de sentidos.⁷⁵

Supomos que em uma determinada frase assertiva seja substituído um termo singular por outro que contenha a mesma referência, mas sentido diverso. Por exemplo, em nossa expressão anterior *F*, podemos substituir o termo “o primeiro homem a pisar na Lua” por outro de mesma referência; assim teríamos, por exemplo, outra expressão como “Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar no satélite natural da Terra”. Desta forma, apesar de as partes, “Lua” e “satélite natural da Terra” não terem o mesmo sentido, e assim, não conservarem o mesmo pensamento em ambas as expressões, isso, como já notamos, não terá influência alguma sobre a referência da expressão como um todo.

⁷³ Simpson, 1976, p. 251.

⁷⁴ Frege, 1960, p. 63.

⁷⁵ Simpson, 1976, p. 258, colchete nosso.

Desta forma, para a legitimidade do argumento fregeano acerca da referência de uma frase assertiva deparamo-nos com duas espécies de fundamentos. O primeiro está relacionado ao seu princípio de composicionalidade. E, o segundo considera que, se o que foi afirmado sobre o valor-de-verdade ocorre, toda frase verdadeira tem a mesma referência, assim como ocorre com toda frase falsa.⁷⁶ Como exemplo, temos: a referência da expressão “Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar na Lua” é o valor de verdade verdadeiro, ou simplesmente, o verdadeiro; e a da expressão “o Brasil é o maior país da América do Sul” também é o verdadeiro. Portanto, ambas as expressões têm o mesmo valor de verdade, o verdadeiro, e assim, também pode acontecer com duas ou mais frases declarativas que possuem como referência o falso. Por exemplo: “A Terra é o único planeta do sistema solar” e “George W. Bush é um pacifista indiano”, ambas as expressões têm como referência o mesmo valor de verdade.

Ao especificarmos a natureza da referência de uma frase declarativa, estamos pressupondo a existência de uma mediação entre o designador e o designado, isto é, pressupondo o seu sentido. Apoiando-nos na relação causal entre sentido e referência de Frege, que afirma a designação da referência através do sentido. Contudo, no contexto de uma frase completa, encontramos uma peculiaridade acerca do modo de apresentação da referência, ou seja, do seu sentido.

Em uma expressão como *F*, é natural e óbvio concluir que há um pensamento, e este Frege entende ser “[...] não a realização subjetiva do pensamento, mas o seu conteúdo objetivo, o qual é capaz de ser a propriedade comum de diversos indivíduos”.⁷⁷ Assim, como já foi tratada a noção de objetividade do sentido na filosofia fregeana, podemos associar a noção de sentido de um sinal, no caso, uma frase assertiva, com a noção de **pensamento** (*Gedanke*). E, portanto definir que o sentido de uma oração declarativa completa é um pensamento completo.

Sem querer dar uma definição, chamo de pensamento a algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade. Conto entre os pensamentos tanto o que é falso, quanto o que é verdadeiro. Conseqüentemente, posso dizer: o pensamento é o sentido de uma sentença [...]. O pensamento, em si mesmo imperceptível pelos sentidos, veste-se

⁷⁶ Frege, 1960, p. 65.

⁷⁷ “[...] not the subjective performance of thinking but its objective content, which is capable of being the common property of several thinkers”. (Frege, 1960, p. 62, tradução nossa).

com a roupagem perceptível da sentença, tornando-se assim para nós mais facilmente apreensível. Dizemos que a sentença expressa um pensamento.⁷⁸

2.4 Os *Gedanken* fregeanos e sua ontologia de objetos abstratos

Para chegar ao ponto onde queríamos, isto é, na noção de pensamento em Gottlob Frege, foi necessário realizar uma análise da distinção *Sinn-Bedeutung* aplicada ao contexto das frases assertivas. Podemos afirmar que o autor realiza uma reviravolta no fundamento da investigação filosófica ao dispor um tratamento menos psicologista ao pensamento e às suas categorias.⁷⁹ Esse tratamento claro e objetivo atribuído aos mecanismos do conhecimento remetem-nos a uma das categorias fundamentais para o entendimento da filosofia de Frege, o conceito de **objetividade** (*Objectivität*).

A teoria da objetividade fregeana está fundada no tornar público pensamentos ou proposições, prezando assim a comunicabilidade entre os indivíduos, a intersubjetividade. No entanto, além do aspecto não privado, isto é, o caráter de ser comunicável e isento de qualquer caráter mentalista, a teoria da objetividade intersubjetiva parece comportar outra característica, isto é, a da preexistência. E, portanto, não estaria Frege mais uma vez deixando marcas ontológicas realistas, das mesmas encontradas em suas especulações acerca das entidades abstratas matemáticas? No final do parágrafo 26, de *Os Fundamentos da Aritmética*⁸⁰, Frege deixa uma pista sobre esta possível natureza dupla da noção de objetividade.

Assim, entendo por objetividade uma independência com respeito a nosso sentir, intuir, representar, ao traçado de imagens internas a partir de lembranças de sensações anteriores, mas não uma independência com respeito à razão; pois

⁷⁸ Frege, 2002, p. 14-15.

⁷⁹ Quanto ao antipsicologismo fregeano e suas implicações históricas e conceituais ver o capítulo a seguir desta dissertação.

⁸⁰ *Die Grundlagen der Arithmetik*. (1884).

responder à questão do que são as coisas independentemente da razão significa julgar sem julgar, lavar-se e não se molhar.⁸¹

Em resumo, objetividade pode ser entendida como: a) a capacidade que pensamentos e outras entidades de tornarem-se comunicáveis, isto é, a **intersubjetividade**; e, b) a disposição destas mesmas entidades de apresentarem uma independência, e, portanto, **preexistência** em relação a quaisquer seres pensantes. Em seu artigo *O Pensamento*, Frege desenvolve uma análise bem cuidadosa da noção de idéia, a fim de chegar a uma definição clara acerca do conceito de pensamento. Diante desta relação entre pensamentos e idéias, podemos afirmar que ao contrário destas, isto é, das impressões que cada um de nós tem ao observar algo no mundo, o pensamento se caracteriza como não-privado. Como foi dito antes, o sentido de uma palavra não é relegado à subjetividade de um indivíduo, mostrando-se objetivo e imutável independentemente da consciência em que se encontre.

Ser conteúdo de minha consciência faz de tal modo parte da essência de cada uma de minhas idéias que toda idéia de outrem é, enquanto tal, distinta das minhas. [...] Ninguém, a não ser eu, tem minha idéia, embora muitas outras pessoas possam ver a mesma coisa. Ninguém, a não ser eu, tem a minha dor. Alguém pode ter compaixão de mim, mas mesmo assim minha dor sempre pertence a mim, e sua compaixão, a ele. Ele não tem minha dor, nem eu, sua compaixão.⁸²

Além de analisar os pensamentos a partir da relação com as idéias constituintes de nosso mundo interior, Frege também relaciona os pensamentos com objetos que compõem o mundo das coisas exteriores, utilizando a mesma estratégia de análise ao investigar o conceito de número. No entanto, apesar do pensamento poder ser objetivado, ser posto diante de um indivíduo (através de sinais), ele não pode ser apreendido pelos sentidos da mesma maneira que ocorre com objetos físicos. Assim, podemos notar que o argumento fregeano em favor da objetividade passa por uma distinção para com entidades físicas e subjetivas, sem deixar de obter dessas mesmas entidades algumas características, como a da **independência** em relação às primeiras, e a da **abstração** no que concerne às últimas.

Quem ainda não foi tocado pela filosofia conhece de imediato coisas que pode ver e tocar, em resumo, que pode perceber com os sentidos, tais como árvores, pedras e casas, e está convencido de que qualquer outra pessoa possa igualmente ver e tocar a mesma árvore e a mesma pedra que ele vê e toca. Um pensamento evidentemente não faz parte deste gênero de coisas.⁸³

⁸¹ Frege, 1974, p. 230.

⁸² Frege, 2002, pp. 24-25.

⁸³ Frege, 2002, p. 23.

Pensamentos necessitam antes de alguém que os apreenda, e a essa apreensão corresponde à faculdade do pensar, assim pensamentos são pensados (apreendidos). Há, então, um ser pensante, e este é o portador do pensar e não do pensamento, a ele cabe apenas apreender o pensamento e não produzi-lo. É através desta faculdade que temos portanto acesso a tais entidades, contudo Frege não explica claramente como este acesso se dá; ele não esclarece estritamente o funcionamento desta apreensão, o que, claramente pode motivar uma postura antifregeana.

De acordo com Frege, o pensamento faz parte de um **terceiro reino**, que não o das idéias, conteúdos de nossa consciência, nem a do mundo exterior e seus objetos sensíveis. Pensamentos, portanto, se constituem enquanto entidades abstratas, independentes e preexistentes, pois ao contrário das representações, eles se caracterizam como entidades, imutáveis e atemporais em sua essência, independentes de qualquer que seja a mente.

Se queremos sair do subjetivo, devemos conceber o conhecimento como uma atividade que não produz o conhecido, mas que agarra (*ergreift*) algo que já existe. A imagem do agarrar é muito adequada para explicar a questão. Se eu agarro um lápis, ocorrem em meu corpo certos processos: excitações nervosas, alterações na tensão e na pressão dos músculos, tendões e ossos, modificações na circulação sanguínea. Mas, o conjunto desses processos não é o lápis, nem o produz. Este subsiste (*besteht*) independente de tais processos. E é essencial para o agarrar que haja aí algo que seja agarrado; as modificações internas por si só não são o agarrar. Assim, também, o que apreendemos mentalmente (*geistig erfassen*) subsiste independentemente dessa atividade, das representações [idéias] e suas modificações, que pertencem ou acompanham essa apreensão; não é nem a totalidade desses processos, nem é produzido por eles como parte de nossa vida mental.⁸⁴

É a partir desta noção de **terceiro reino**, a qual por vezes é tomada enquanto uma “pitoresca metáfora”⁸⁵, que encontramos espaço para tratar de questões relativas a sua ontologia e ao significado de objetividade enquanto preexistência. Para isto, trazemos à tona também sua discussão acerca da definição de número, ou melhor, sua análise acerca da realidade dessas entidades matemáticas, pelo menos no que diz respeito ao ramo da Aritmética.

Sabemos que a natureza do número é tema de especulações desde cedo. Nesse sentido, como acontece com a maioria das questões de caráter filosófico, também podemos localizar tais especulações na antiguidade grega. Parece-nos que desde a sua descoberta ou

⁸⁴ Frege, 2005, p. 39.

⁸⁵ Cf. Burge, 1992, p. 634.

criação o número se revelou como algo extremamente problemático, pelo menos para o filósofo. O que dizer então da filosofia da matemática? Parece-nos que tal disciplina surge de uma demanda apresentada pela própria matemática, isto é, a filosofia da matemática parece surgir para resolver problemas dos quais a própria matemática não consegue tratar, apesar de gerá-los.

O que é o número? O questionamento da realidade numérica vai de encontro com uma querela tradicional na área de ontologia, o problema dos universais. Este se caracteriza por três correntes básicas: o nominalismo, o conceptualismo, e o realismo. Modernamente ao transferirmos essas três abordagens à filosofia da matemática, elas assumiram novas roupagens e, conseqüentemente, novas denominações: formalismo, intuicionismo, e platonismo; ainda que preservem diferenças de seus correlatos tradicionais. Podemos levar em consideração que o realismo aparece como ponto de apoio da suas outras duas concorrentes. Somos levados a considerar que, se nós não adotarmos a perspectiva realista, provavelmente, adotaremos uma abordagem que tende a contrapor a realista, ou seja, o que queremos dizer é que de alguma forma o nominalismo e o conceptualismo surgem como alternativas à doutrina realista, enquanto que o contrário não acontece. A posição realista independe das outras duas posições, ela sustenta-se por si só, ao passo que suas contrapartes seriam impensáveis sem a existência da primeira.

Uma querela relacionada a um realismo pode ser expressa perguntando se existem ou não existem, na realidade, entidades de um certo tipo – universais ou objetos materiais. Ou, pode-se perguntar, não se existem, mas se encontram-se entre os constituintes últimos da realidade. [...] Caracterizo o realismo como a crença de que os enunciados do tipo em questão possuem um valor de verdade objetivo, independente de nossos meios para conhecê-lo: são verdadeiros ou falsos em virtude de uma realidade que existe independente de nós.⁸⁶

Falando de objetos referentes à matemática, somos levados a nos indagar sobre que espécies de objetos são esses. Certamente não são do mesmo tipo de um cinzeiro ou uma árvore, por exemplo. Em Platão, encontramos em sua célebre obra *A República*, as raízes do

⁸⁶ “Una disputa con respecto a un realismo puede expresarse preguntando si existen o no existen en realidad entidades de un cierto tipo – universales u objetos materiales; o, puede preguntarse, no si existen, sino si se encuentran entre los constituyentes últimos de la realidad. [...] Caracterizo el realismo como la creencia de que los enunciados de la clase en disputa poseen un valor de verdad objetivo, independiente de nuestros medios para conocerlo: son verdaderos o falsos en virtud de una realidad que existe con independencia de nosotros.” (Dummett, 1990, pp. 220-221, tradução nossa).

que convencionamos denominar de platonismo matemático⁸⁷, através de algumas noções apresentadas por este filósofo no que tange à sua célebre teoria das Formas, apesar de que ambas as abordagens, tanto a visão platônica original como o platonismo moderno, precisam ter suas distinções levadas em conta. Tal corrente se caracteriza principalmente por considerar que entidades matemáticas em geral admitem três teses fundamentais: existência; abstração; e, independência.⁸⁸ Números, por exemplo, seriam entidades abstratas não-temporais, não-espaciais, porém passíveis de objetividade. Portanto, fica claro que atribuímos uma realidade abstrata a tais objetos, e assim a diferença entre estes e outros objetos como nosso cinzeiro torna-se mais bem demarcada.

O platonismo, enquanto filosofia da matemática, se encontra fundado em uma analogia: a comparação da apreensão da verdade matemática com a percepção dos objetos físicos e, portanto, da realidade matemática com o universo físico. Para o platonista, os enunciados matemáticos são verdadeiros ou falsos independentemente do conhecimento que temos de seus valores de verdade: são verdadeiros ou falsos em virtude de como são as coisas no reino da matemática.⁸⁹

Num nível ontológico podemos afirmar que a questão fundamental aqui se resume na seguinte frase: o que há? Contudo, ao levar em consideração o *background* fregeano, passamos a outro momento do problema ontológico, ou seja, perguntamos quais entidades abstratas existem. Ou ainda, se existem tais tipos de entidades que compõem a realidade de um realista, por exemplo, como Frege que parece preencher seu terceiro reino não somente com pensamentos e entidades numéricas, mas valores-de-verdade, conceitos, e etc., de acordo com a análise de sua estrutura teórica.

⁸⁷ Para um amplo e aprofundado estudo do platonismo conferir as posições de W. V. O. Quine em, por exemplo, *On What There Is* In: From a Logical Point of View, 2ª. ed, Cambridge: Harvard University Press, 1980; ver ainda as críticas feitas por Paul Benacerraf em *Mathematical Truth*. *Journal of Philosophy*, 70 (19): 661-679., e em Benacerraf, P. & Putnam, H. *Philosophy of Mathematics: selected readings*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; para abordagens que visem uma defesa do platonismo ver Michael Resnik em seus artigos intitulados *Mathematics as a Science of Patterns: Ontology and Reference* e *Mathematics as a Science of Patterns: Epistemology*; Penelope Maddy em *Realism in Mathematics*, Oxford: Clarendon Press, 1990; ver ainda Stewart Shapiro em *Mathematics and Reality*, *Philosophy of Science* 50, 1983, p. 523-548; além de uma abordagem panorâmica do platonismo matemático em Linnebo, Øystein. *Platonism in the Philosophy of Mathematics*. 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/platonism-mathematics/>>. Acerca do platonismo centrado na filosofia de Gottlob Frege ver, por exemplo: W. P. Mendonça & P. Stekeler-Weithofer no artigo *Was Frege a Platonist?* In: *Ratio* XXIX 2, december, 1987; Erich Reck em *Frege on Numbers: Beyond the Platonist Picture*. (2005); e, Bob Hale em *Frege's Platonism*. *The Philosophical Quarterly* 34: 224-241 (1984).

⁸⁸ Cf. Linnebo, 2009.

⁸⁹ “El platonismo, como filosofía de las matemáticas, se encuentra fundado en un símil: la comparación de la aprehensión de la verdad matemática con la percepción de los objetos físicos y, por lo tanto, de la realidad matemática con el universo físico. Para el platonista, los enunciados matemáticos son verdaderos o falsos independientemente de nuestro conocimiento de sus valores de verdad: son verdaderos o falsos en virtud de cómo son las cosas en el reino de las matemáticas.” (Dummett, 1990, p. 282, tradução nossa).

A questão, ‘Quais objetos existem?’ [...] surge somente contra a estrutura teórica de uma perspectiva ontológica fregeana, e seus pares são, ‘Existem conceitos?’, ‘Existem relações?’, ‘Existem funções?’, e ‘Existem valores de verdade?’.⁹⁰

As três teses que caracterizam o platonismo, apontadas por Linnebo (2009), se encaixam muito bem na descrição da objetividade fregeana que mencionamos anteriormente. Além disso, antes de falarmos de um platonismo matemático em Frege, talvez, devêssemos caracterizá-lo como um **platonista geral**⁹¹, isto é, não somente em relação a entidades matemáticas, pois como vimos, para Frege, a objetividade é uma característica de uma grande variedade de entidades. Erich Reck⁹² indica três maneiras a partir das quais podemos tratar de um possível platonismo em Frege: através de números; conceitos; e, pensamentos. Não podemos deixar de reconhecer que nossa investigação acerca da ontologia fregeana se concentra principalmente na última abordagem das elencadas por Reck. Contudo, sem deixarmos de considerar o lugar que as entidades numéricas ocupam em seu pensamento, se levarmos em que, em sua obra *Os Fundamentos da Aritmética*, o autor já lança chaves relevantes para a compreensão da noção de objetividade que estrutura todo o seu pensamento.

Nesse sentido, qual lugar os números ocupam dentro do esquema ontológico que Frege apresenta através de sua teoria do terceiro reino? Números são objetos lógicos, e, por sua vez, devem possuir propriedades próprias, assim como os pensamentos, as coisas do mundo sensível e as representações possuem, segundo o que podemos considerar como uma ontologia fregeana. Porém, encontramos nos *Fundamentos*, alguns aspectos semelhantes aos atribuídos à noção de pensamento. Reck afirma que nessa mesma obra Frege acaba por defender determinada tese platonista:

[...] números são ‘objetos lógicos’ independentes; e como tais são diferentes de numerais e outros objetos físicos, por um lado, e de certos objetos mentais e processos psicológicos, por outro lado; além disso, a aritmética é uma ciência através da qual nos referimos a tais objetos com nossos termos numéricos e numerais, na qual atribuímos propriedades a eles, e, portanto, fazemos asserções objetivamente verdadeiras ou falsas.⁹³

⁹⁰ “The question, ‘What objects are there?’ [...] arises only against the background of a Fregean ontological perspective, and its companions are, ‘Are there concepts?’, ‘Are there relations?’, ‘Are there functions?’ and ‘Are there truth-values?’.” (Dummett, 1973, p. 473, tradução nossa).

⁹¹ Há de mencionarmos que, como perceberemos no capítulo seguinte, as teses platonistas se apresentam para o pensamento fregeano como uma engenhosa abordagem para a elaboração de suas críticas antipsicologistas.

⁹² Cf. *Frege on Numbers: Beyond the Platonist Picture* (2005)

⁹³ “[...] numbers are independent “logical objects”; as such they are different from numerals and other physical objects, on the one hand, and from mental objects and psychological processes, on the other hand; furthermore, arithmetic is a science in which we refer to such objects with our number words and numerals, in

Reck, além de atribuir aos números tais características, isto é, o caráter de objetos lógicos, as noções de existência e de objetividade, menciona também a noção de terceiro reino, presente no *Der Gedanke*, e localiza neste domínio tais objetos lógicos. Portanto, ou os números compartilham do mesmo domínio que os pensamentos, como chegamos a supor acima, ou poderíamos ir mais além e afirmarmos que números e pensamentos compartilham de uma mesma natureza, ou seja, coincidem.

Pois o número não é mais um objeto da psicologia, ou um resultado de processos psíquicos que, digamos, o Mar do Norte. A objetividade do Mar do Norte não é prejudicada pelo fato de depender de nosso arbítrio que parte da totalidade da água que cobre a Terra pretendemos delimitar e marcar com o nome “Mar do Norte”. Esta não é uma razão para pretender investigar este mar por vias psicológicas. Assim, também o número é algo objetivo.⁹⁴

No entanto, números enquanto objetos lógicos parecem distinguir-se de pensamentos, e, por outro lado, juntamente aos valores de verdade desempenham o papel de referências. O maior desafio parece residir na conciliação desses dois distintos momentos do pensamento fregeano, ou melhor, adequar a investigação da natureza numérica de Frege à sua distinção entre pensamentos e objetos (valores de verdade). Provavelmente, o mais sensato é conceber a ontologia fregeana como dividida em dois níveis, um que comporta entidades de natureza intensional como os sentidos dos nomes e seus equivalentes em expressões predicativas e frases assertivas; e, um nível que diz respeito às entidades que desempenham o papel de referências, como objetos lógicos, conceitos, valores de verdade e números. Estes, no fim das contas, se identificam como objetos caso tentemos aplicar a posterior expansão teórica de Frege quanto à distinção entre sentido e referência, e poderíamos entender os numerais como simples nomes próprios ou termos singulares.

Eu acho que Frege sustentou, na parte principal de sua trajetória, que não somente conteúdos de pensamentos, mas números e funções são membros deste terceiro reino. [...] Em geral, Frege foi um platonista em relação a objetos lógicos (como números e valores de verdade), funções e conteúdos de pensamento.⁹⁵

Resgatando o que apontamos acerca da noção de objetividade fregeana, notamos que ela ampara tanto sua ontologia, no que diz respeito a números e pensamentos, como

which we ascribe properties to them, and in which we thus make objectively true or false assertions. (Reck, 2005, p. 02, tradução nossa).

⁹⁴ Frege, 1974, p. 229.

⁹⁵ “I think that Frege held, in the main body of his career, that not only thought contents, but numbers and functions were members of this third realm. [...] Broadly speaking, Frege was a Platonist about logical objects (like numbers and truth values), functions, and thought contents.” (Burge, 1992, p. 634, tradução nossa).

fundamenta análises no âmbito semântico e mesmo epistemológico concernentes ao seu antipsicologismo. E, talvez, como afirmamos, resida nesta noção a chave para a compreensão da questão acerca de como se encaixam entidades numéricas e pensamentos num mesmo domínio, e do que convencionamos chamar aqui de **alargamento** onto-epistemológico de sua filosofia.

3. PSICOLOGISMO, ANTIPSICOLOGISMO E OBJETIVIDADE

Os tratamentos psicológicos da lógica decorrem da crença equivocada de que um pensamento (um juízo, como normalmente é chamado) é algo psicológico, como uma idéia. Esta visão leva necessariamente a uma teoria idealista do conhecimento, pois, se ela estiver correta, então as partes que distinguimos em um pensamento, como sujeito e predicado, devem tanto pertencer à psicologia como compor os próprios pensamentos. Agora, uma vez que cada ato de cognição é realizado em juízos, isto significa o colapso de cada ponte que conduz ao que é objetivo. [...].⁹⁶

Nesta seção, como é indicado pelo próprio título, além de investigar o antipsicologismo fregeano, epistemologicamente fundamentado por sua noção de objetividade, também nos propomos a entender o contexto teórico no qual esse autor estava inserido no final do século XIX. Dispomo-nos a traçar as raízes em que o psicologismo estava assegurado, levando em conta, principalmente, a influência da psicologia daquele período.

Traçamos anteriormente uma linha teórica a partir do sistema semântico de Frege, o qual nos dá as bases necessárias para enxergar um caráter ontológico em sua filosofia. Ao indicar tais aspectos ontológicos, baseamo-nos principalmente na apresentação de sua noção de **terceiro reino**, uma realidade na qual encontramos situada uma série de entidades abstratas. E, entre estas, se encontram pensamentos, objetos numéricos, valores de verdade, conceitos e outros objetos lógicos.

No capítulo anterior, vimos que aquilo nomeado por Frege como objetividade desempenha um papel fundamental em seu pensamento, e quando adjetivamos seu papel desta maneira, o fazemos tendo em vista o aspecto de alicerce que assume esta noção.

Ora, ser objetivo é poder ser tornado público entre “seres racionais” – ser comum, e, portanto, partilhável entre diversas consciências. Exatamente o que, antes, denominamos como intersubjetividade. Esta seria a versão semântica desta tese, pois já afirmamos que a

⁹⁶ “Psychological treatments of logic arise from the mistaken belief that a thought (a judgement as it is usually called) is something psychological like an idea. This view leads necessarily to an idealist theory of knowledge; for if it is correct, then the parts that we distinguish in a thought, such as subject and predicate, must belong as much to psychology as do thoughts themselves. Now since every act of cognition is realized in judgements, this means the breakdown of every bridge leading to what is objective. [...]” (Frege, 1997, pp. 244-245, tradução nossa).

mesma, possivelmente, adquire outro aspecto ao adentrarmos as dimensões ontológicas. Domínios estes que desenvolve uma reflexão sobre a estrutura da realidade, e o campo investigativo que adota os elementos que compõem tal realidade como objeto de investigação. A objetividade possui, então, consideráveis marcas ontológicas.

Frege reconhece que “ser objetivo” não é uma característica exclusiva de coisas como cinzeiros ou árvores, ou seja, destinada apenas a objetos de natureza, trivialmente, entendida como concreta. O caráter objetivo não é atribuído somente a esses itens que compõem a realidade exterior. Mas, pode também ser uma propriedade de determinadas entidades abstratas, que por razões já expressas neste trabalho, não se confundem com as imagens (idéias) que cada um de nós possui mentalmente.⁹⁷

Como vimos na seção anterior, os pensamentos são objetivos, por um lado, por possuírem o caráter intersubjetivo, e por outro, por encerrarem em sua essência a preexistência. Contudo, ao falar de preexistência, Frege deixa claro que tal característica não é exclusiva de seus “pensamentos” (ou proposições), mas também de entidades numéricas, conceitos, e valores de verdade. Este aspecto ontológico da noção de objetividade pode ser mais bem contemplado ao caracterizarmos, por exemplo, os *Gedanken* fregeanos como entidades objetivas não-efetivas⁹⁸.

Eu reconheço um domínio do objetivo não-efetivo (*Objectiven nichtwirklichen*), enquanto que os lógicos psicologistas consideram o não-efetivo como o subjetivo (*Subjectiv*) sem mais. [...] Como os lógicos psicologistas ignoram a possibilidade do não-efetivo objetivo, tomam os conceitos por representações [idéias], com o que atribuem seu estudo à psicologia.⁹⁹

A objetividade como fundamento filosófico percorre a obra de Frege, como conceito básico por trás do desenvolvimento de sua *Begriffsschrift* (1879), passando pelos *Fundamentos da Aritmética* (1884) até seus últimos escritos publicados, como, por exemplo, *O Pensamento* (1918-19). Tal tese se caracteriza como a principal ferramenta fregeana contra os aspectos, segundo ele, psicologistas presentes na filosofia e na lógica de sua época. Cabe a esta altura, apontarmos mais uma vez a noção de psicologismo tida como alvo por Frege.

⁹⁷ Frege, 1974, pp. 229-230.

⁹⁸ Como o faz Celso Braidão em sua introdução de *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*, 2005.

⁹⁹ Frege, 2005, pp. 30-31. (colchete nosso).

As imagens mentais, que possam causar uma palavra na mente do falante ou do ouvinte, são irrelevantes para seu significado, o qual consiste, mais adequadamente, no papel desempenhado pela palavra na determinação das condições de verdade das orações em que aparece.¹⁰⁰

No entanto, parece que suas críticas antipsicologistas não estavam direcionadas tão somente a alguns autores citados nos textos fregeanos. Indiretamente, percebemos que Frege dialoga com outros autores contemporâneos a ele. Outro fato relevante que precisamos ter em mente é que o pensamento alemão da segunda metade do século dezenove acabava de sair de um longo percurso junto à tradição idealista. Além disso, a tradição do empirismo inglês oferecia, de alguma forma, suporte à psicologia experimental que surgiu em meados do século XIX na própria Alemanha.

É nesta direção que esperamos conseguir tornar claro o que podemos entender por psicologismo, e, conseqüentemente, compreender de modo mais contextualizado o antipsicologismo fregeano. Entendemos que o papel crítico que sua noção de objetividade desempenhava em relação ao empirismo baseava-se no seguinte fato: objetivas não são somente aquelas coisas que ocupam um lugar no espaço-tempo, ou seja, a objetividade não é uma propriedade exclusiva às coisas sensíveis.¹⁰¹ Paralelamente, tal noção, enquanto crítica ao idealismo (naturalista)¹⁰², assumiria o caráter de intersubjetividade, ao sustentar que a mesma idéia não pode ser compartilhada por um conjunto de indivíduos por se tratar de uma imagem mental privada, e, conseqüentemente, por necessitar de alguém para tê-las. O que ocorre com os pensamentos é totalmente o contrário, pois devido ao fato destes serem comunicáveis entre indivíduos são simplesmente apreendidos pelo pensar. Contudo, a fim de

¹⁰⁰ “Las imágenes mentales que pueda provocar una palabra en la mente del hablante o del oyente son irrelevantes para su significado, el cual consiste, más bien, en el papel desempeñado por la palabra en la determinación de las condiciones de verdad de las oraciones en las cuales aparece.” (Dummett, 1990, p. 164, tradução nossa).

¹⁰¹ Poderíamos apontar ainda outro ponto forte da crítica fregeana para com as abordagens empiristas, isto é, a tendência destes em negar a analiticidade das proposições aritméticas, como bem visto em seus *Fundamentos da Aritmética*:

“Seriam então, [as leis numéricas], juízos analíticos [...]. As verdades da aritmética estariam então para as da lógica assim como os teoremas da geometria para os axiomas. Cada uma conteria, concentrada em si, toda uma cadeia de raciocínio para uso futuro, e sua utilidade consistiria em não ser mais preciso perfazê-la passo a passo, mas em ser possível enunciar o resultado da série total imediatamente. Diante do enorme desenvolvimento da teoria aritmética e de suas múltiplas aplicações, não se poderá manter o menosprezo amplamente difundido pelos juízos analíticos e a lenda da esterilidade da lógica pura.” (Frege, 1974, pp. 222-223, colchete nosso).

¹⁰² Apesar de que, em alguns momentos, Frege parece certamente atacar a psicologia de caráter puramente idealista, como ao afirmar que: “Considero um sintoma seguro de erro que a lógica necessite da metafísica e da psicologia, ciências estas que precisam dos princípios da lógica” (Frege, 2005, p. 33). Mais à frente, através das análises histórico-conceituais de Hans Sluga (1980), notaremos como o naturalismo alemão emergente no século XIX estrutura de alguma forma todo o panorama psicologista denunciado por Frege.

termos claro que o mal entendido relacionado ao psicologismo parece surgir a partir do vago uso do termo “idéia” na filosofia moderna, faz necessário fazermos uma pequena digressão.

3.1. A herança teórica do psicologismo

Na primeira parte de *Por que a linguagem interessa à filosofia?* (1999), Ian Hacking investiga, em geral, se é possível aplicar um estudo da linguagem a alguns autores da filosofia moderna. Investiga de que maneira a linguagem era objeto de interesse filosófico naquele período, e ainda se é adequado aplicar a certos autores modernos o que no século XX veio a se configurar como algumas teorias do significado, ou mesmo, como uma filosofia da linguagem. O autor sustenta, em determinado momento de seu livro, como um possível estudo da linguagem na filosofia moderna tendia fortemente à análise da vaga e confusa noção de **idéia** (*Vorstellung*).

Hacking realiza uma breve análise de algumas teorias, passando por empiristas como Hobbes e pelo racionalismo de Descartes, o qual, segundo o autor, teve forte influência nas investigações desenvolvidas em Port-Royal, através de suas *Regras para a direção do espírito*. Notamos que o termo “idéia” acabava por englobar uma variedade de coisas, entre elas percepções sensoriais, sensações corporais, imagens mentais, pensamentos, e conceitos.¹⁰³ Assim, segundo algumas conclusões alcançadas por Hacking:

Os elementos dessa estranha teoria das idéias são os seguintes. Primeiro, existe uma classe de objetos que medeiam entre o ego e o resto do mundo. Esses objetos são chamados idéias. Em segundo lugar, temos consciência das idéias por meio de uma faculdade semelhante à visão, ou antes, da qual a visão é parte. (Certamente as idéias não são, em geral, imagens.) Em terceiro lugar, para lembrar Hobbes, as palavras

¹⁰³ Hacking, neste momento, cita Locke através das análises de David Armstrong em uma introdução feita a uma antologia de Berkeley, tendo a seguinte referência: *Berkeley's Philosophical Writings*. New York: Collier; London: Collier-Macmillan, 1965.

significam idéias, mas a significação é uma relação de precedência-ou-consequência de um tipo quase causal.¹⁰⁴

Através do que foi apresentado por Hacking, principalmente acerca da definição de idéia, notamos que o problema apontado por Frege em relação ao que ele veio a chamar de psicologismo, principalmente no século XIX, tem raízes mais profundas do que poderíamos supor. Ainda aproveitando as análises feitas por Hacking sobre uma possível “filosofia da linguagem” presente em alguns filósofos modernos, seria adequado compreender o seguinte:

Os manuais do século XVII freqüentemente recomendam que devemos livrar nosso pensamento da linguagem o máximo possível, por ser a linguagem pública, diferentemente do discurso mental, tão passível de abuso. Se ao menos pudéssemos alcançar as idéias sobre as quais estamos pensando – ou simplesmente pensar em idéias – ficaríamos então, eles diziam, menos propensos a cair em erro. [...] Se quisermos entender as teorias da linguagem desse período, precisamos reconhecer que naquele tempo se aceitava a prioridade do discurso mental sobre a fala pública.¹⁰⁵

A partir deste ponto, cabe aqui questionar qual, de fato, era a tradição dominante no contexto no qual Frege estava inserido. Levando em consideração o próprio desenvolvimento do conceito de idéia¹⁰⁶, e o que foi dito acima, certamente, atribuiríamos a uma tradição empirista britânica associada a autores como Locke e Hobbes, ou poderíamos ainda relacionar a um racionalismo cartesiano.

Contudo, Frege parece ter em mente mais as investigações no âmbito da psicologia de seu século, do que a abordagem dualista comum ao cartesianismo, e que tanto inspirou algumas teorias alemãs, como o uso filosófico feito por Christian Wolff (1679-1754) da noção de *Vorstellung*. Quando Frege usa a palavra “idéia”, segundo ele, está se referindo exclusivamente ao seu sentido psicológico e não psicofísico.¹⁰⁷

Levando em consideração o marcante viés especulativo pelo qual se encaminhava a filosofia, principalmente, após a filosofia kantiana, e o natural caminho percorrido pelo pensamento alemão, indagaríamos se tal cena oitocentista não se encontrava sob o domínio idealista. Talvez resida na figura de Hegel essa forte intuição relacionada ao idealismo, já que

¹⁰⁴ Hacking, 1999, p. 39.

¹⁰⁵ Hacking, 1999. P. 24.

¹⁰⁶ Segundo o *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia* de André Lalande, foi Wolff quem primeiro introduziu, filosoficamente, o termo *Vorstellung* na língua alemã. (Lalande, 1999, p. 954).

¹⁰⁷ Frege, 1974, p. 253.

no início do século XIX temos obras suas publicadas.¹⁰⁸ Portanto, essa parece ser a **hipótese** mais imediata que podemos apresentar em relação ao que viemos denominando de psicologismo ao longo dessas páginas, principalmente se levarmos em conta a evolução e relevância que a noção de *Vorstellung* apresenta.

Poderíamos cessar os questionamentos acerca das verdadeiras raízes do psicologismo tão duramente criticado por Frege? Há de se notar que Frege, visivelmente, dialoga não somente com lógicos e filósofos contemporâneos seus, mas também psicólogos, e suas confusões entre os domínios do lógico e do psicológico. Nesse caso, parece que apressaríamos-nos desnecessariamente em dar um berço puramente idealista ao psicologismo, já que as influências comuns à psicologia experimental do século XIX se expandiam aos domínios de certas tradições empiristas e naturalistas.

Hans Sluga vai além, e nega qualquer base idealista do psicologismo enfrentado por Frege.¹⁰⁹ Ele recorre a uma recapitulação social, política, científica e filosófica do século XIX, apontando para as profundas transformações que a cultura européia sofreu em tal período, e que em lugar algum eram tão evidentes como na Alemanha. Para o autor, o idealismo entrou em colapso antes mesmo da metade do século XIX, e o que teríamos como pano de fundo para o psicologismo foi fruto de um movimento de eliminação das tendências idealistas remanescentes.

O idealismo, de fato, deixou de ser um poder real no pensamento alemão por volta de 1830. O que acabou neste período não foi somente um conjunto particular de idéias filosóficas, mas uma tradição que começou com a inauguração da filosofia moderna alemã com Leibniz.¹¹⁰

Talvez a principal dificuldade encontrada pela tradição idealista se resuma diante da ascensão de um mundo marcado científica e tecnologicamente. A própria filosofia foi colocada em xeque a partir do momento em que seu aspecto especulativo tão marcante, até então, não conseguiu rivalizar com o modelo naturalista-científico que emergia.

¹⁰⁸ A *Fenomenologia do espírito* foi originalmente redigida por volta de 1806-07, e sua *Ciência da lógica* em 1812-16.

¹⁰⁹ Nas críticas de Sluga, Michael Dummett aparece constantemente relacionado à tese negada, ou seja, à idéia de que o psicologismo oitocentista apontado por Frege tem uma herança idealista, e não empirista (leia-se naturalista científicista) como Sluga sugere. Contudo, como veremos em certas citações, Dummett parece reconhecer não somente no idealismo, mas também no empirismo britânico, as raízes desse psicologismo.

¹¹⁰ “Idealism had in fact ceased to be a real Power in German thought by about 1830. What terminated at that time was not just a particular set of philosophical ideas, but a tradition that began with the inception of modern German philosophy by Leibniz.” (Sluga, 1980, p. 09, tradução nossa).

Em 1831, no auge de sua fama, Hegel foi derrubado pelo cólera. Mas mesmo sem a sua súbita morte, nada mudaria o que estava por vir. Houve razões políticas, sociais, científicas, e filosóficas internas para isso. O programa corporificado pela tradição idealista, outrora visto como promissor, tinha então começado a deteriorar-se drasticamente.¹¹¹

Entre as razões mencionadas por Sluga, é justamente nas causas científicas que perceberemos o fundamento de sua tese acerca do caráter não-idealista do psicologismo. Alguns cientistas como Johannes Muller e J. Von Liebig através de certos métodos de observação e experimentação, próprios das ciências que ganhavam espaço naquele momento, desapropriaram os métodos dedutivos do idealismo. O resultado desses eventos não foram outros senão o declínio do hegelianismo, e seus métodos, e da filosofia como um todo identificado com a tradição idealista, enquanto campo especulativo de conhecimento. Podemos sentir tal mudança de foco através das palavras Friedrich Engels:

A velha metafísica que encarava os objetos como coisas acabadas e imutáveis nasceu de uma ciência da natureza que investigava as coisas mortas e as coisas vivas como acabadas. Quando essas pesquisas já se achavam tão avançadas que era possível realizar o avanço decisivo, que consistia em passar ao estudo sistemático das modificações experimentais por aquelas coisas na própria natureza, também no domínio da filosofia soou a hora final da velha metafísica¹¹²

Com a ascensão de tal naturalismo científico, e a concomitante supressão de qualquer conhecimento de caráter especulativo, temos um dos pontos-chaves para compreender as pretensões de Sluga. Determinados aspectos da filosofia, enquanto conhecimento racional, metafísico, e especulativo, cederam lugar a seus equivalentes empíricos, materialistas, e científicos. Assim, segundo o autor, a tradição dominante em cena era o naturalismo, e, desta forma, o pensamento fregeano “[...] foi concebido em oposição a esta forma de naturalismo científico, e não a um idealismo ou hegelianismo dominante.”¹¹³ Nesse sentido, uma geração de escritores,

[...] começou a desenvolver um naturalismo baseado sobre os resultados das ciências empíricas, mais do que sobre a exposição das dificuldades internas da

¹¹¹ “In 1831, at the height of his fame, Hegel was struck down by cholera. But even without his sudden death change would have come. There were political, social, scientific, and internal philosophical reasons for it. The program embodied in the idealist tradition which had once looked promising had now begun to deteriorate drastically.” (Sluga, 1980, p. 13, tradução nossa).

¹¹² Engels, s/d, p. 15.

¹¹³ “[...] was conceived in opposition to this form of scientific naturalism, and not to a dominant Hegelianism or idealism. (Sluga, 1980, p. 14, tradução nossa).

metafísica hegeliana. Karl Vogt, Jakob Moleschott, Ludwig Büchner, e Heinrich Czolbe foram os líderes deste movimento.¹¹⁴

Desta forma, notamos que tal naturalismo criava um panorama adequado para o advento do tipo de pensamento que caracterizamos até aqui de psicologista. Há de se mencionar a grande simpatia destes teóricos em relação a alguns representantes do empirismo inglês, antes mencionado.

Até mesmo conceitos matemáticos tinham sido considerados como enraizados na experiência. As leis do pensamento não eram mais do que generalizações referentes à atividade mental humana, e esta atividade, conseqüentemente, deveria ser interpretada em conceitos fisiológicos. O psicologismo [...] foi, na verdade, um produto direto do naturalismo de meados do século.¹¹⁵

Parece-nos, então, que Frege realizou não somente o resgate da lógica diante das confusões epistemológicas psicologistas, mas a redenção da própria filosofia, desacreditada diante do progresso científico e tecnológico ascendente no século XIX. Ao levarmos este raciocínio adiante, identificamos claramente o psicologismo apontado por Frege com o naturalismo da época, que como veremos adiante assume sérios compromissos com a noção psico-fisiológica de “idéia”. Contudo, parecemos desconsiderar que Frege pontua críticas distintas ao empirismo e ao psicologismo, no que tange, por exemplo, ao conceito de número.

E chegamos à conclusão de que o número nem é espacial e físico, como os aglomerados de pedrinhas e bolinhas de Mill, nem tampouco subjetivo como representações [idéias], mas não-sensível e objetivo. O fundamento da objetividade não pode de fato estar na impressão sensível, que, enquanto afecção de nossa alma, é totalmente subjetiva, mas, tanto quanto posso perceber, apenas na razão.¹¹⁶

O antipsicologismo fregeano baseia-se fundamentalmente em afastar o que entendemos por idéias do âmbito das investigações lógicas e filosóficas, ou que ao menos visem determinada objetividade. Portanto, nisto podemos nos apoiar para adicionar à tese de Sluga, ao menos, um traço idealista na aurora do psicologismo, levando em conta principalmente o uso da noção de idéia nas teorias psicológicas.

¹¹⁴ “[...] began to develop a naturalism based on the results of the empirical sciences rather than on the exposition of the internal difficulties of Hegelian metaphysics. Karl Vogt, Jakob Moleschott, Ludwig Büchner, and Heinrich Czolbe were the leaders of this movement.” (Sluga, 1980, p. 17, tradução nossa).

¹¹⁵ “Even mathematical concepts had to be considered as rooted in experience. The laws of thought were no more than empirical generalizations concerning human mental activity and that activity in turn was to be interpreted in physiological concepts. Psychologism [...] was in fact a direct product of the naturalism of the middle of the century.” (Sluga, 1980, p. 18, tradução nossa).

¹¹⁶ Frege, 1974, p. 231. (colchete nosso).

Se não pudéssemos conceber mais do que está em nós mesmos, seria impossível uma disputa de opiniões, uma compreensão mútua, porque faltaria o terreno comum, e este não pode ser nenhuma representação no sentido da psicologia. [...]. Naturalmente, por causa dessa confusão, o Sr. Erdmann se perde na metafísica, por mais que tente manter-se livre dela. Considero um sintoma seguro de erro que a lógica necessite da metafísica e da psicologia, ciências estas que precisam dos princípios da lógica.¹¹⁷

Apesar das relevantes análises realizadas por Sluga, este se mostra, de alguma maneira, um tanto quanto reducionista ao desconsiderar qualquer origem idealista do psicologismo. Como indicamos, a noção de idéia parece ser um caminho. Sluga chega, na verdade, a apontar alguns elementos idealistas nos escritos de Frege.¹¹⁸ A partir da análise de Michael Dummett, notamos que este autor não cerrou os olhos completamente para a onda empirista (naturalista) indicada por Sluga.

Na história da filosofia, Frege seria classificado como um membro da revolta realista contra o idealismo hegeliano [...]. No entanto, tal classificação, ainda que correta, seria muito equivocada. Frege lançou um forte ataque contra o que ele chamava de “psicologismo” – a tese, segundo a qual a explicação do significado das palavras deve dar-se em termos dos processos mentais que ocorrem no falante ou no ouvinte, que estão implicados na aquisição de uma compreensão de seu sentido (ou a tese mais forte de que estes processos mentais são o que estamos referindo quando usamos as palavras). Esta visão psicologista estava, ao menos, tão profundamente enraizada no empirismo inglês como no idealismo pós-kantiano, mas a não ser por seu ataque contra o psicologismo, Frege se preocupa apenas em atacar o idealismo.¹¹⁹

Apoiamo-nos na tese de que a psicologia experimental estava completamente relacionada com o que Frege entendia por psicologismo. E, apesar de que um naturalismo científico erigiu as bases desse psicologismo, entendemos que a noção de idéia, tão marcante na tradição idealista antecedente, resiste como a categoria que mais representa tal psicologismo (pelo menos se levarmos em conta a preocupação fregeana em afastá-la o máximo possível das pesquisas objetivas). Desse modo, a fim de entender o que afinal é o

¹¹⁷ Frege, 2005, pp. 32-33.

¹¹⁸ “In opposing themselves to scientific naturalism the philosophers of the late nineteenth century were often in sympathy with some doctrines of the idealists. That is why idealist and rationalist elements can be found in Frege’s writings.” (Sluga, 1980, pp. 14-15).

¹¹⁹ “En la historia de la filosofía, Frege tendría que clasificarse como un miembro de la revuelta realista en contra del idealismo hegeliano [...]. Pero tal clasificación, aunque correcta, sería muy equívoca. Frege lanzó un fuerte ataque contra lo que él llamaba el “psicologismo” – la tesis según la cual la explicación del significado de las palabras debe darse en términos de los procesos mentales que ocurren en el hablante o en el oyente, o que están implicados en la adquisición de una comprensión de su sentido (o la tesis más fuerte de que estos procesos mentales son a lo que nos estamos refiriendo cuando usamos las palabras). Esta visión psicologista estaba al menos tan profundamente arraigada en el empirismo inglés como en el idealismo postkantiano, pero a no ser por su ataque en contra del psicologismo, Frege apenas se preocupa de atacar al idealismo.” (Dummett, 1990, p. 158, tradução nossa).

psicologismo apontado por Frege, voltaremos-nos à investigação das raízes da psicologia experimental, ou ao menos, ao panorama psicológico apoiado em bases seguramente naturalistas do século XIX.

3.2. As bases naturalistas do psychologismo no século XIX¹²⁰

A fim de visualizar mais adequadamente o que Sluga tem em mente quando atribui ao psychologismo do século XIX um caráter eminentemente empirista, ou naturalista, apresentaremos a seguir o que designaríamos como um naturalismo lingüístico desenvolvido por Otto Gruppe, e o que o próprio Sluga atribuiu a Heinrich Czolbe de psychologismo fisiológico.

A questão sobre as origens das investigações sobre a linguagem vem à tona mais uma vez através da abordagem histórica de Hans Sluga. No pensamento alemão, Sluga atribui a Johann Gottfried Von Herder¹²¹ (1744-1803) o estabelecimento de uma tradição que podemos chamar de filosofia da linguagem. Através das reflexões deste pensador notamos o início de uma tradição na história do pensamento alemão que se consolidaria de uma vez por todas nas investigações de Frege e Wittgenstein. Segundo Sluga, ao contrário de pensarmos a filosofia da linguagem como um aspecto dominante e estabelecido no século XIX na

¹²⁰ Para a reconstrução do panorama teórico do século XIX, nesta seção nos basearemos, exclusivamente, em dois sub-tópicos do primeiro capítulo do já mencionado livro de Hans Sluga (1980).

¹²¹ Através de várias obras Herder desenvolveu: uma filosofia da linguagem, pensamento, e significado; uma teoria da interpretação; e, uma teoria da tradução. Seu mais conhecido trabalho em filosofia da linguagem é o *Tratado sobre a origem da linguagem* (publicado em 1772), mas podemos citar outras obras importantes do autor, como: *Fragmentos sobre a recente literatura alemã* (1767-8), *Sobre a diligência nas várias linguagens eruditas* (1764), e *Sobre a cognição e a sensação da alma humana* (1778).

Alemanha, antes deveríamos pensá-la como um fluxo em pleno desenvolvimento, “(...) como uma linha contínua de pensamento.”¹²²

Pois a história de Herder foi a chave para a compreensão do mundo humano. Seres humanos são seres históricos, e isto é revelado pelo fato de que, historicamente, as linguagens amadurecidas são a expressão imediata da mente humana. ‘A alma humana pensa com palavras’, ele escreveu em 1799. ‘Ela não expressa apenas a si mesmo, mas se auto-identifica, e ordena seus próprios pensamentos por intermédio da linguagem. Leibniz afirmou que a linguagem é o espelho do entendimento humano, e alguém pode, ousadamente, adicionar que ela é também a origem de seus conceitos – não somente a costumeira mas a indispensável ferramenta de sua razão. [...]’¹²³

Os esforços de Herder, de alguma maneira, tinham o complemento de uma grande onda de investigações filológicas, oriundas daquele período, e que acabavam por ampará-lo teoricamente. Contudo, é certo considerarmos tais estudos como frutos diretos de relevantes reflexões filosóficas acerca do papel desempenhado pela linguagem na história da humanidade. O “[...] quase esquecido Otto Friedrich Gruppe (1851-1921) viu na linguagem a expressão direta da consciência humana.”¹²⁴

3.2.1. Linguagem e naturalismo em Otto F. Gruppe

Desde seus primeiros estudos, Gruppe esteve em contato com tendências anti-idealistas como a de Alexander Von Humboldt, além de seu interesse no estudo histórico e clássico da filologia alemã. Temos o *Antäus* (1831) como sua primeira publicação, e nesta

¹²² “[...] as a continuous thread of thought.” (Sluga, 1980, p. 20, tradução nossa).

¹²³ “For Herder history was the key to understanding of the human world. Human beings are historical beings and this is revealed in the fact that historically grown languages are the immediate expression of the human mind. ‘The human soul thinks with words,’ he wrote in 1799. ‘It does not just express itself, but identifies itself and orders its own thoughts by means of language. Leibniz says that language is the mirror of human understanding, and one may boldly add that it is also the source of its concepts – not only the customary but the indispensable tool of its reason. [...]’” (Sluga, 1980, p. 20, tradução nossa).

¹²⁴ “[...] almost-forgotten Otto Friedrich Gruppe saw in language the direct expression of human consciousness.” (Sluga, 1980, p. 21, tradução nossa).

obra ele apresenta contundentes críticas ao sistema idealista hegeliano. Como subtítulo desta primeira obra gruppeana, temos algo como *Uma correspondência sobre o conflito entre a filosofia especulativa com a ciência e a linguagem*.

Em 1855, Gruppe publica seu último livro de caráter filosófico intitulado *A presente condição e o futuro da filosofia na Alemanha*¹²⁵. Nesta obra, Gruppe se questiona pelo estado em que se encontrava a filosofia, indagando como as coisas haviam chegado a tal ponto. Para entendermos melhor esta situação “aterradora” na qual se encontrava a filosofia, basta lembrarmos o que aqui já foi mencionado, acerca da total descrença em que o pensamento racional especulativo caiu a partir da ascensão de uma nova sociedade, caracterizada pelo cientificismo e pelos avanços tecnológicos. Uma sociedade que vivenciava mudanças estruturais em sua própria maneira de pensar, desde que o último grande modelo de sistema filosófico veio a baixo.

Não há [...] um desprezo apenas pelo idealismo, mas uma falta de interesse geral por toda espécie de filosofia. A situação precisa ser tomada seriamente por qualquer um, ‘a quem as divisões hostis e extremas dominantes deixaram sem nenhuma fé na possibilidade de um tipo de filosofia intelectualmente livre e, no entanto despretensioso. [...] Gruppe conclui que, o declínio na reputação da filosofia não se deve a este ou àquele pequeno erro nas filosofias tão populares anteriormente, mas ao projeto básico que os próprios filósofos tinham estabelecido.’¹²⁶

A posição de Gruppe era claramente contra a metafísica, e todo e qualquer pensamento de caráter especulativo. Este autor “prega” a eliminação destes sistemas filosóficos, bem como o fato de não haver qualquer motivo para retornar a esta espécie de pensamento que parte, segundo Gruppe, do pressuposto de que todo conhecimento pode ser extraído apenas de conceitos. Ao apontar às confusões idealistas notamos seus fortes traços empiristas, ou melhor, naturalistas; confusões estas que têm suas raízes na própria história da filosofia, e mais especificamente, desde o pensamento de Aristóteles.¹²⁷

Muito precisa ser descartado da filosofia, contudo a lógica permanece como um campo legítimo de investigação filosófica. ‘Não há dúvida de que as bases para uma

¹²⁵ *Gegenwart und Zukunft der Philosophie in Deutschland*.

¹²⁶ “There is [...] not only contempt for idealism, but a general lack of interest in all kinds of philosophy. The situation needs to be taken seriously by anyone ‘whom the hostile divisions and dominating extremes have left with any faith in the possibility of an intellectually free and nevertheless unpretentious kind of philosophy.’ [...] Gruppe concludes that the decline in the standing of philosophy is due not to this or that minor error in the previously popular philosophies, but to the basic project philosophers had set themselves.” (Sluga, 1980, p. 21, tradução nossa).

¹²⁷ Sluga, 1980, p. 22.

reconstrução completa da filosofia situam-se nesta especializada área'. [...] A reforma da lógica, prevê Gruppe, deve surgir do estudo da linguagem.¹²⁸

Gruppe chega a apresentar um pensamento bem revolucionário, e algumas vezes parecendo antever toda a revolução que viria à tona mais tarde com a filosofia de Frege, através de sua revisão da lógica. O autor afirma que mesmo uma reconstrução da lógica é inevitável, e que essa revisão viria precedida do desenvolvimento de estudos da linguagem, ao lado da ciência natural.

O estudo da linguagem é importante porque a metafísica especulativa mal interpreta completamente a linguagem e seu papel no pensamento [...]. O Pensamento não é possível sem a linguagem, e a linguagem não é possível sem o pensamento [...]. A linguagem não é algo inventado, algo fabricado, não é dada anteriormente ao pensamento, não é uma ferramenta comprada pronta e um órgão do pensamento; um se desenvolveu ao lado do outro [...].¹²⁹

Em muitas coisas, Gruppe parece antecipar os futuros desenvolvimentos da filosofia da linguagem, principalmente no que tange à relação pensamento-linguagem. Apresentando uma relação entre esses dois elementos do conhecimento humano assemelha-se fortemente ao apontado por Frege, quando este afirma precisamos de signos sensíveis para pensar e que tudo o que é comunicável (pensável) é exprimível pela linguagem, ou seja, quando Frege propõe tal relação intrínseca entre tais elementos. Nesse sentido, sua contribuição aos estudos filosóficos que tomam a linguagem como objeto de reflexão é inegável.

Apesar desses grandes avanços feitos por Gruppe em relação à linguagem e à lógica, por outro lado, ele chega a colocar o *a priori*, característica mais do que relevante à maneira como a lógica é concebida por Frege, no mesmo rol de aspectos dispensáveis da filosofia. São estes aspectos radicalmente empíricos que acabam por caracterizar seus estudos como pertencentes ao que Sluga vem a denominar de contexto naturalista científico do século XIX.

¹²⁸ “Much needs to be thrown out of philosophy, but logic remains as a legitimate Field of philosophical inquiry. ‘There is no doubt that the foundations for a complete reconstruction of philosophy lie in that specialized area’. [...] The reform of logic, Gruppe envisages, must arise out of the study of language.” (Sluga, 1980, p. 22, tradução nossa).

¹²⁹ “The study of language is important because speculative metaphysics entirely misunderstands language and its role in thinking [...]. Thinking is not possible without language and language is not possible without thinking [...]. Language is not something invented, something fabricated, it is not given prior to thought, not is it a ready-made tool and organ of thinking; the one has grown together with the other [...].” (Sluga, 1980, p. 22, tradução nossa).

Porém, devemos nos atentar para o que Gruppe entende como pensamento, e de que maneira este é composto. Pois, a fim de rechaçar o pensamento especulativo, claramente hegeliano, que entende a linguagem como mera ferramenta do ato original (o pensamento) de uma substância mais original, a alma¹³⁰, e, assim, com o intuito de afastar tal concepção, Gruppe nega o caráter *a priori* dos conceitos, e, conseqüentemente, relaciona ao aspecto sensorial da linguagem sua concepção.

Frege obviamente se opõe à perspectiva gruppeana que entende os significados não como algo pronto e transmitido através da representação lingüística (linguagem). Gruppe afirma que aquilo que é transmitido por nós só pode ser definido na própria linguagem em que ocorre, e não possui qualquer possibilidade de existência independente de nossas asserções.¹³¹ A partir disso, parecemos encontrar uma boa razão para o realismo de caráter platonista assumido por Frege, ao conceber a preexistência de entidades como pensamentos e conceitos.

Não há nada inato e nem conceitos *a priori*, como Platão, Leibniz e Kant haviam pensado. ‘A generalidade e necessidade dos conceitos de que tanto se fala se revela como nada mais do que um equívoco acerca da relatividade dos conceitos que está atrelada, essencialmente, à natureza do juízo e à origem da linguagem’ [...]. Quando consideramos, com base em tais pressupostos, o que são os conceitos em si mesmos, devemos dizer que eles não são nada além de hipotecas sobre coisas particulares [...]. Eles são basicamente metáforas.¹³²

Gruppe suspeita de qualquer uso especulativo atribuído à linguagem, e aponta que o erro situa-se no fato do pensamento especulativo considerar a existência dos conceitos independente de sua relação com juízos. Ele tenta mostrar como a filosofia hegeliana extrai determinados conceitos de seus contextos viventes, e é levada a considerações e conclusões errôneas; conceitos estes como “espaço” e “tempo”. A fim de entendermos melhor a maneira como os conceitos são entendidos por Gruppe, Sluga o cita:

[Conceitos] têm seu começo a partir de imagens e metáforas, e mesmo em sua maturidade eles permanecem com essas comparações, mesmo se em sua forma condensada, já não apontam para objetos sensoriais. Mas isso não prejudica a sua natureza essencialmente metafórica. Portanto, é considerada deles a mesma coisa

¹³⁰ Sluga, 1980, p. 22.

¹³¹ Sluga, 1980, p. 23.

¹³² “There are no innate and no *a priori* concepts, as Plato, Leibniz, and Kant had thought. ‘The generality and necessity of concepts of which there is so much talk proves to be nothing but a misunderstanding of that relativity of concepts which hangs essentially together with the nature of judgment and the origin of language’ [...]. When we consider, on the basis of such assumptions, what concepts themselves are, we must say that they are nothing but mortgages on particular things [...]. They are basically metaphors.” (Sluga, 1980, p. 24, tradução nossa).

que de imagens comuns: deve-se abandoná-los depois de terem feito seu trabalho, não se pode empregá-los permanentemente, não se deve esperar qualquer consistência minuciosa deles (*Antäus*, p. 365).¹³³

Gruppe, nesse sentido, põe em xeque toda a tradição filosófica que considera conceitos enquanto universais rígidos, que têm como principal característica o cair de objetos sob si. No primeiro capítulo mencionamos esta tradição ao citar Dummett, quando este analisa o procedimento da investigação ontológica e suas questões básicas. Gruppe lança, assim, dúvidas sobre o que alguns autores supõem ser o método fundamental da filosofia, isto é, à própria ontologia.

A concepção de Gruppe da lógica é mais rigorosamente lingüística. Sua concepção da reforma da lógica é baseada em um estudo crítico da linguagem natural. O fracasso da lógica aristotélica, em sua opinião não é que ele fica aquém de um modelo ideal, mas que ela não reflete a natureza do raciocínio que procede da linguagem real.¹³⁴

Segundo Sluga, apesar de que a filosofia da linguagem¹³⁵ de Gruppe tenha sua origem em pressupostos semelhantes aos do naturalismo de Vogt, Büchner, e Czolbe, existem alguns aspectos através dos quais mantém determinada distância desses autores. Um dos pontos mais divergentes do pensamento de Gruppe para com a corrente naturalista e empirista, mencionada antes neste texto, é o fato de que Gruppe motivava-se a partir da crítica ao sistema hegeliano de pensamento. Gruppe demonstrou um legítimo interesse pela lógica, sugerindo mesmo sua revisão e rejeitando a tradição aristotélica. Outro ponto que encontramos desacordo entre Gruppe e os outros naturalistas encontra-se no fato de que, ao contrário deles, Gruppe não entendia os juízos como simples combinações de conceitos, mas

¹³³ “[Concepts] have begun from pictures and metaphors and even in their ripe old age they remain comparisons, even if in their condensed form they no longer point to sensory objects. But that does not affect their basically metaphorical nature. Therefore the same thing holds of them as of ordinary pictures: one must abandon them after they have done their work, one cannot employ them permanently, one must not expect any thoroughgoing consistency from them (*Antäus*, p. 365).” (Gruppe In Sluga, 1980, p. 24, tradução nossa, colchete nosso).

¹³⁴ “Gruppe’s conception of logic is more strictly linguistic. His conception of the reform of logic is based on a critical study of a natural language. The failure of Aristotelian logic in his view is not that it falls short of some ideal standard but that it does not reflect the nature of reasoning as it proceeds in actual language.” (Sluga, 1980, p. 25, tradução nossa).

¹³⁵ No fim, Sluga acaba por emparelhar a relevância de Frege e Gruppe para a construção da filosofia da linguagem. Pois, se determinada tradição nesta disciplina é relacionada a Frege; podemos afirmar que a Gruppe é atribuída outra tradição na filosofia da linguagem. Estas duas tradições culminam em, segundo o próprio Sluga, entrelaçarem-se através do pensamento de Wittgenstein. (Sluga, 1980, p. 26).

percebia que os juízos possuíam uma unidade, e da análise desta unidade apareceriam os conceitos.¹³⁶

3.2.2. As bases fisiológicas do psicologismo em Heinrich Czolbe

De todos os naturalistas científicos do século XIX, mencionados por Sluga, possamos talvez reconhecer Heinrich Czolbe (1819 – 1873) como o único que sentiu a necessidade de elaborar seus pressupostos filosóficos de forma mais sistemática. Isto se deu, talvez, pelo fato de que Czolbe, comparado aos seus companheiros naturalistas, apresentasse uma posição mais conservadora, tanto politicamente como socialmente. O fato de que este autor estava mais inclinado à reflexão teórica acaba por funcionar, de alguma maneira, como elo para com a tradição filosófica. Pois, ao contrário de Otto Gruppe, Czolbe não estava tão interessado em investigar a lógica da linguagem, e muito menos partir de uma perspectiva anti-hegeliana; suas convicções estavam mais orientadas através do desenvolvimento da fisiologia.¹³⁷

Talvez, possamos associar a crença de Czolbe na construção de um sistema naturalista visando o progresso da própria ciência a uma carreira nas ciências naturais e médicas, atrelada a um profundo interesse pela filosofia. Percebemos que este autor se destaca, em muito, de seus contemporâneos naturalistas, por buscar bases sólidas filosóficas para a sustentação de seus pressupostos científicistas. Ao contrário de Vogt e outros, Czolbe não pretendia apresentar asserções apenas fragmentárias e de pouco aprofundamento filosófico acerca do naturalismo, ele estava convencido a apresentar respostas mais fundamentais a suas questões.

¹³⁶ Sluga, 1980, pp. 25-26.

¹³⁷ Sluga, 1980, p. 27.

Não havia, segundo [Czolbe], nenhuma apresentação do naturalismo, que ‘determinasse precisamente seu princípio fundamental e respondesse às questões mais relevantes sobre as conexões entre os temas, como é feito nos sistemas filosóficos. O que Feuerbach, Vogt, Moleschott e outros têm feito a este respeito, mais recentemente, são apenas afirmações fragmentárias e sugestivas, que deixam qualquer um insatisfeito quando adentra mais profundamente no assunto’ [...].¹³⁸

Talvez a maior influência filosófica sofrida por Czolbe venha de Hermann Lotze, quando este, segundo Sluga, atacou o vitalismo em seu *Patologia e Terapia Geral como ciências mecânicas*¹³⁹, argumentando que todos os processos naturais eram passíveis de uma explicação em termos simplesmente mecânicos. “Ele pensava não haver qualquer necessidade de se referir a um princípio superior, uma força vital, na análise *científica* dos processos da vida. O livro ganhou o respeito dos fisiologistas contemporâneos”.¹⁴⁰ Entre estes autores está Czolbe, que direcionou a força do argumento lotzeano para o desenvolvimento de seu próprio pensamento. Com a *Nova Apresentação do Sensualismo* (1855)¹⁴¹, Czolbe inaugura, a partir de uma hiperbolização do próprio argumento lotzeano¹⁴², as bases fundamentais de seu **Sensualismo**¹⁴³, ou seja, a eliminação de todo e qualquer aspecto suprasensível.

Apesar de Czolbe não seguir os mesmos passos de Gruppe, isto é, realizar uma profunda análise da lógica e a partir disso propor sua reconstrução, ele também identifica nesta disciplina as razões para o que poderíamos chamar de falso raciocínio. Com a exclusão de todos os aspectos suprasensíveis da construção do conhecimento Czolbe postula a consideração apenas de aspectos observacionais. E, na lógica, como menciona Hans Sluga, encontramos tanto aspectos suprasensíveis quanto conceitos intuitivos, que nos leva a conclusões e considerações misteriosas acerca da natureza e da mente.

¹³⁸ “There existed, [Czolbe] argued, no single presentation of naturalism which ‘determines precisely its fundamental principle and answers the most important questions about the connections between the issues, as is done in philosophical systems. What Feuerbach, Vogt, Moleschott and others have done in this respect most recently are only suggestive, fragmentary claims which leave one dissatisfied when one enters the subject more deeply’ [...]” (Sluga, 1980, p. 27, tradução nossa, colchete nosso).

¹³⁹ *Allgemeine Pathologie und Therapie als mechanische Naturwissenschaften*. (1842).

¹⁴⁰ “He thought there was no need to refer to a higher principle, a life force, in the *scientific* analysis of life processes. His book had gained the respect of contemporary physiologists.” (Sluga, 1980, p. 27-28, tradução nossa).

¹⁴¹ *Neue Darstellung des Sensualismus*.

¹⁴² Embora Czolbe faça uso do argumento lotzeano de maneira tão radical, através do que Sluga chama de refutação positiva (*positive refutation*) da visão lotzeana, em algum momento o próprio Hermann Lotze sente a necessidade de responder a Czolbe. A crítica lotzeana pauta-se no caráter pouco convincente da análise materialista das sensações apresentada por Czolbe. Lotze afirma que o suprasensível sempre é adicionado pelo pensamento à intuição, e a idéia czolbeana de que as coisas nos são dadas pela intuição parece desconsiderar que a própria noção de coisa é *a priori* e suprasensível. (Sluga, 1980, p. 30).

¹⁴³ Como tradução do termo alemão *Sensualismus*, que identifica a doutrina seguida por Czolbe, a mais comum e corrente é **sensualismo**, apesar das críticas existentes e de haver outras possíveis traduções, como *sensismo*.

A lógica tradicional é antagônica ao novo sensualismo. Seu princípio, obviamente, não é susceptível de uma prova exata. Só pode ser ‘explicado’ e tornado plausível. Não pode ser dedutivamente justificado [...]. Existem, basicamente, duas preconcepções: o sensualismo e suprasensualismo. Todo o entendimento humano pressupõe a uma ou a outra.¹⁴⁴

O princípio suprasensível parece ganhar força através de explicações desconhecidas acerca do mundo, apresentando postulados muitas vezes extravagantes, e levando em conta o fato de que a possibilidade lógica acompanha tais doutrinas. O domínio desta filosofia especulativa a partir de seus pressupostos fantasiosos só encontrará um desafio verdadeiro a partir do momento em que abandonarmos as tentativas de refutá-los através de sua própria lógica. Assim, se justifica a necessidade czolbeana em construir todo um sistema de pensamento sensacionista. O maior desafio desta doutrina, talvez, seja seu maior avanço em relação às outras tendências naturalistas, ou seja, colocar-se a explicar como determinados conceitos filosóficos se originam, noções como “liberdade”, “idéia”, “moral”, através do ponto de vista exclusiva e redutivamente das sensações.

Esta crença empírica foi audazmente combatida por Frege em seus escritos, como por exemplo, ao questionar a explicação basicamente empírica da origem de postulados matemáticos¹⁴⁵, ou ainda, no confronto desses pressupostos ao apresentar sua definição de pensamento, que não se identifica nem com objetos sensíveis, e muito menos com nossas imagens mentais.¹⁴⁶

O dado fundamental para o sensualismo de Czolbe é a percepção sensorial (*sinnliche Wahrnehmung*). Conceitos são, assim, apenas dispositivos provisórios, e se tornam melhores quando se aproximam da percepção [...]. Por essa razão, *a psicologia é a ciência fundamental* [...], e não a lógica, não o pensamento especulativo.¹⁴⁷

Czolbe caracteriza muito bem o que Frege vem a definir como a tendência psicologista na filosofia, pois ao contrário dos outros naturalistas, como já dissemos, Czolbe não permanece apenas no âmbito do cientificismo, mas adentra os canais da filosofia. E, a

¹⁴⁴ “The traditional logic is to be opposed by the new sensualism. Its principle is, of course, not capable of exact proof. It can only be ‘explained’ and made plausible. It cannot be deductively justified [...]. There are basically two such preconceptions: sensualism and suprasensualism. All human understanding presupposes the one or the other.” (Sluga, 1980, p. 28, tradução nossa).

¹⁴⁵ Cf. Frege, 1974.

¹⁴⁶ Cf. Frege, 2002.

¹⁴⁷ “The fundamental given for Czolbe’s sensualism is sensory perception (*sinnliche Wahrnehmung*). Concepts are for it only makeshift devices and they are best when they stay close to perception [...]. For that reason *psychology is the fundamental science* [...], not logic, not speculative thought.” (Sluga, 1980, p. 29, tradução nossa; grifo do autor).

principal distinção deste para com o tipo de naturalismo praticado por Gruppe, seja sua desconsideração da lógica como disciplina fundamental para a construção do conhecimento.

Precisamos ter em mente que a psicologia sustentada por Czolbe tem caráter puramente fisiologista. A forma como ele concebe os dados sensoriais, e mesmo a noção de consciência é toda baseada em explicações redutivamente fisiológicas. O que para alguns filósofos é entendido como alma, e para outros enquanto mente, para Czolbe não passam de atividades psico-fisiológicas. “A consciência é apenas o movimento reflexivo nas fibras do cérebro”.¹⁴⁸ Em geral, para Czolbe, a origem dos conceitos se resume a processos puramente físicos.

O pensamento czolbeano também nega o caráter *a priori* de determinados conceitos, no entanto, não segue uma análise da linguagem para isto, como a realizada por Otto Gruppe. Ora, se tudo não passa de processos fisiológicos, os conceitos também se caracterizariam como oriundos das percepções sensoriais. Apesar de este autor apresentar uma concepção semelhante à de empiristas como John Stuart Mill, ainda mantém determinada distinção deste. Assim,

[...] conceitos não acontecem, segundo ele, em geral da maneira descrita pelo empirista - através da comparação e abstração. Pelo contrário, elas se originam ‘em um processo puramente físico, que sob qualquer circunstância, independe da vontade’ [...]. Conceitos, juízos e inferências originam-se da percepção “com uma necessidade física” [...]. Nossa capacidade de formar conceitos deve-se à estrutura molecular do cérebro [...].¹⁴⁹

Apesar de toda a simpatia dos naturalistas científicistas do século XIX pelos pressupostos empiristas de Mill, por também se considerarem comprometidos com o empirismo de alguma forma, e pela interpretação psicológica que Mill faz da lógica e da matemática, tais autores acabam por distinguirem-se, segundo Hans Sluga, ao assumirem tanto um realismo quanto um materialismo. Pois, enquanto para Mill,

[...] a psicologia estava relacionada com fenômenos subjetivos e interiores, com sensações, dados dos sentidos, e idéias. [...] [Para os naturalistas], a psicologia [...]

¹⁴⁸ “Consciousness is just reflexive movement in the fibers of the brain.” (Sluga, 1980, p. 29, tradução nossa).

¹⁴⁹ “[...] concepts do not, according to him, come about in quite the manner described by the empiricist – through comparison and abstraction. Rather, they originate ‘in a purely physical process which under all circumstances is independent of the will’ [...]. Concepts, judgments, and inferences come out of perception ‘with physical necessity’ [...]. Our ability to form concepts is due to the molecular structure of the brain [...].” (Sluga, 1980, p. 29-30, tradução nossa).

estava preocupada com fenômenos materiais e objetivos que eram, no final das contas, interpretados em termos fisiológicos.¹⁵⁰

O sucesso da doutrina de Czolbe é outra questão. Apesar de todo o seu empenho em excluir todo e qualquer dado suprasensível, e reduzir a totalidade do conhecimento em termos puramente fisiologistas, temos conhecimento das duras críticas feitas por Hermann Lotze a seu imprevisto pupilo, mencionado nesta seção. Para Lotze, conceitos empíricos, sensoriais ou intuitivos, simplesmente, não existem; e o simples fato de nomearmos algo de “coisa” já demonstra que admitimos elementos suprasensíveis adicionados ao conteúdo de nossas intuições.

Diante das críticas lotzeanas ao seu realismo, coube a Czolbe reconhecer a não redutibilidade mútua entre objetos materiais e sensações, apesar do autor sustentar que tal dualidade é plenamente compatível com seu sensualismo¹⁵¹. Frege viria adiante reforçar o argumento lotzeano contra a exclusão dos elementos suprasensíveis do pensamento, enxergando no reconhecimento destes elementos a saída para errôneas suposições como as de Czolbe.

Nós estamos inclinados a considerar o que é independente de nossos processos mentais como algo espacial ou material, e as palavras de que disponibilizamos apenas tornam isso evidente, como se um pensamento realmente fosse isso. [...] O que é independente de nossos processos mentais, o que é objetivo, não tem que ser espacial, material, ou real. [...].¹⁵²

Já afirmamos antes, que profundas mudanças de cunho político, social, científico e filosófico foram responsáveis pela decadência da filosofia especulativa, e mais especificamente, da influência hegeliana no primeiro quarto do século XIX. Nesse sentido, razões de natureza semelhante a estas culminaram no fim do período naturalista, ou pelo menos, de sua profunda influência na Alemanha do último quarto daquele século. “A confiança na força do modo de explicação naturalista começou a diminuir por volta de

¹⁵⁰ “[...] psychology was concerned with interior, subjective phenomena, with sensations, sense-data, and ideas. [...] [For naturalists] Psychology [...] was concerned with objective, material phenomena which were ultimately to be interpreted in physiological terms.” (Sluga, 1980, p. 27, tradução nossa, colchete nosso).

¹⁵¹ Sluga, 1980, p. 31.

¹⁵² “We are inclined to regard what is independent of our mental processes as something spatial or material, and the words that we have just listed make it look as if this is what a thought actually is. [...] What is independent of our mental processes, what is objective, does not have to be spatial or material or actual. [...]” (Frege, 1997, pp. 237-238, tradução nossa).

1870”.¹⁵³ O pensamento de autores como Lotze, e a força de seus argumentos só vieram demonstrar que certa tradição filosófica não era impedida de existir ao lado de outras novas tendências.

3.3 Frege e seus interlocutores.

Após tentarmos ilustrar teoricamente o panorama psicologista do século XIX, através principalmente da suposição de Sluga de que o psicologismo, em sua maior expressão, se resumia a um naturalismo científico, passaremos agora, como o título desta seção sugere, aos autores que Frege tomou mais rigorosamente como interlocutores.

Vários foram os autores alvejados pelas críticas antipsicologistas de Frege, e que foram mencionados literalmente em seus textos. Talvez as figuras mais emblemáticas entre todos sejam John Stuart Mill e Edmund Husserl, as concepções lógicas e matemáticas cheias de aspectos psicológicos e/ou empiristas de ambos foram, respectivamente, tratadas em *Os Fundamentos da Aritmética*¹⁵⁴ e na *Resenha da Filosofia da Aritmética de Edmund Husserl*¹⁵⁵.

Ao longo de outros escritos, Frege cita ainda outros pensadores como Benno Erdmann em seu tenaz prólogo às *Leis Básicas da Aritmética*¹⁵⁶. Ao “espírito que somente podemos encarar com admiração e reconhecimento”¹⁵⁷ de Immanuel Kant, Frege dispensa uma breve atenção, apesar de moderada, devido à suposição kantiana de que nenhum objeto nos seria dado sem a sensibilidade, atribuindo assim o sintético *a priori* não somente à

¹⁵³ “Trust in the power of naturalistic modes of explanation had begun to wane by 1870.” (Sluga, 1980, p. 34, tradução nossa).

¹⁵⁴ *Grundlagen der Arithmetik*. (1884).

¹⁵⁵ ‘*Rezension von: E. Husserl, Philosophie der Arithmetik*’. (1894).

¹⁵⁶ *Grundgesetze der Arithmetik*. (1893).

¹⁵⁷ Frege, 1974, 272.

geometria, mas à aritmética também. Ainda quanto às afirmações kantianas, talvez a crítica fregeana ao que mais se aproxima de um psicologismo em Kant relaciona-se ao uso que este faz da noção de **representação**¹⁵⁸, apesar de que alguns afirmarão que a questão não passa de uma distinção terminológica.

Representação em sentido subjetivo é aquilo a que se referem as leis psicológicas da associação: sua natureza é sensível, figurativa. Representação em sentido objetivo pertence à lógica, sendo essencialmente não sensível, embora a palavra que significa uma representação objetiva freqüentemente carregue consigo também uma subjetiva, que não é contudo seu significado. A representação subjetiva, na maioria dos casos, é nitidamente diferente em diferentes pessoas, a objetiva é a mesma para todas. As representações objetivas podem-se classificar em objetos e conceitos. Para evitar confusão, empregarei “representação” apenas em sentido subjetivo. Kant, por ter associado a esta palavra ambos os significados, emprestou a sua teoria uma coloração muito subjetiva, idealista, e dificultou o discernimento de sua verdadeira concepção. A distinção feita aqui é tão legítima quanto aquela entre psicologia e lógica. Pudessem elas sempre ser mantidas rigorosamente distintas!¹⁵⁹

Em 1891, Edmund Husserl envia a Frege uma cópia de seu *Philosophie der Arithmetik. Psychologische und logische Untersuchungen* [Filosofia da aritmética: investigações lógicas e psicológicas], o qual continha algumas críticas ao *Grundlagen* fregeano. Assim, Frege acaba por escrever em 1894 uma resenha crítica acerca de tal obra husserliana, a qual segundo Frege continha fortes traços de psicologismo. Segundo alguns comentadores, a crítica fregeana foi decisiva para que Husserl seguisse um novo rumo em suas investigações, no momento em que este deixa de lado algumas concepções de caráter psicologistas, chegando a assumir uma posição antipsicologista em algumas obras, como o *Logische Untersuchungen. Erster Teil: Prolegomena zur reinen Logik* [Investigações lógicas. Primeira parte: Prolegômenos à lógica pura] (1900).¹⁶⁰

As críticas fregeanas em direção a este autor podem se resumir às suas investigações matemáticas, e para ser mais explícito, à maneira como Husserl concebe o conceito de número. Para Husserl, o significado das palavras, os conceitos e também os objetos eram vistos como diferentes tipos de idéias. Além disso, podemos mencionar a crítica

¹⁵⁸ Hacking cita uma crítica kantiana à maneira como o termo “idéia” vinha sendo empregado: “Kant restituiu à palavra “idéia” aquilo que ele considera ser o sentido de Platão, e diz: ‘quem quer que tenha se familiarizado com essas distinções deve considerar intolerável ouvir a representação de uma cor, vermelho, ser chamada uma idéia’ (*Crítica da razão pura*, A320B377).” (Hacking, 1999, p. 35.). Assim, Kant parece ainda um tanto quanto isento do viés naturalista adotado no século XIX, por autores como Gruppe e Czolbe, que resumiam a noção de idéia a termos puramente empiristas.

¹⁵⁹ Frege, 1974, p. 231.

¹⁶⁰ Beaney, 1997, p. 224.

que Frege faz a Husserl, por este ora atribuir a conceitos e objetos um caráter subjetivo, ora atribuir a eles aspectos objetivos.¹⁶¹

Em seu artigo *Sobre o conceito e o objeto* (1892b), Frege dedica algumas páginas à má compreensão por parte de Benno Kerry acerca de sua noção de **conceito** (*Begriff*). Como vimos no primeiro capítulo, Frege entende conceitos como entidades de caráter objetivo, e não subjetivo como as idéias (representações). Frege caracteriza a noção de conceito de maneira puramente lógica, apesar de considerar a possibilidade de duas distintas definições para este termo, uma psicológica e outra lógica, e ainda uma curiosa mistura de ambas¹⁶². Frege, no prólogo às *Leis Básicas da Aritmética* dedica algumas considerações, dessa vez, a outro autor, desta vez, Benno Erdmann.

Para o Sr. Erdmann não há, pois, uma objetividade autêntica, como também se deduz do fato de que põe o representado ou a representação [idéia] em geral, o objeto no sentido mais geral da palavra, como gênero supremo (*genus summum*) (p.147). Ele é, portanto, um idealista.¹⁶³

A tese antipsicologista de Frege parece se apoiar, em parte, na idéia de que os lógicos psicologistas em suas investigações tomavam conceitos por idéias ou representações. E, justamente por esta confusão psicologista, poder-se-ia atribuir à psicologia o estudo dos conceitos, e por consequência do pensamento. Este problema funda-se principalmente pela não consideração de uma realidade objetiva não-efetiva por certos autores, como no caso de John Stuart Mill.

¹⁶¹ Kusch, 2007, p. 08.

¹⁶² Para uma exposição sobre esta possível posição mista em relação à natureza dos conceitos ver, por exemplo: Laurence & Margolis. *The Ontology of Concepts – Abstract Objects or Mental representations?* **NOUS** 41:4 (2007) 561-593.

¹⁶³ Frege, 2005, p. 35. (colchete nosso).

3.3.1 O psicologismo empirista de J. S. Mill

Prenderemos a atenção mais fortemente a um dos autores citados no início, como sendo a figura que mais bem representa os ataques proferidos por Frege em sua obra. No que diz respeito à confusão entre idéias (*Vorstellungen*) e pensamentos (*Gedanken*), ou seja, entre aspectos subjetivos e objetivos da linguagem, J. S. Mill¹⁶⁴ parece ser o alvo preferido de Frege, como se pode notar em *Os Fundamentos da Aritmética* (1884). Ao considerarmos a abordagem histórica do psicologismo de Sluga, que o relaciona a um naturalismo científico como vimos, poderemos entender mais adequadamente o fato de Frege atacar especificamente o empirismo de Mill.

Frequentemente é apenas mediante um vasto trabalho do espírito, que pode levar séculos, que se consegue conhecer um conceito em sua pureza, extraí-lo dos invólucros estranhos que o dissimulavam aos olhos do espírito. O que dizer então daqueles que, ao invés de prosseguir este trabalho onde ele não aparece ainda realizado, o menosprezam, se dirigem aos quartos das crianças ou se transportam para as mais antigas fases conhecidas de desenvolvimento da humanidade, a fim de lá descobrir, como J. S. Mill, algo como uma aritmética de pãozinhos e pedrinhas!¹⁶⁵

Martin Kusch apresenta brevemente a filosofia de Mill baseada nos pressupostos do psicologismo. Baseia-se, segundo ele, em estudos recentes de David Godden¹⁶⁶ acerca da questão: se Stuart Mill era, de fato, um autor psicologista. E, inicia sua explanação afirmando que Godden expõe uma explicação satisfatória diante do fato de que os críticos e intérpretes de Mill não chegam a um consenso quanto a seu possível viés psicologista.

A posição de Mill sobre a relação entre a lógica (dedutiva) e a psicologia é "fraturada". Alguns elementos do pensamento de Mill empurram-no para uma visão fortemente psicologista, outros elementos puxam-no para longe dele. Em outras

¹⁶⁴ Poder-se-ia objetar que aquilo que Frege critica em Mill é antes seu empirismo do que seu psicologismo. No entanto, se entendermos alguns aspectos do psicologismo como conseqüências de uma abordagem empírica, de alguma forma, tal ressalva cai por terra, como a partir da tese de Sluga sobre o psicologismo de tendências naturalistas do século XIX.

¹⁶⁵ Frege, 1974, p. 206.

¹⁶⁶ Cf. "Psychologism in the Logic of John Stuart Mill: Mill on the Subject Matter and Foundations of Ratiocinative Logic". In *Journal of the History and Philosophy of Logic* 26: 115-143.

palavras, algumas vezes, Mill insiste que a lógica depende da psicologia, outras, ele nega tal dependência.¹⁶⁷

Kusch indica momentos relevantes em que Mill, claramente, pronuncia-se psicologicamente ao definir a lógica em duas partes, uma prescritiva, a arte do raciocínio, e uma descritivo-explicativa, a ciência do raciocínio que analisa processos mentais demonstrando um aspecto eminentemente psicológico. Assim, a questão fundamental que surge neste caso é como visualizar uma independência da arte perante a ciência, como dar certa autonomia à parcela prescritiva da lógica sem que sua contraparte psicológica interfira.

A parte prescritiva da lógica, isto é, a arte do raciocínio parece independente da ciência psicológica, em alguns momentos, como ao considerar que tal arte fornece as regras para o bom proceder dos processos racionais. No entanto, quando Mill considera que as próprias bases teóricas da ciência da lógica são extraídas da psicologia, chegamos à conclusão de que a “[...] psicologia é essencial para a justificação das regras do raciocínio”.¹⁶⁸ Frege com certeza teve em mente, ao definir o papel que a lógica deve desempenhar e quanto ao seu objeto de estudo, a maneira como Mill concebe a lógica.

Descobrir verdades é a tarefa de todas as ciências: cabe a lógica, porém, discernir as leis do ser verdadeiro (*wahrsein*). [...] Das leis do ser verdadeiro decorrem prescrições para asserir (*fürwahrhalten*), para pensar, julgar, raciocinar. [...] a fim de evitar qualquer equívoco e impedir que se apaguem as fronteiras entre psicologia e lógica, atribuo à lógica a tarefa de descobrir as leis do ser verdadeiro (*Wahrsein*), e não as leis do asserir como verdadeiro (*fürwahrhalten*) ou as leis do pensar. O significado da palavra “verdadeiro” se explica pelas leis do ser verdadeiro.¹⁶⁹

A única maneira de entendermos as leis da lógica como leis do pensamento dá-se através do caráter prescritivo de tais leis. Frege afirma ser de conhecimento geral que as leis lógicas desempenham o papel de normas para o pensar correto, para que o pensamento alcance a verdade, isto é, a expressão “lei” assume o caráter prescritivo, ao prescrever o que deve ser. Contudo, Frege alerta-nos para o caso em que as leis da lógica, entendidas enquanto leis do pensamento, são confundidas com as leis naturais que regem os acontecimentos do mundo natural. Portanto é através deste equívoco que alguns podem vir a entender as leis do

¹⁶⁷ “Mill’s position on the relationship between (deductive) logic and psychology is “fractured”. Some elements in Mill’s thought push him towards a strongly psychologistic viewpoint, other elements pull him away from it. In other words, sometimes Mill insists that logic depends on psychology, sometimes he denies such dependence.” (Kusch, 2007, p. 02, tradução nossa).

¹⁶⁸ “[...] psychology is essential to the justification of the rules of reasoning.” (Kusch, 2007, p. 03, tradução nossa).

¹⁶⁹ Frege, 2002, pp. 11-12.

pensamento enquanto leis psicológicas. Se a lógica tivesse algo a ver com tais leis psicológicas, de fato, ela seria como afirma Mill subordinada à psicologia.¹⁷⁰

[...] a lógica parece estar completamente infectada pela psicologia. Quando, em vez da coisa mesma, se consideram somente suas imagens subjetivas (*subjectiven Abbilder*), as representações (*Vorstellungen*), perdem-se naturalmente todas as diferenças reais mais finas e, ao contrário, aparecem outras que para a lógica carecem totalmente de valor.¹⁷¹

Portanto devemos ter em mente ao considerar a natureza das leis lógicas, que estas tomam como objetos de análise o **ser verdadeiro**, que é totalmente distinto do **ser tomado como verdadeiro**. Pois, como Frege já bem elaborou em outras ocasiões, a **verdade** independe de alguém que a considere verdadeira, elas antes estão assentadas “(...) em um solo eterno, que certamente podem ser renegados por nosso pensamento, mas nunca removidos”.¹⁷² O ser tomado como verdadeiro, pelo contrário, está completamente a mercê das leis psicológicas que regem a mente humana, podendo ser considerado verdadeiro por uma e falso por outra, variação esta que, simplesmente, não ocorre no que a lógica toma por objeto. Assim, é de muita sensatez afastar os aspectos comuns à psicologia, como o que Frege chama de **leis do assentimento humano**, de toda concepção da ciência da lógica, e de suas leis.

Quando iniciamos o estudo de uma ciência, precisamos ter alguma idéia, mesmo que seja apenas de caráter provisório, de sua natureza. Queremos ter em vista uma meta a fim de empenharmos esforços em sua direção. Almejamos algum ponto de vista no qual guiaremos nossos passos na direção certa. A palavra ‘verdadeiro’ pode ser usada para indicar tal objetivo para a lógica, assim como pode ‘bom’ para a ética, e ‘belo’ para a estética. Claro que toda ciência tem a verdade como sua meta, mas a lógica relaciona-se com o predicado ‘verdadeiro’ de uma forma muito especial, ou seja, de uma maneira análoga àquela em que a física relaciona-se com os predicados ‘pesado’ e ‘quente’, ou química com os predicados ‘ácido’ e ‘alcalino’. Há, no entanto, a diferença de que estas ciências levam em conta outras propriedades ao lado dessas que mencionamos, e que não há nenhuma propriedade pela qual sua natureza é tão completamente caracterizada como a lógica é pela palavra ‘verdadeiro’.¹⁷³

¹⁷⁰ Frege, 2005, pp. 26-27.

¹⁷¹ Frege, 2005, p. 26.

¹⁷² Frege, 2005, p. 28.

¹⁷³ “When entering upon the study of a science, we need to have some idea, if only a provisional one, of its nature. We want to have in sight a goal to strive towards; we want some point to aim at that will guide our steps in the right direction. The word ‘true’ can be used to indicate such a goal for logic, just as can ‘good’ for ethics and ‘beautiful’ for aesthetics. Of course all the science have truth as their goal, but logic in concerned with the predicate ‘true’ in a quite special way, namely in a way analogous to that in which physics has to do with the predicates ‘heavy’ and ‘warm’ or chemistry with the predicates ‘acid’ and ‘alkaline’. There is, however, the difference that these sciences have to take into account other properties besides these we have mentioned, and

Se Gottlob Frege supõe que o grande ponto de enlace das confusões psicologistas na lógica se encontra na própria maneira de conceber a verdade, a teoria da objetividade fregeana mais uma vez parece fundamentar sua oposição à lógica psicologista, ao atribuir, às verdades investigadas pela lógica, aspectos não espaciais e não temporais. Parece haver a forte tendência no século XIX de criar extremos entre o que não é sensível, e, portanto, passa a ser considerado enquanto subjetivo, e o que pode ser apreendido pelos sentidos que se caracteriza como efetivo ou empírico. Com isso, abordagens da aritmética, por exemplo, passam por considerações grosseiramente empiristas a fim se encaixar em um dos dois extremos.

[...] eu reconheço um domínio do objetivo não-efetivo (*Objectiven nichtwirklichen*), enquanto que os lógicos psicologistas consideram o não-efetivo como o subjetivo (*Subjectiv*) sem mais. E, obviamente, não se vê claramente por que aquilo que tem uma existência (*Bestand*) independente do emissor de juízos deva ser efetivo, isto é, deva poder atuar diretamente ou indiretamente sobre os sentidos. Não se pode descobrir uma tal relação entre os conceitos. Inclusive podem dar-se exemplos que mostram o contrario. O numero um, por exemplo, não é facilmente considerado como efetivo (*wirklich*), se não se é seguidor de J. S. Mill. Por outra parte, é impossível atribuir a cada homem o seu próprio um; pois, primeiro haveria que se investigar até que ponto coincidem as propriedades destes uns. [...] Como os lógicos psicologistas ignoram a possibilidade do não-efetivo objetivo, tomam os conceitos por representações, com o que atribuem o seu estudo à psicologia.¹⁷⁴

Apesar disso, a concepção de lógica enquanto uma disciplina subordinada, ou como ramo da psicologia, pareça ser a principal característica criticada por Frege, em Mill e em outros lógicos psicologistas. Os duros golpes desferidos a Stuart Mill, em muitos momentos, direcionam-se claramente ao empirismo “psicológico” deste autor. Frege nega qualquer definição de número enquanto propriedade estabelecida a partir de agregados de objetos, rechaçando qualquer aspecto empírico aos enunciados e verdades matemáticas.

O fundamento da aritmética não é mais profundo que o de todo saber empírico, mais profundo mesmo que o da geometria? As verdades aritméticas governam o domínio do enumerável. Este é o mais inclusivo; pois não lhe pertence apenas o efetivamente real, não apenas o intuível, mas todo o pensável. Não deveriam, portanto, as leis dos números manter com as do pensamento a mais íntima das conexões?¹⁷⁵

Seguindo o raciocínio de Mill, Frege afirma que podemos colocar determinadas quantidades de objetos lado a lado e, de fato, a partir disso apontar diferenças, como, ao

that there is no one property by which their nature is so completely characterized as logic is by the word ‘true’.” (Frege, 1997, p. 227-228, tradução nossa).

¹⁷⁴ Frege, 2005, p. 30-31.

¹⁷⁵ Frege, 1974, p. 221.

comparar três geladeiras e uma geladeira. Contudo, há uma diferença muito grande em comparar números enquanto propriedades como se fossem eles mesmos, o número três e o número um, coisas físicas. E, além disso, parece errôneo entender a atribuição de números somente destinada a coisas físicas, pois números seguramente podem ser atribuídos a determinados objetos abstratos, ou mesmo imaginados, como na expressão “vinte pratos de feijões azuis”.

Se uma proposição é chamada de empírica porque tivemos que fazer observações para tomar consciência de seu conteúdo, a palavra “empírica” não está sendo empregada no sentido em que ela se opõe a *a priori*. É neste caso formulada uma asserção psicológica, que concerne apenas ao conteúdo da proposição; se este é verdadeiro, é algo que não entra em questão. Neste sentido, são também empíricos todos os contos de Münchhausen; pois certamente foi preciso muito observar para poder inventá-los.¹⁷⁶

De uma maneira geral, Frege investiga, em certo momento de seus *Fundamentos*, quais as origens e qual a natureza dos números. Assim, ele parece rejeitar a suposição de que números seriam conceitos extraídos das coisas exteriores, como supõe Mill. Em alguns momentos notamos grande sarcasmo nas críticas de Frege relacionadas ao fato de chegarmos a determinados conceitos numéricos através da soma de “pedrinhas ou pãezinhos”. As fórmulas numéricas, ou melhor, as declarações matemáticas não são oriundas de fatos observáveis, assim como o conhecimento empírico não pode fundamentar as verdades da matemática.¹⁷⁷

O psicologismo combatido por Frege parece, como já afirmamos, sempre relacionado com a não consideração do domínio do objetivo não-efetivo, e, justamente nisto, reside a oposição entre o **ser verdadeiro** e o **tomar algo como verdadeiro**. O que passa além dos sentidos acaba sendo ignorado ou negado, ou como em alguns casos, simplesmente transformado em idéias ou representações. Em alguns casos, como na matemática, este objetivo não-efetivo sofre mutações mais drásticas ainda, ao terem sua natureza confundida com a de objetos físicos. Tomam-se, como dissemos no capítulo anterior, a forma pelo conteúdo; atribuem aos numerais, aos sinais dos números, aos meros traços de tinta sobre o papel, a verdadeira essência das entidades numéricas. Assim, Frege chega a algumas

¹⁷⁶ Frege, 1974, p. 216.

¹⁷⁷ Cf. Frege, *Os Fundamentos da Aritmética*, 1974.

conclusões ao fim de seu prólogo (2005) acerca da íntima relação que pode existir entre a lógica e a psicologia:

Que a lógica psicologista está numa vereda sem saída ao conceber sujeito e predicado dos juízos como representações no sentido da psicologia, que as considerações psicológicas são tão pouco adequadas em lógica como em astronomia ou geologia. Se queremos sair do subjetivo, devemos conceber o conhecimento como uma atividade que não produz o conhecido, mas que agarra (*ergreift*) algo que já existe.¹⁷⁸

Frege entendia a lógica enquanto uma ciência normativa. Tanto em seu *Der Gedanke* como em seu ensaio intitulado *Logik*¹⁷⁹, ele apresentou uma breve explanação sobre a relação da lógica com a verdade, fazendo menção à relação das ciências da natureza e seus objetos de investigação. Mill, por outro lado, parece não somente seguir pelo campo empirista ao tentar fundamentar, através deste, as declarações concernentes à matemática, mas também, como tentamos tornar claro aqui, enquadra-se no rol de autores idealistas quanto a sua concepção da lógica. Para que fique claro de uma vez por todas, o que Frege tem em mente quando dá a alguns autores a alcunha de lógicos psicologistas, atentemo-nos à sua passagem abaixo:

Com a concepção psicológica da lógica perdemos a distinção entre os motivos que justificam uma convicção e as causas que realmente a produzem. Isto significa que uma justificação no sentido próprio, não é possível; o que temos em seu lugar é um relato de como a convicção foi alcançada, de onde se deduz que tudo tenha sido causado por fatores psicológicos. Isto coloca uma superstição em pé de igualdade como uma descoberta científica. [...]. Desde que pensamentos não são mentais por natureza, segue-se que todo tratamento psicológico da lógica só pode ser prejudicial. É um pouco a tarefa desta ciência purificar a lógica de tudo o que é estranho e, portanto, de tudo o que é psicológico [...]. Lógica está comprometida com as leis da verdade, e não com as leis de assegurar que algo seja verdadeiro, não com a questão de como as pessoas pensam, mas com a questão de como elas devem pensar, se elas não estão a faltar com a verdade.¹⁸⁰

¹⁷⁸ Frege, 2005, p. 39.

¹⁷⁹ Originalmente publicado em 1897. Frege publicou ainda outros dois trabalhos que visavam tratar da lógica, um deles é *Einleitung in die Logik* (1906e), e o já mencionado *Logische Untersuchungen* (1918-23).

¹⁸⁰ “With the psychological conception of logic we lose the distinction between the grounds that justify a conviction and the causes that actually produce it. This means that a justification in the proper sense is not possible; what we have in its place is an account of how the conviction was arrived at, from which it is to be inferred that everything has been caused by psychological factors. This puts a superstition on the same footing as a scientific discovery. [...]. Since thoughts are not mental in nature, it follows that every psychological treatment of logic can only do harm. It is rather the task of this science to purify logic of all that is alien and hence of all that is psychological [...]. Logic is concerned with the laws of truth, not with the laws of holding something to be true, not with the question of how people think, but with the question of how they must think if they are not to miss the truth.” (Frege, 1997, pp. 248-250, tradução nossa).

Por fim, em algum momento, parece que tanto o que vínhamos chamando aqui de viés naturalista do psicologismo do século XIX, quanto os aspectos idealistas, que tanto insistimos em considerar, acabam por se entrecruzar nas próprias afirmações de Frege.¹⁸¹ Poderíamos certamente, entender o idealismo apontado por Frege como característico do psicologismo como a hiperbolização do realismo naturalista através da noção freqüentemente fisiológica de “idéia”.

A psicologia fisiológica estabelece-se para nós como o caso mais marcante deste deslize em direção ao idealismo, pois seu ponto de partida realista está em nítido contraste com ele. [...]. [Mas] passamos também ao pensar e ao julgar, e neste momento o que começou como realismo, de repente, se transforma em uma forma extrema de idealismo. Desta forma, o próprio realismo corta o ramo em que está assentado. Agora tudo é dissolvido em idéias, e como um resultado das explicações anteriores, elas mesmas tornam-se ilusórias. [...].¹⁸²

¹⁸¹ Talvez não um idealismo de caráter hegeliano, mas um idealismo oriundo do próprio desenvolvimento dos compromissos realistas assumidos pelo naturalismo científico do século XIX.

¹⁸² “Physiological psychology provides us with the most striking case of this slide into idealism because its realistic point of departure stands in such sharp contrast to it. [...]. [But] we move on to thinking and judgement as well, and at this point what began as realism suddenly turns into an extreme form of idealism; in this way realism itself cuts off the branch on which it is sitting. Now everything is dissolved into ideas and as a result the earlier explanations themselves become illusory. [...].” (Frege, 1997, p. 245, tradução nossa, colchete nosso).

4. O QUE É O ANTIPSICOLOGISMO, AFINAL?

Inicialmente tentamos apresentar a estrutura teórica do pensamento fregeano, baseada principalmente em sua célebre distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*. No decorrer do capítulo, nos deparamos com algumas outras noções, e acabamos por sugerir uma relação entre semântica e ontologia, partindo do pressuposto de que sua noção de objetividade serve de fundamento para seu pensamento, principalmente no que tange ao caráter antipsicológico dela. E, percebemos nesta noção de objetividade o ponto chave para a unidade deste trabalho. Assim, ao falarmos de objetividade precisamos ter em mente dois papéis desempenhados por ela: **preexistência** e **intersubjetividade**.

Identificamos um platonismo em Frege não somente relacionado à sua filosofia da matemática, mas que pode ser aplicado a tantas outras entidades que são lançadas e analisadas por ele. E, também, que as teses que caracterizam o platonismo¹⁸³, isto é, a abstração, a independência e a existência estão plenamente de acordo com a maneira pela qual a noção de objetividade é definida por Frege.

Podemos sugerir que o argumento platonista utilizado por Frege foi, talvez, a mais engenhosa ferramenta contra qualquer reducionismo psicologista que poderia ser apresentado. Pois, de acordo com o que dissemos no segundo capítulo, antes da primeira metade do século XIX, o hegelianismo e todo tipo de conhecimento especulativo (abstrato) caiu em alguma descrença na Alemanha.¹⁸⁴ Com a ascensão de algumas idéias naturalistas e cientificistas naquele mesmo século, ilustradas anteriormente pelas figuras de Gruppe e Czolbe, entendemos que a retomada de um tratamento menos empirista na filosofia era o golpe mais urgente e eficaz. Entendemos que esse resgate se reflete mais claramente no que chamamos de aspecto platonista do pensamento fregeano. Notamos, assim, que a disputa entre psicologismo e antipsicologismo que tentamos caracterizar tem sua origem exatamente neste período,

¹⁸³ Cf. Linnebo, 2009.

¹⁸⁴ Cf. Sluga, 1980.

através da influência, inclusive, de alguns teóricos empiristas, como J. S. Mill, que tiveram suas idéias absorvidas por alguns desses naturalistas.

O psicologismo do século XIX acabava por tentar, na maioria dos casos, justificar uma suposta subordinação da lógica e de alguns ramos filosóficos à ciência psicológica, como visto ao tratarmos do psicologismo empirista de Mill. Inicialmente, tal psicologismo poderia ser intuitivamente identificado com alguma espécie de idealismo tão marcante na Alemanha daquele século, no entanto, como dissemos, os fatos empíricos da emergente psicologia, o desenvolvimento de uma filologia de bases históricas, e a contundente largada naturalista-científica, caracterizava esse psicologismo mais adequadamente.

4.1. Idéias, imagens, ou representações?

Agora, resta uma dúvida quanto a saber por quê Frege em alguns momentos fala claramente de idealismo, como no prólogo que ele faz às suas *Leis Básicas*.¹⁸⁵ Tornando a questão mais clara, por que razão Frege sustenta que o naturalismo (materialismo) cai em uma espécie de idealismo? Precisamos tentar entender qual o real significado que Frege atribui ao termo “idealismo”.

A lei da gravitação pode nunca vir a existir desta maneira, pois esta lei é completamente independente de tudo o que se passa na minha mente e de como minhas idéias mudam e oscilam. Mas, ainda assim, a apreensão desta lei é um processo mental! Sim, é verdade, mas é um processo que ocorre em muitos confins do mental e que, por esta razão, não pode ser completamente entendido de um ponto de vista puramente psicológico. Pois, na apreensão da lei algo entra no campo de visão cuja natureza já não é mais mental no próprio sentido, a saber, o pensamento, e esse processo talvez seja o mais misterioso de todos.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Cf. Frege, 2005, p. 35.

¹⁸⁶ “The law of gravitation can never come into existence in this way, for this law is quite independent of everything that goes on in my mind and of how my ideas change and fluctuate. But still the grasping of this law

É óbvio que, ao falar de idéias, Frege tem em mente processos subjetivos – imagens internas, entendidas de maneira semelhante à dos naturalistas do século XIX, e, fortemente, influenciados pelas pesquisas no âmbito de suas ciências, e, mais especificamente, da fisiologia e da biologia.¹⁸⁷ Há de se recordar que neste mesmo século, como Friedrich Engels¹⁸⁸ aponta, testemunhamos algumas descobertas de grande relevância para a compreensão exata da amplitude que as ciências naturais poderiam alcançar. E, para ser mais certo, de três descobertas estamos falando: da teoria celular, em 1838; da teoria termodinâmica, em 1824; e, da teoria da evolução, em 1859.

Graças a estas três grandes descobertas e aos demais progressos consideráveis das ciências naturais, estamos hoje em condições de demonstrar, em suas grandes linhas, não apenas a conexão dos fenômenos da natureza dentro de um domínio determinado, mas também a conexão existente entre esses diferentes domínios, apresentando assim, sob uma forma bastante sistemática, através dos fatos ministrados pelas próprias ciências naturais empíricas, um quadro de conjunto da conexão existente na natureza.¹⁸⁹

Relembrando um pouco do que colocamos acerca do pensamento e da posição naturalista de Heinrich Czolbe, quanto às duras críticas que este recebeu de seu mentor Hermann Lotze, percebemos que o realismo materialista czolbeano foi forçado a assumir um certo império das sensações. Segundo Sluga, a questão que surgia para os naturalistas era: que razões temos para sustentar um mundo material como um todo? E, esta questão surgia do fato de que, apesar de todo o conhecimento e pensamento acerca do mundo físico ser concebido como advindo de sensações, estas não podiam ser explicadas em termos materiais. Assim, como já afirmamos, a saída naturalista, de fato, era assumir um mundo material como construído a partir unicamente de sensações. O que nos restava e o que nos era dado se resumiam em sensações.¹⁹⁰

“Em sua última fase (isto é, após 1870) o materialismo científico começou a dar forma ao fenomenalismo, e o realismo ao idealismo subjetivo, todos estes sobre as bases da

is a mental process! Yes, indeed, but it is a process which takes place on the very confines of the mental and which for that reason cannot be completely understood from a purely psychological standpoint. For in grasping the law something comes into view whose nature is no longer mental in the proper sense, namely the thought; and this process is perhaps the most mysterious of all.” (Frege, 1997, p. 246, tradução nossa).

¹⁸⁷ Cf. Frege, 1997, p. 245.

¹⁸⁸ Cf. Engels. *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie* [Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã], obra, originalmente, publicada em 1886.

¹⁸⁹ Engels, s/d, p. 16.

¹⁹⁰ Cf. Sluga, 1980, p. 31.

rejeição do suprasensacionista.”¹⁹¹ E, assim, em geral percebemos como tanto materialismo como fenomenalismo, tanto realismo quanto idealismo subjetivo são, de acordo com Hans Sluga¹⁹², claramente posições insatisfatórias e instáveis. Neste momento percebemos mais uma vez que a saída de Frege ruma em direção a um argumento de cunho platonista, que leva em consideração aspectos rechaçados pelos naturalistas, ou seja, aspectos estes que estão para além das sensações.

Ao entendermos “idéias” a partir do que foi exposto, o significado do que Frege denomina “idealismo” começa a se esclarecer, e o porquê de empirismo, materialismo e naturalismo serem reunidos sob a alcunha de psicologismo. Qualquer relação com o idealismo hegeliano se perde através destas conclusões. Contudo, surge outra questão diante de nós: como relacionar isto chamado por Frege de idealismo com todas as outras confusões metodológicas e teóricas que apontamos no início do segundo capítulo, apontados por Hacking¹⁹³ como existente em alguns pensadores modernos, como Hobbes, Locke e Descartes?

Agora tudo é dissolvido em idéias e, como um resultado das explicações anteriores, tornam-se ilusórias. Anatomia e fisiologia se transformam em ficções. Todo o fundamento fisio-anatômico das fibras nervosas, células ganglionares, estímulos, impulsos e transmissão de impulsos, se desintegra. E o que nos resta? Idéias de fibras nervosas, idéias de células ganglionares, idéias de estímulos, e assim por diante.¹⁹⁴

Talvez, o problema aqui seja meramente terminológico, em função dos tantos usos da expressão “idealismo”, e assim a questão estaria resolvida caso passássemos a entender tal expressão como sinônimo de “imagismo” ou “representacionismo”, ou ainda, e desta vez sanando a dúvida relacionada aos autores modernos, poderíamos entendê-la como **ideacionismo**. Desta maneira, a tradução que utilizamos aqui para o termo *Vorstellung*, a saber, **idéia**, desempenha muito bem nosso objetivo de tornar evidente que, de alguma forma, o psicologismo tem origem para além do século XIX.

¹⁹¹ “In its later phase (i.e., after 1870) scientific materialism began to give way to phenomenalism, and realism to subjective idealism, all this on the basis of the rejection of the suprasensual.” (Sluga, 1980, p. 31, tradução nossa).

¹⁹² Cf. Sluga, 1980, p. 31.

¹⁹³ Cf. Hacking, 1999.

¹⁹⁴ “Now everything is dissolved into ideas and as a result the earlier explanations themselves become illusory. Anatomy and physiology turn into fictions. The whole physio-anatomical foundation of nerve fibres, ganglions cells, stimuli, impulses and transmission of impulses disintegrates. And what are we left with? Ideas of nerve fibres, ideas of ganglion cells, ideas of stimuli and so on.” (Frege, 1997, p. 245, tradução nossa).

4.2. As formas do argumento antipsicologista

Após entendermos o que Frege tinha em mente quando usava a expressão idealismo, percebermos como o naturalismo do século XIX, que buscou, ora no empirismo inglês, ora em doutrinas materialistas, sua fundamentação, podia se enquadrar em tal idealismo. Agora, tentaremos esclarecer o argumento antipsicologista que Frege utiliza ao longo de sua obra, e que foi o objeto de análise na maior parte desta dissertação, através do estabelecimento de alguns pontos. Assim, o argumento fregeano contra o psicologismo, em geral, pode ser assumido da seguinte forma:

- A. A apreensão de pensamentos, sentidos e outros objetos lógicos pressupõe uma atividade mental, imagens mentais, idéias, cuja existência pressupõe, por sua vez, um portador (idéias não têm existência independente; são subjetivas: seu ser é ser percebido), e não podem ser compartilhadas ou comunicadas.
- B. Os conteúdos dos atos de apreensão (pensamentos, sentidos, objetos lógicos, etc.) são acessíveis a qualquer pessoa que conhece as convenções lingüísticas, e, portanto, são intersubjetivos e comunicáveis; logo são objetivos.
- C. O que tem as características de intersubjetividade e comunicabilidade não pode depender, quanto a sua existência, daquilo que é subjetivo e não pode ser reduzido a ele.

∴ 1. Os conteúdos (pensamentos, sentidos, e outros objetos lógicos) são distintos dos atos mentais subjetivos pelos quais são apreendidos (existem propriedades que atos e imagens mentais não possuem), e não podem ser reduzidos a tais atos. (De: A, B, C)

∴ 2. Pensamentos, sentidos, e outros objetos lógicos, como números e valores de verdade possuem, como os objetos da realidade exterior, as características de existência e independência; são objetivos e intersubjetivos. (De: A e C)

D. Os pensamentos, sentidos, e outros objetos lógicos não existem no espaço e no tempo (são objetivos não-efetivos).

∴ 3. Assim, [∴ 2 e D] motivam racionalmente o reconhecimento da existência de um Terceiro Reino do “objetivo não-efetivo”, caracterizado ontológica e principalmente pela objetividade.

Além disso, este mesmo argumento parece ser utilizado de maneiras distintas, em situações distintas, de acordo com o problema que está em jogo. A maneira que Frege expõe tal questão é, especialmente, contemplada em seus *Grundlagen*, e em seu artigo *Der Gedanke*. No primeiro, seu argumento antipsicologista parece se concentrar em relação às entidades matemáticas, enquanto que no segundo tal argumento é ampliado, e chega a contemplar outras entidades como seus *Gedanken*, e é justamente neste escrito que vemos o autor assumir sua noção de **terceiro reino**, como já colocamos outrora. Tendo isto em vista, tal argumento pode servir tanto a fim de criticar as noções empiristas acerca de suas definições das proposições aritméticas, quanto de contrapor o reducionismo da lógica às ciências psicológicas.

Assim, pensamentos ou proposições são construídos a partir de elementos objetivos, isto é, a partir de objetos de natureza abstrata, independente, e preexistente. E, portanto, pelo princípio de composicionalidade, estes pensamentos se caracterizam como entidades de natureza semelhante aos seus componentes, e, ao mesmo tempo, diferem essencialmente de processos mentais subjetivos.

Diante destes apontamentos, notamos que o psicologismo atacado por Frege se direciona, basicamente, em duas frentes, ou seja, na filosofia da matemática e na filosofia da lógica, sem deixar de mencionar outro possível campo de atuação de tal psicologismo, a saber, na filosofia da linguagem.

Acerca do papel do psicologismo diante do conhecimento filosófico, Dale Jacquette¹⁹⁵ inicia um artigo, exatamente, através de uma tentativa de esclarecer a variedade de tipos de psicologismo, o que há de comum entre estes, e, conseqüentemente, a que campos do conhecimento, normalmente, as objeções antipsicologistas são mais comumente lançadas

¹⁹⁵ *Psychologism. The Philosophical Shibboleth*, 2003.

ou relacionadas. Assim, da mesma maneira que indicamos detalhadamente cada um daqueles argumentos contra o psicologismo apoiados no pensamento fregeano, podemos sustentar que existem diversas espécies de psicologismo de acordo, principalmente, com o campo ou com a escola filosófica a que está atrelado, entre outras coisas.

[...] Assim, o ‘psicologismo’ se encontra qualificado como ‘metafísico’, ‘ontológico’, ‘epistemológico’, ‘lógico’, ‘ético’, ‘estético’, ‘sociológico’, ‘religioso’, ‘histórico’, ‘matemático’, ‘pedagógico’ e ‘lingüístico’. [...] [O] psicologismo também foi dividido em espécies de acordo com as distintas versões de psicologismo, as quais várias escolas foram acusadas de propor. Tais adjetivos incluíam ‘empirista’, ‘apriorístico’, ‘sensacionista’, ‘racionalista’, ‘crítico-teleológico’, ‘evolucionário’, ‘pragmatista’ e ‘transcendental’.¹⁹⁶

Obviamente, nossa pesquisa se concentra mais em uns aspectos do que em outros, entre os quais foram suscitados acima, e tal fato pode ser mais bem fundamentado ao levarmos em conta o lugar que o pensamento de Mill ocupa diante das críticas fregeanas. Em Mill, encontramos razões para a utilização do argumento tanto direcionado ao empirismo, diretamente, quanto ao reducionismo da lógica à psicologia, direta e indiretamente. Percebemos a crítica ao empirismo de maneira explícita através do que o próprio Frege indica em seus *Fundamentos da Aritmética*, e quanto à maneira indireta da objeção ao reducionismo mencionado em relação a Stuart Mill, afirmamos isso em função do papel fundante que seu pensamento empirista desempenha em alguns naturalistas do século XIX, como sugerimos no capítulo anterior. Claramente, todo o argumento voltado à filosofia da matemática e à filosofia da lógica entra em consideração nestes contextos

No texto de Jacquette, percebemos sua preocupação em dar uma nova luz à disputa entre psicologismo e antipsicologismo, e, mais especificamente, segundo o próprio autor, de balancear um pouco tal disputa, ao tentar esclarecer que esta querela não é tão unilateral em favor do antipsicologismo quanto parece ser¹⁹⁷. Assim, citando suas próprias palavras: “Defendo que todos os problemas ditos serem decorrentes do psicologismo podem estar relacionados de diferentes maneiras à desaprovação filosófica da subjetividade do

¹⁹⁶ “[...] Thus one finds ‘psychologism’ qualified as ‘metaphysical’, ‘ontological’, ‘epistemological’, ‘logical’, ‘ethical’, ‘aesthetic’, ‘sociological’, ‘religious’, ‘historical’, ‘mathematical’, ‘pedagogical’ and ‘linguistic’. [...] [The] psychologism was also broken down into species according to the distinctive versions of psychologism that various schools were accused of proposing. Such adjectives included ‘empiricist’, ‘aprioristic’, ‘sensualist’, ‘rationalist’, ‘critical-teleological’, ‘evolutionary’, ‘pragmatist’ and ‘transcendental’.” (Kusch *apud* Jacquette, 2003, p. 02, tradução nossa; colchetes nossos).

¹⁹⁷ Cf. Jacquette, 2003, p. 09.

pensamento enquanto fundamento para a teoria científica objetiva”.¹⁹⁸ De qualquer forma, podemos antecipar que, em muitos momentos, na verdade o que vemos o autor desenvolver é uma defesa a qualquer custo do psicologismo diante das objeções lançadas por seus oponentes antipsicologistas.

Encontramos no escrito de Jacquette uma lista de oito argumentos antipsicologistas, sem a pretensão de exaurir tais questões. A cada apresentação de um dos argumentos temos como complemento uma breve análise, seguida de uma possível saída psicologista para cada objeção. Os argumentos propostos por Jacquette dizem respeito, sobretudo, ao debate entre psicologismo e antipsicologismo a partir de um específico, e talvez fundamental problema concernente à filosofia da lógica, ou seja, a redução ou subordinação da lógica à psicologia. Lembrando que este é um dos principais pontos verificados em Mill que caracteriza qualquer objeção ao suposto psicologismo em seu pensamento.

4.3. A tarefa psicologista de subordinação da lógica.

Nesta seção, verificaremos como a questão da suposta subordinação da lógica à ciência da psicologia foi analisada por Dale Jacquette, e, mais exatamente, quais os argumentos antipsicologistas que tentam destruir tal empreitada. Observemos que Jacquette parece distanciar-se um pouco da maneira como tentamos retratar o psicologismo ao longo destas páginas, quando foca mais essencialmente tal tentativa de redução, apesar de indicar os desdobramentos desta doutrina em outros campos, enquanto procuramos considerá-la em seus variados aspectos como que fundamentalmente interligados. Dessa forma, esperando encontrar alguma fundamentação para o que expomos no início deste tópico, podemos

¹⁹⁸ “I argue that all of the problems said to be entailed by psychologism can be related in different ways to philosophical disapproval of the subjectivity of thought as a foundation for objective scientific theory.” (Jacquette, 2003, p. 09, tradução nossa).

enumerar tais argumentos da seguinte maneira: 1) enquanto a lógica se caracteriza pela exatidão e precisão, a psicologia é considerada uma disciplina inexata; 2) se de um lado temos a lógica envolta com verdades necessárias em função de sua natureza *a priori*, de outro, notamos que a psicologia é essencialmente empírica e *a posteriori*; 3) o terceiro argumento diz respeito, diretamente, à oposição entre a prescritividade lógica e a descritividade psicológica; 4) a lógica se apresenta enquanto um fundamento universal, enquanto que a psicologia está confinada por sua especificidade à espécie humana; 5) ao contrário do que é pressuposto pela psicologia, a lógica é uma atividade de descoberta e não inventiva; 6) o fundamento de toda e qualquer teoria está assentado na lógica, e isso vale inclusive para a psicologia; 7) em função de sua natureza intersubjetiva o objeto de estudo da lógica não pode ser reduzido aos conteúdos de mentes individuais; 8) e, finalmente, o que talvez seja o argumento que mais caracteriza a disputa de que tratamos aqui, a saber, a lógica é objetiva, enquanto que a psicologia se caracteriza como subjetiva¹⁹⁹.

O primeiro dos argumentos apresentados diz respeito a uma das oposições principais entre lógica e psicologia, isto é, respectivamente, entre verdades necessárias e objetivas e aquelas caracterizadas como contingentes e subjetivas. Diante desta objeção, Jacquette parece recorrer a um argumento que será utilizado novamente em relação ao quarto argumento mencionado, ou melhor, ele aponta para o fato de que a psicologia, como é entendida hoje, se distancia bastante de sua correlata oitocentista. E, disso segue que tal exigência de exatidão dificilmente seria extraída daquela infantil disciplina que tomava forma no século XIX. Porém, após sua aproximação com a estatística, e principalmente com os desenvolvimentos do que chamamos de ciência cognitiva, tal argumento dificilmente seria aplicável à psicologia nos dias de hoje. De maneira semelhante Jacquette aponta que a própria lógica também sofreu alterações no decorrer de seu desenvolvimento.²⁰⁰

Nem a lógica, como é entendida hoje, compara-se, favoravelmente, contra a psicologia, por diferentes bases metateóricas. A lógica é dedutivamente incompleta, de acordo com as provas de Kurt Gödel e Alonzo Church, e existem questões não decididas e mesmo indecidíveis da lógica moderna, assim como há questões

¹⁹⁹ Algo curioso a atribuição do termo “subjetivo” à psicologia, pois, supostamente, ela enquanto ciência deveria se caracterizar como algo objetivo, ou seja, que pode ser compartilhado ou ensinado, no entanto, talvez haja uma peculiaridade na própria noção de objetividade a ser atribuída à psicologia, como veremos adiante, ao polarizarmos o modelo de objetividade das ciências formais, de um lado, e o das ciências naturais, de outro.

²⁰⁰ Cf. Jacquette, 2003, pp. 10-13.

irresolutas, e hipóteses não evidenciadas e não refutadas na psicologia, como em outras ciências exatas, em um período inicial de seu desenvolvimento.²⁰¹

Quanto ao segundo dos supracitados argumentos antipsicologistas, percebemos sua total adequação a algumas das objeções desenvolvidas pelo próprio Frege quanto à natureza empírica da maneira que os naturalistas concebiam algumas noções, tais como o pensamento. Dessa forma, restringindo este a processos subjetivos, restritos à estrutura mental de cada um.

O autor argumenta que talvez esta questão acerca das diferenças entre lógica e psicologia a partir da *aprioricidade* e *aposterioricidade* pode cair, de certa maneira, em uma circularidade. Pois, uma das saídas para se sustentar a redução da lógica à psicologia é considerar que, em parte, a última também contém aspectos relativos ao *a priori*, preservando assim a natureza da ciência lógica, apesar do proceder metodológico da psicologia ser de cunho essencialmente experimental, ou melhor, *a posteriori*. A questão, assim, passa a se concentrar em saber se a psicologia é realmente uma disciplina puramente empírica, ou se contém algum ramo dedicado ao conteúdo não-empírico. E, diante disso, podemos afirmar que é uma abordagem bem atual da relação entre lógica e psicologia, ao levarmos em conta o que compreendemos acerca do psicologismo no século XIX, e de suas bases naturalistas e empiristas.²⁰²

Após essas duas objeções iniciais, passamos àquela que prevê a dissonância entre ambas as disciplinas, ou seja, psicologia e lógica, por suas respectivas descritividade e prescritividade serem naturalmente opostas. E, talvez caiba mencionarmos a maneira que o próprio Stuart Mill concebia tal relação, levando em conta a própria observação de Frege no início de seu artigo *O Pensamento*²⁰³ acerca da natureza da ciência da lógica.

“a lógica não é uma ciência separada da psicologia e com ela coordenada. Na medida em que é, em geral, uma ciência, é uma parte, ou ramo da psicologia, e distingue-se dela, por um lado, como a parte do todo e, por outro lado, como a arte

²⁰¹ “Nor does logic as it is understood today compare favorably as against psychology on other metatheoretical grounds. Logic is deductively incomplete according to proofs by Kurt Gödel and Alonzo Church, and there are undecided and even undecidable questions of modern logic, just as there are unsettled questions and unproven and undisproven hypotheses in psychology, as in other exact sciences at an early stage of their development.” (Jacquette, 2003, p. 10, tradução nossa).

²⁰² Jacquette, 2003, pp. 10-11.

²⁰³ Cf. Frege, 2002, p. 11.

da ciência. Deve por inteiro os seus fundamentos teóricos à psicologia, e inclui em si tanto desta ciência quanto o necessário para fundamentar as regras da arte.”²⁰⁴

Edmund Husserl inicia seu terceiro capítulo do primeiro volume das *Investigações Lógicas* analisando a estrutura do argumento, segundo ele, da psicologia empírica. O autor estrutura brevemente o argumento, e parece concentrar este a partir da suposição de que a lógica, inevitavelmente, e por mais rigorosos que sejam seus limites, sempre terá uma aproximação com “o conteúdo psicológico”.²⁰⁵ Curiosamente, ao mencionar a controvérsia entre as duas disciplinas aqui em questão, Husserl cita o mesmo argumento psicologista exemplificado por Jacquette diante do terceiro argumento antipsicologista: “A lógica está para a psicologia assim como um qualquer ramo da tecnologia química está para a química, como a agrimensura para a geometria, etc.”²⁰⁶

Em relação à Frege, o qual temos como principal detrator psicologista, talvez seja mais útil recorrer a suas próprias palavras quanto à maneira que este concebia o termo “lei”, e, mais especificamente, **lei do pensamento**; como percebia e demarcava a distinção teórica entre o que faz parte do domínio lógico e o que compõe o reino psicológico. E, como por algumas vezes poderíamos cair em erro ao falar de coisas distintas como se fossem a mesma.

Emprega-se a palavra “lei” em dois sentidos. Quando falamos de leis morais e de leis jurídicas, referimo-nos as prescrições que devem ser obedecidas, mas com as quais os acontecimentos nem sempre estão em conformidade. As leis da natureza constituem a generalização dos acontecimentos naturais, com as quais estes sempre estão de acordo. É mais neste segundo sentido que falo de leis do ser verdadeiro. [...] [Destas] decorrem prescrições para asserir (*Fürwahrhalten*), para pensar, julgar, raciocinar. E, nesta acepção, pode-se também falar de leis do pensamento. Mas aqui corremos o perigo de misturar coisas distintas. Pois talvez se tome a expressão “lei do pensamento” como “lei da natureza”, entendendo por essa expressão a mera generalização do processo psíquico de pensar. Neste sentido, uma lei do pensamento seria uma lei psicológica.²⁰⁷

O duelo entre a normatividade lógica e a descritividade psicologista ganha espaço na análise de Husserl, quando este cita, inicialmente, as lições lógicas kantianas editadas por Gottlob B. Jäsche²⁰⁸, a qual trata, dentre outras coisas, da diferença entre regras contingentes e

²⁰⁴ Mill In Husserl, 2005, pp. 71-72.

²⁰⁵ Cf. Husserl, 2005, pp. 72-73.

²⁰⁶ Husserl, 2005, p. 71.

²⁰⁷ Frege, 2002, p. 11, colchete nosso.

²⁰⁸ Cf. *Logik*, originalmente publicada em 1800.

leis necessárias, mencionada no primeiro argumento acima.²⁰⁹ Assim, cita Husserl as palavras de Kant:

Não queremos saber, na lógica: como é e pensa o entendimento, e como procedeu até aqui no pensar, mas: como deveria proceder no pensar. A lógica deve ensinar-nos o emprego correcto [sic] do entendimento, i. e., o seu emprego de acordo consigo mesmo.²¹⁰

Em seguida, Husserl, a fim de tornar bem evidente a posição contrária ao psicologismo, faz ainda uma alusão à obra de Johann F. Herbart, o qual constrói algumas objeções à lógica de sua época. E, visando um panorama da disputa a partir de ambos os lados, o autor finalmente, cita outros autores declarados psicologistas, como Stuart Mill e Theodor Lipps.²¹¹

Enfim, diante deste terceiro argumento, e retomando a leitura feita por Jacqueline de tal querela, podemos afirmar que este autor parece recorrer à mesma alternativa anterior, ou seja, ele parece insistir no próprio argumento psicologista, o qual está sendo atacado, como alternativa de defesa. Assim como, segundo este autor, a querela entre o caráter *a priori* da lógica e o *a posteriori* da psicologia se resolveria, justamente, através da redução em questão e ao considerarmos a psicologia como tendo uma parte ligada a *a prioricidade*, diante deste terceiro argumento, a questão se resolveria pela mesma via. Ou seja, talvez a psicologia contenha em seu corpo teórico uma parcela prescritiva, a qual coincide, naturalmente, com sua ciência subordinada, a lógica.

A título de resposta, vale observar primeiro que a psicologia fenomenológica e científica não é simplesmente descritiva, mas, como outras ciências, tentam explicar os fenômenos ao aduzir regularidades referentes a leis e princípios gerais ou leis. Na medida em que a psicologia tem êxito em desenvolver princípios gerais, é mais como a lógica tradicional do que como uma ciência puramente descritiva, tal como a morfologia e a taxonomia. É comum sustentar que deveríamos esperar uma psicologia completa, mas não uma lógica completa, para abranger todos os erros de raciocínio que por acaso ocorra em um tema.²¹²

²⁰⁹ Um fato curioso diante das acusações de alguns autores acerca de outros de práticas psicologistas, e que o próprio Dale Jacquette sugere, é que sempre parece haver um autor mais radical que o anterior. Queremos dizer que, nenhum filósofo parece estar imune de objeções antipsicologistas, e para isto basta percebermos que Frege já havia lançado críticas antipsicologistas tanto a Kant quanto a Husserl, por uma razão ou outra. Assim, fazendo referência a Rudolf Eisler, talvez, não houve qualquer pensador antipsicologista, de Kant a Husserl, que não tenha sido acusado de “práticas psicologistas”. (Cf. Jacquette, 2003, p. 04).

²¹⁰ Kant In Husserl, 2005, p. 73.

²¹¹ Cf. Husserl, 2005, pp. 73-76.

²¹² “By way of reply, it is worth remarking first that phenomenological and scientific psychology are not purely descriptive, but, like other sciences, they try to explain the phenomena by adducing lawlike regularities and

Dando continuidade à análise de cada um daqueles argumentos “dissecados” por Jacquette, e tentando utilizá-la como o embasamento necessário à nossa própria análise do argumento antipsicologista apresentado no início, vamos em direção à quarta das objeções antipsicologistas, segundo o autor. De acordo com o que afirmamos diante do primeiro argumento, Jacquette parece ter como principal contra-argumento às questões e objeções apresentadas, o fato de tanto a psicologia quanto a lógica serem disciplinas totalmente diferentes do que eram no século XIX e início do século XX.²¹³ Para isto, ele menciona o surgimento de diversas lógicas que, de alguma forma, acompanham a proliferação de geometrias não-euclidianas.²¹⁴ O ponto sustentado desta vez é: enquanto que da lógica podemos afirmar uma certa universalidade de aplicação, o conhecimento oriundo da psicologia é de total exclusividade da espécie humana.

A psicologia só se aplica aos seres humanos enquanto que a lógica é a mesma para humanos, macacos e girafas - ou talvez para anjos e extraterrestres? A psicologia animal é, naturalmente, uma legítima subdisciplina da psicologia científica contemporânea, e muito do que viemos a saber sobre a psicologia humana depende, ou foi inicialmente sugerido pela observação e experimentação envolvendo animais não-humanos, alguns dos quais dizem respeito à solução de problemas não-humanos e habilidades de raciocínio extralingüísticos. Não está claro, além disso, se e em que medida as nossas lógicas padrões podem ser consideradas adequadas para as outras espécies, as quais não têm e são incapazes de usar a nossa ou qualquer outra linguagem.²¹⁵

No entanto, talvez as duas próximas objeções interessem mais diretamente a abordagem que desenvolvemos ao longo destas páginas. O quinto argumento antipsicologista prevê que o lógico tem um trabalho de descobrimento de verdades eternas, e, portanto, ao contrário do que algumas afirmações psicologistas supõem, a lógica é um processo de descoberta, não de inventividade. Há de notarmos que essa suposição se apóia, claramente,

general principles or laws. Insofar as psychology succeeds in advancing general principles, it is more like traditional logic than a purely descriptive science such as morphology and taxonomy. It is standard to maintain that we should expect a complete psychology but not a complete logic to include all the errors of reasoning a subject happens to make.” (Jacquette, 2003, p. 12, tradução nossa).

²¹³ Certamente, este parece ser o principal contra-argumento de Jacquette diante de todas as objeções antipsicologistas com as quais ele se depara ao longo de suas análises, e, talvez, esta seja uma frutífera via ao se trazer à tona tal disputa nos nossos dias.

²¹⁴ Cf. Jacquette, 2003, p. 13.

²¹⁵ “Does psychology apply only to humans while logic is the same for humans, apes, and giraffes — or perhaps for angels and extraterrestrials? Animal psychology is of course a legitimate subdiscipline of contemporary scientific psychology, and much that we have come to know about human psychology depends on or was originally suggested by observation and experiment involving nonhuman animals some of which concerns nonhuman problem solving and extralinguistic reasoning abilities. It is not clear furthermore whether and to what extent our standard logics can be regarded as appropriate for other species who do not have and are unable to use our or any other language.” (Jacquette, 2003, p. 13, tradução nossa).

em um modelo de funcionamento comum às ciências físicas, e é justamente este um dos pontos em que aquele platonismo fregeano, do qual tratamos seções antes, se fundamenta.

De fato, todas as ciências têm a verdade como meta, mas a lógica ocupa-se dela de forma bem diferente. Ela está para a verdade aproximadamente como a física está para o peso ou o calor. Descobrir verdades é a tarefa de todas as ciências: cabe a lógica, porém, discernir as leis do ser verdadeiro (*Wahrsein*).²¹⁶

Apesar de Jacquette afirmar que este é um dos pontos mais questionáveis dentre os levantados, e recorrer aos sistemas lógicos existentes para sustentar a não clareza deste pressuposto, ainda temos neste argumento um dos principais suportes para sustentar o prevalecimento do realismo das entidades abstratas em detrimento de representações mentais ou idéias na ontologia do conhecimento.

Ele parece recorrer a uma noção de objetividade comum aos naturalistas do século XIX, deixando novamente, a nosso ver, margem para as mesmas críticas fregeanas quanto à ausência de aspectos exteriores à experiência, aspectos como aqueles apontados por Linnebo²¹⁷, e que acabam por caracterizar a própria posição platonista. Jacquette parece ignorar alguns argumentos fregeanos ao emparelhar tanto lógica quanto psicologia no estudo objetivo do pensamento. Aqui parece que duas noções de “objetivo” são tomadas como uma só, isto é, a objetividade fregeana enquanto atributo do objetivo não-efetivo e a objetividade comum às ciências experimentais. Essas duas maneiras de entender – ou conceber – a objetividade parecem estar fundadas ainda pelos próprios modelos que são adotados pelo psicologismo e pelo realismo fregeano. Respectivamente, esses modelos seriam o das ciências naturais e o das ciências formais.

Assim, seguindo em nossa apreciação dos argumentos antipsicologistas, vemos que o sexto argumento está relacionado ao caráter imprescindível da lógica em relação a qualquer que seja a teoria em questão, inclusive a psicologia. Este argumento parece tocar, justamente, no âmago da pretensa redução da lógica como subdisciplina da psicologia. O próprio Jacquette, ao esclarecer esta objeção antipsicologista, parece apontar para o que tínhamos em mente quando indicamos uma confusão de sentidos quanto à utilização da palavra “objetivo”. “Aqui, a diferença entre lógica e psicologia supõe-se ser que, a lógica é objetiva, num sentido mais último, como precedendo outras disciplinas, incluindo a

²¹⁶ Frege, 2002, p. 11.

²¹⁷ Cf. Linnebo, 2009.

psicologia”.²¹⁸ A caracterização da objetividade fregeana parece se enquadrar nesse sentido último mencionado pelo autor.

Assim, uma vez mais, o autor parece recorrer novamente à mesma **petição de princípio** já utilizada antes, ou seja, que ao considerarmos a redução proposta por alguns psicologistas, e que é o principal alvo dos argumentos antipsicologistas aqui, esta objeção perderia seu sentido. Nesse sentido, Jacqueline escreve:

Mas se tomarmos tolerante e seriamente a sugestão de que a lógica possa ser uma parte da psicologia, então a única conclusão a seguir é que uma parte da psicologia deve vir antes das outras partes, ou que deve haver uma espécie de prioridade na ordem pela qual os princípios da psicologia são estabelecidos.²¹⁹

Se levarmos em conta, por exemplo, que um dos principais, senão o maior, objetivos de Frege ao estruturar seu pensamento de caráter evidentemente antipsicologista, era demonstrar a subordinação de um domínio em particular, leia-se aritmética, à lógica; talvez, tanto esta quanto, e principalmente, a objeção antipsicologista anterior pudessem ser atacadas a partir de uma das correntes contrárias àquela de fundamento realista. No entanto, Jacqueline opta por uma analogia às ciências naturais, e para ser mais exato, com a química²²⁰.

Nesta etapa, chegamos aos dois últimos argumentos em detrimento dos pressupostos psicologistas, selecionados por Dale Jacqueline. Talvez estes dois últimos se adequem mais exemplarmente à maneira pela qual estabelecemos o argumento da objetividade fregeana e sua engenhosidade antipsicologista, neste capítulo final. Destarte, o sétimo argumento indicado por nosso autor se atém à natureza intersubjetiva dos objetos lógicos.

Vimos que a filosofia fregeana, e mais exatamente, a objetividade sustentada por este autor como fundamento, dentre outras coisas, de seu antipsicologismo, além de possuir um caráter evidentemente platonista, ou seja, que se baseia nas noções de abstração,

²¹⁸ “Here the difference between logic and psychology is supposed to be that logic is objective in a very ultimate sense, as preceding other disciplines, including psychology.” (Jacquette, 2003, p. 14, tradução nossa).

²¹⁹ “But if we take seriously and openmindedly the suggestion that logic might be a part of psychology, then the only conclusion to follow is that one part of psychology must come before the other parts, or that there must be a kind of priority in the order by which the principles of psychology are established.” (Jacquette, 2003, p. 14, tradução nossa).

²²⁰ Cf. Jacqueline, 2003, p. 14.

independência e, principalmente, existência, estrutura-se também a partir de sua natureza intersubjetiva.

A lógica tem a ver com objetos idênticos de pensamentos distintos, e assim não pode ser reduzida a conteúdos de psicologias individuais. [...] A subjetividade da psicologia [...] implica que o psicologismo leva imediatamente ao idealismo, o relativismo, e mesmo ao solipsismo ou ceticismo sobre a existência de outras mentes.²²¹

Assim, diante desta objeção, e a fim de tornar mais clara a maneira que tal argumento se justifica, Jacquette traz a tona o problema das entidades numéricas. Se o psicologismo prevalecesse, possivelmente, teríamos tais entidades numéricas confinadas a mentes individuais. Portanto, tomando o pensamento de Frege como suporte, a objetividade e toda a comunicabilidade por trás de uma disciplina como a matemática estariam comprometidas. Pois, se estas entidades matemáticas se constituíssem enquanto processos psicológicos, não teríamos razão alguma para supor que dois indivíduos falam da mesma coisa ao utilizarem, por exemplo, o número 2 como referência de suas asserções. E, diante desta questão, talvez caiba mencionar mais uma vez as palavras do próprio Frege quanto a isto:²²²

E chegamos à conclusão de que o número nem é espacial e físico, como os aglomerados de pedrinhas e bolinhas de Mill, nem tampouco subjetivo como representações [idéias], mas não-sensível e objetivo. O fundamento da objetividade não pode de fato estar na impressão sensível, que, enquanto afecção de nossa alma, é totalmente subjetiva, mas, tanto quanto posso perceber, apenas na razão.²²³

À questão relativa à intersubjetividade, sustentada por algumas objeções antipsicologistas, associamos aquela que prevê a diferença marcante entre lógica e psicologia, por suas naturezas, objetivas e subjetivas, respectivamente. Segundo afirmamos em seções anteriores, Frege sempre marcou muito bem esta diferença em seus escritos, e sempre tentou eliminar qualquer aspecto subjetivo de suas elaborações teóricas, como no início de seu artigo

²²¹ “Logic concerns identical objects of distinct thoughts, and so cannot be reduced to the contents of individual psychologies. [...] The subjectivity of psychology [...] entails that psychologism leads immediately to idealism, relativism, and even solipsism or skepticism about the existence of other minds.” (Jacquette, 2003, pp. 14-15, tradução nossa; colchete nosso).

²²² Citação utilizada anteriormente no capítulo 3.1 desta dissertação.

²²³ Frege, 1974, p. 231. (colchete nosso).

*Sobre conceito e objeto*²²⁴, ao responder uma determinada crítica apresentada por Benno Kerry quanto à sua maneira de conceber conceitos.

Jacquette mais uma vez recorre aos mesmos contra-argumentos outrora mencionados, ou seja, sugere alguma inconclusão dentro da própria lógica (ou lógicas), como por exemplo, a que se dá entre intuicionistas e lógicos clássicos.²²⁵ Contudo, o autor cita desta vez um ponto relevante na consideração desta oitava objeção, a saber, que há uma diferença entre o conteúdo de experiências psicológicas e o próprio estudo científico do pensamento. Mas, apesar desta observação ser passível de alguma análise, ele parece se apressar em apresentar alguma conclusão para esta situação, como vemos abaixo:

Como resultado, a objeção antipsicologista de que o psicologismo está além da redenção na filosofia da lógica, porque a lógica é intrinsecamente objetiva e a psicologia é inerentemente subjetiva, parece inconclusiva.²²⁶

De um modo geral, a análise de Dale Jacquette acaba por ser de grande utilidade na visualização adequada do argumento antipsicologista, e de quais as objeções por trás dele. No decorrer de seu artigo, o autor recorre constantemente a um ponto em especial, isto é, ele afirma que o antipsicologismo, em geral, está apoiado em uma forte, porém visível, retórica. E, percebe, por exemplo, na sétima objeção apontada por ele, acerca da intersubjetividade das entidades abstratas, a mais clara representação desta retórica.

As dimensões retóricas do antipsicologismo são evidenciadas pela linguagem dos argumentos em que as acusações ao psicologismo são tipicamente expressas. [...] Na verdade, as razões para rejeitar o psicologismo, freqüentemente, encontradas na literatura filosófica contemporânea, em geral equivalem a pouco mais que um recurso à autoridade dos proeminentes antipsicologistas na história da filosofia, os quais, com ou sem uma boa justificativa, têm ocupado uma posição influente contra o psicologismo.²²⁷

Para isso, o autor percorrerá algumas definições de psicologismo e declarações acerca da disputa em questão, como ao citar Arthur Pap, Herbert Feigl, Alan Musgrave,

²²⁴ Cf. Frege, 1960, pp. 42-55

²²⁵ Cf. Jacquette, 2003, p. 16.

²²⁶ “As a result, the antipsychologist objection that psychologism is beyond redemption in the philosophy of logic because logic is inherently objective and psychology is inherently subjective appears inconclusive.” (Jacquette, 2003, p. 16, tradução nossa).

²²⁷ “The rhetorical dimensions of antipsychologism are evidenced by the language of the arguments in which objections to psychologism are typically expressed. [...] Indeed, the reasons for rejecting psychologism often encountered in contemporary philosophical literature often amount to little more than an appeal to the authority of prominent antipsychologists in the history of philosophy who with or without good justification themselves have taken an influential stand against psychologism.” (Jacquette, 2003, p. 03, tradução nossa, colchete nosso).

Gerhard Radnitzky, e, principalmente, Martin Kusch, o qual já foi mencionado no capítulo anterior. Tal retórica seria marcada principalmente por um recurso à autoridade na maioria de suas apresentações, atualmente. O que tentamos através desta dissertação foi demonstrar os argumentos fregeanos antipsicologistas para além de qualquer redução retórica, como a sugerida por Jacquette.

As análises de Dale Jacquette e sua tentativa de mostrar a possibilidade do resgate da disputa psicologismo-antipsicologismo nos serviram em alguns pontos neste capítulo. Entre eles, para corroborar com nossa seleção de argumentos, ou melhor, com a classificação definitiva das formas que o argumento antipsicologista, baseado na objetividade fregeana, pode vir a tomar. E, para nos chamar a atenção de como pensar esta oposição hoje, diante dos atuais avanços dentro da psicologia científica e seu diálogo com as ciências cognitivas e, principalmente, com a filosofia da mente.

5. CONCLUSÃO

Nossa investigação teve como objeto de análise o antipsicologismo fregeano, e seus fundamentos teórico-conceituais. Dispomo-nos a compreender o que podíamos encontrar por trás do posicionamento contrário a qualquer traço psicologista na filosofia e lógica de sua época. Assim, inevitavelmente, precisamos percorrer certos caminhos, desde a apresentação do pensamento fregeano, passando por uma análise do próprio psicologismo do século XIX, até suas manifestações mais atuais, ou melhor, uma tentativa de trazer a tona o problema entre a disputa psicologismo e antipsicologismo em bases atuais, como foi o caso do último capítulo apresentado, quando mencionamos a breve investigação de Dale Jacquette.

No primeiro capítulo deste trabalho, alcançamos nosso objetivo de apresentar o pensamento fregeano, ou pelo menos os pontos que mais se mostravam relevantes para nosso problema. Analisamos, inicialmente, a estrutura teórica de sua semântica baseada na distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*. A partir disso, partimos para a distinção importante do autor, entre saturados e insaturados, distinção que apresentava-se em duas frentes distintas porém complementares. De um lado, tínhamos a oposição entre nomes próprios e termos conceituais, e de outro, a distinção entre objetos e conceitos. Nesse sentido, no primeiro momento temos a ocorrência desta distinção num âmbito, claramente, lógico-sintático, e no seguinte, num contexto extensional ou ontológico. Para isto, a noção matemática de função resgatada por Frege foi fundamental, como vimos.

Em seguida, ainda no mesmo capítulo, partimos à aplicação da distinção fregeana fundamental, a saber, entre sentido e referência, no contexto das frases assertivas completas, como o próprio título da seção indica. Entendemos o porquê de Frege dar prioridade às expressões assertivas, e deixar de lado a análise de outros tipos de frases, como as exclamativas e interrogativas. No fim, esta passagem à análise das frases assertivas e de seu funcionamento semântico, serviu ao propósito de adentrarmos a consideração das entidades abstratas fregeanas. Os *Gedanken* desempenhavam o papel de sentido, outrora indicado, dessas frases, e os valores de verdade, ocupando o lugar da referência das assertivas. Diante

de todas essas entidades, encontramos sua marca mais fundamental, a objetividade, tanto em relação a sua preexistência, quanto de sua intersubjetividade.

Ao tratarmos de tais entidades, foi inevitável mencionar a análise proposta por Frege das entidades numéricas, em seu *Grundlagen der Arithmetik*. Ao fazermos isso, obtivemos as bases e noções necessárias para uma investigação de sua ontologia de entidades abstratas, que segundo alguns autores apresenta um caráter fortemente platonista. Assim, apresentamos a noção de platonismo a partir de alguns autores, e tornamos, por fim, clara esta noção a partir da análise feita por Øystein Linnebo²²⁸, que apresentou-nos três teses platonistas centrais: independência, existência, e abstração. Percebemos, assim, que tais marcas platonistas se adequavam muito bem ao realismo fregeano de entidades abstratas.

No capítulo seguinte, nos propomos esclarecer o que Frege tinha em mente quando utilizava a expressão “psicologismo”, e para isso recorremos a uma análise, em grande parte, de cunho histórico, baseada fundamentalmente na investigação de Hans Sluga²²⁹. Buscamos as possíveis bases teóricas para esta doutrina, sugerindo mesmo sua herança nas teorias ideacionistas da modernidade, como forma de encontrar um fio condutor que justifique os ataques relacionados à tradução para *Vorstellung* que propomos, a saber, o termo “idéia”. Assim, percebemos que o psicologismo localizado no século XIX tem uma relação essencial com a emergente psicologia experimental daquele período, tendo em vista principalmente o surgimento do primeiro laboratório de psicologia experimental em 1879, fundado pelo fisiólogo alemão Wilhelm M. Wundt (1832-1920).

Nesta relação, vemos ao menos dois pontos fundamentais de apoio, o empirismo inglês de autores como Stuart Mill e o modelo de objetividade das ciências naturais, como supomos no último capítulo desta dissertação. Nesse sentido, partimos para um resgate das bases naturalistas de tal psicologismo, através das análises de Sluga. Tal análise buscou entender como um possível rechaço de muito do que se entendia como pensamento especulativo se fundamentava na expansão científica em meados do século XIX. Sluga atribui tal expansão a uma série de transformações sociais, históricas, políticas e filosóficas, que culminam de certa maneira com o próprio declínio do hegelianismo, e o advento de algumas

²²⁸ Cf. Linnebo, 2009.

²²⁹ Cf. Sluga, 1980.

descobertas científicas, como indica Friedrich Engels²³⁰ em seu artigo sobre o declínio da filosofia clássica alemã no século XIX. Assim, dedicamos algumas páginas deste capítulo a duas relevantes figuras deste naturalismo de bases científicas: Otto Gruppe e Heinrich Czolbe, tratando, respectivamente, de uma espécie de relação entre linguagem e naturalismo, do primeiro, e da perspectiva fisiológica por trás do psicologismo presente no pensamento do último desses autores.

Destarte, após especularmos acerca da historicidade do psicologismo, através, principalmente, da evolução e do uso do termo “idéia” e da ascensão do naturalismo naquele século, retornamos à apreciação do pensamento fregeano, dando ênfase desta vez ao seu “diálogo” com alguns autores considerados por ele como psicologistas. Apesar de citar alguns outros emblemáticos autores em seus escritos, como Immanuel Kant e Edmund Husserl, por exemplo, e de em relação a este ser direcionada uma veemente crítica antipsicologista²³¹, é na figura de John Stuart Mill que percebemos a maior representatividade do psicologismo alertado por Frege. Essa perspectiva adotada por nós talvez se fundamente pela própria influência que seu empirismo teve nas idéias dos naturalistas oitocentistas.²³²

Nesse momento, contamos com o suporte das análises de Martin Kusch²³³ acerca do desenvolvimento do próprio psicologismo, e que acaba por desenhar muito bem os contornos desse “diálogo” entre Mill e Frege. Como vimos, essa querela entre tais autores volta à tona no último capítulo, principalmente, pelas distintas concepções de lógica que cada um desses pensadores sustenta. Talvez, a questão que mais representa tal disparidade teórica seja a tentativa de subordinação da lógica à ciência psicológica, como se de alguma maneira a primeira não passasse de um mero ramo desta última. Frege, por sua vez, claramente separa esses dois ramos do conhecimento no início de seu artigo *Der Gedanke*, ao atribuir características distintas a cada um deles, como, por exemplo, as relativas à objetividade e subjetividade.

²³⁰ Cf. Engels, s/d.

²³¹ Cf. Frege, 1972.

²³² Um estudo específico acerca das influências fregeanas na posterior posição antipsicologista de Husserl seria de grande relevância, levando em conta ainda as semelhanças e, principalmente, as disparidades entre as ontologias que o pensamento de cada um deles propõe. Assim, para uma análise comparativa dessas duas estruturas ontológicas ver, por exemplo, o artigo de Barry Smith: “Frege and Husserl - The Ontology of Reference”. In: *Journal of the British Society for Phenomenology*, Vol. 9 No.2, May 1978.

²³³ Cf. Kusch, 2007.

Com isso, no último capítulo, após recapitularmos alguns dos pontos tratados nos antecedentes, resgatando nossa proposta de vislumbrar, mesmo que brevemente, as teorias ideacionistas modernas, tentamos mostrar como, de alguma forma, o termo “idéia” caracteriza muito bem o psicologismo, e como tanto o materialismo dos naturalistas quanto o empirismo podem desembocar em alguma espécie de idealismo, ou melhor, um tipo de **ideacionismo**. Para isso, recorreremos a alguns momentos em que Frege trata justamente da perspectiva puramente fisiológica, e como ele constrói uma crítica a esta visão, tanto no *Der Gedanke* quanto no *Logik*.

Na seção seguinte desse mesmo capítulo, buscamos dar alguma forma ao argumento antipsicologista baseado nas teses que Frege sustenta ao longo de sua obra contra o psicologismo. E, logo em seguida, contemplamos a análise de Dale Jacquette, e passamos a analisar cada um dos oito argumentos ou objeções, sugeridos por este autor, que vão de encontro à tentativa psicologista de redução da lógica. Inevitavelmente, trouxemos à tona, mais uma vez, o pensamento de Mill, e tentamos corroborar a crítica fregeana com análises do próprio Edmund Husserl²³⁴, outrora alvo de duras críticas antipsicologistas de Frege.

Nesse sentido, retomamos certas observações de Frege diante de alguns dos pontos que tratamos, e talvez a que mais tenha impacto seja a que diz respeito à maneira que ele concebe a lógica – não como uma ciência descritiva, mas ao mesmo tempo longe de uma prescritividade ao modo, por exemplo, da ética, mas através de um processo de descoberta, isto é, que busca encontrar as leis que regulam nosso próprio pensar. Para isso, resgatar sua noção de lei do pensamento foi fundamental.

Na apreciação das objeções apontadas por Jacquette, dois pontos podem ser colocados em destaque: em primeiro lugar, a sugestão que, segundo Jacquette, por trás do que se tem como antipsicologismo existe um grande recurso à autoridade, e esta é sustentada por figuras como a do próprio Frege; e, o outro ponto, que parece ser a pretensão principal de Jacquette, diz respeito à uma tentativa de resgatar a disputa entre psicologismo e antipsicologismo, ao levar em conta a atual configuração de disciplinas como a lógica e a psicologia. Parece claro que a avaliação de Jacquette oferece uma atenção maior à disputa no âmbito da filosofia da lógica, apesar da ampla repercussão desta querela em outros campos, mesmo que percebamos uma menção, em algum dos pontos tratados, ao contexto da filosofia

²³⁴ Cf. Husserl, 2005.

da matemática. Este também acabou por ser o caminho que optamos por traçar dentro desta discussão, pelo menos, este é o percurso que acabamos por dar maior ênfase nas últimas páginas deste trabalho.

Na maioria dos momentos o que notamos é uma tentativa de redenção da perspectiva psicologista a todo custo por parte de Jacqueline. Contudo, muitas pontas parecem soltas em cada um dos campos em questão, tanto na psicologia quanto na lógica. Estas “ciências” parecem necessitar sanar alguns problemas em seu próprio cerne, algumas disputas que surgiram em seu amadurecimento, antes de partirem para alguma solução ou mediação na disputa entre psicologismo e antipsicologismo.

Relembrando uma observação do próprio Frege, no que tange à maneira pela qual devemos conceber a natureza dos conceitos, que segundo este autor deve ser essencialmente lógica e não psicológica, e muito menos uma mistura dessas duas naturezas, apesar do próprio Frege levantar essa possibilidade. Laurence & Margolis²³⁵ parecem sustentar esta última posição, pois ao lançarem a pergunta “**O que é um conceito?**” afirmam que “[...] motivações poderosas têm sido oferecidas como suporte a ambas as abordagens. [...] [E] ao contrário de Frege, [...] a posição resultante é perfeitamente coerente e merece ser considerada.”²³⁶

Relacionar uma visão psicológica e uma visão semântica parece ser o maior desafio dos dois autores. Apesar da aparente oposição entre as duas visões, eles insistem nesta *Mixed View*, e a se questionar de que maneira poderíamos canalizar as vantagens que cada uma tem a oferecer. Laurence & Margolis apresentam duras críticas em relação à abordagem fregeana contra representações mentais (idéias), segundo a qual indivíduos não podem compartilhar literalmente representações mentais, pois estas são únicas nas mentes de quem ocorre por caracterizarem-se enquanto experiências subjetivas em uma consciência. Segundo eles, as teorias contemporâneas das representações mentais não limitam estas a meras imagens mentais na consciência.

O principal problema com o argumento, entretanto, é que sua aceitabilidade liberou uma confusão *type-token*. Frege está naturalmente correto que cada pessoa tem sua

²³⁵ Laurence & Margolis. *The Ontology of Concepts – Abstract Objects or Mental representations?* NOUS 41:4 (2007) 561-593.

²³⁶ “[...] powerful motivations have been offered in support of both frameworks. [...] [And] unlike Frege, [...] the resulting position is perfectly coherent and well worth considering. (Laurence & Margolis, 2007. p.561, tradução nossa; colchetes nossos).

própria representação mental *token* única, mas a questão é se diferentes *tokens* em diferentes mentes podem ser do mesmo *type*, e nós não vemos nenhuma razão pela qual eles não possam ser.²³⁷

Como já vimos, para Frege, apesar de podermos traçar diferenças entre as idéias que diferentes indivíduos têm, isso não quer dizer que consigamos estabelecer uma exata comparação entre elas, e isso se dá, porque não podemos tê-las ao mesmo tempo em uma única consciência. Além de nunca podermos ter certeza que outro indivíduo associa a mesma representação com as mesmas palavras que eu. Com isso, não podemos tornar o sucesso da comunicação entre indivíduos dependente da associação de idéias com seus respectivos sinais ou palavras.

Diante disso, Laurence & Margolis afirmam que o que de fato é relevante na comunicação, ou melhor, para que esta seja bem sucedida, é que seus interlocutores estejam falando sobre a mesma coisa, e não que eles **saibam** que estão falando sobre a mesma coisa. E disso decorre que não precisam também ter **certeza** disso. O que interessa nesse caso é a maneira como eles se interpretam, ou seja, como interpretam as declarações um do outro.

Estes autores sustentam que os argumentos contra representações mentais ignoram o fato de existirem várias maneiras de tipificar (*typing*) representações mentais *tokens*. “Assim como duas palavras tipificadas (*typed*) não-semanticamente podem ter o mesmo conteúdo (a palavra inglesa ‘cat’ e a palavra francesa ‘chat’), diferentes representações mentais tipificadas (*typed*) não-semanticamente podem ter o mesmo conteúdo.”²³⁸ E, ainda asseguram que as duas estruturas teóricas “(...) podem ser combinadas para sustentar que conceitos são representações mentais “*typed*” em termos dos sentidos que eles expressam”²³⁹.

A sugestão é que representações mentais podem apresentar um referente de diferentes maneiras em virtude de expressar diferentes sentidos. Sentidos continuam a ser entidades intermediárias, permanecendo entre expressões e referentes, mas

²³⁷ “The main problem with the argument, however, is that its plausibility turns on a type-token confusion. Frege is certainly right that each person has her own unique mental representation tokens, but the question is whether different tokens in different minds can be of the same type, and we see no reason why they can’t be.” (Laurence & Margolis, 2007, p. 567, tradução nossa).

²³⁸ “Just as two words typed non-semanticly can have the same content (the English word “cat” and the French word “chat”), different mental representations typed non-semanticly can have the same content.” (Laurence & Margolis, 2007, p. 569, tradução nossa).

²³⁹ “[...] can be combined by maintaining that concepts are mental representations *typed in terms of the senses they express*.” (Laurence & Margolis, 2007, p. 569, tradução nossa; colchete nosso).

somente agora as expressões em questão ocorrem em um sistema interno de representação.²⁴⁰

Apesar de sustentar uma abordagem mista da natureza dos conceitos, de assegurar um lugar para a noção de sentido fregeana ao não identificar representações com significados, mas sim afirmar que representações têm significado, a proposta dos autores parece sustentar uma das bandeiras em voga. A de que conceitos são representações mentais. Mencionamos esta pesquisa também a fim de tentar corroborar com a proposta que o próprio Jacquette faz em seu texto, o de tentar trazer a discussões para bases atuais. Salientamos ainda que esta foi somente uma das muitas discussões que poderiam ser aludidas aqui. E, ao mencionarmos tais casos, esperamos indicar vias para futuras investigações no âmbito da principal disputa tratada nesta dissertação.

Com isso, esperamos ter conseguido alcançar o objetivo proposto desde o início desta dissertação. Analisar cautelosamente o antipsicologismo fregeano, e para isso resgatar a caracterização do psicologismo como se configurava no período em que Frege lançou suas duras críticas, e sempre vislumbrando a atualidade do pensamento deste autor.

²⁴⁰ “The suggestion is that mental representations can present a referent in different ways in virtue of expressing different senses. Senses continue to be intermediary entities, standing between expressions and referents, only now the expressions in question occur in an internal system of representation.” (Laurence & Margolis, 2007, p. 569, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

BEANEY, Michael (ed.). **The Frege Reader**. Oxford; Massachussetts: Blackwell Publishers, 1997.

BURGE, Tyler. Frege on Knowing the Third Realm. **Mind** (New Series). Vol. 101, N. 404. (Oct., 1992), pp. 633-650.

DA SILVA, Jairo José. **Filosofias da matemática**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DE OLIVEIRA, Roberta Pires. **Semântica formal: uma breve introdução**. Campinas, SP: Mercado das letras, 2001.

DOS SANTOS, Luiz H. L. A essência da proposição e a essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**; tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique L. Santos. 3ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

DUMMETT, Michael. **Frege: philosophy of language**. London: Harper & Row, Publishers, 1973.

_____. **La verdad y otros enigmas**. Traducción de Alfredo Herrera Patiño. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990. (título original: Truth and other enigmas – 1978).

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. s/d. Disponível em: <<http://www.nucleomarxista.org/fimdafilo.htm>>. Acesso em: 18.04.2004. (sem indicações de tradutor ou edição; originalmente publicado em 1886).

FORSTER, Michael. **Johann Gottfried Herder**. 2001. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/herder/>>. Acesso em: 17.04.2009. (Stanford Encyclopedia of Philosophy).

FREGE, Gottlob. Function and Concept. Translated by P. T. Geach. In: GEACH, Peter & BLACK, Max (Ed.). **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1960.

_____. On Concept and Object. Translated by P. T. Geach. In: GEACH, Peter & BLACK, Max (Ed.). **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1960.

_____. On Sense and Reference. Translated by Max Black. In: GEACH, Peter & BLACK, Max (Ed.). **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1960.

_____. What is a Function? Translated by P. T. Geach. In: GEACH, Peter & BLACK, Max (Ed.). **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1960.

_____. On Foundations of Geometry. In: KLUGE, E.-H.W. **GOTTLÖB FREGE: On the Foundations of Geometry and Formal Theories of Arithmetic**. Translated and Introduction by Eike-Henner W. Kluge. New Haven and London: Yale University Press, 1971.

_____. Review of Dr. E. Husserl's Philosophy of Arithmetic. Translated by E. W. Kluge. **Mind** (New Series). Vol. 81, Nº 323 (Jul., 1972), 321-337.

_____. **Sobre a justificação científica de uma Conceitografia**. Trad. Luís Henrique dos Santos. 1ª ed. São Paulo: abril cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Os fundamentos da Aritmética: uma investigação lógico-matemática sobre o conceito de número**. Trad. Luís Henrique dos Santos. 1ª ed. São Paulo: abril cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Lógica e filosofia da linguagem**. (seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado). São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. Logic. Translated by Peter Long and Roger White. In: BEANEY, Michael (ed.). **The Frege Reader**. Oxford; Massachusetts: Blackwell Publishers, 1997.

_____. O pensamento – uma investigação lógica. Organização, tradução e notas de Paulo Alcoforado. In: **Investigações Lógicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. (Coleção: FILOSOFIA 141).

_____. A negação – uma investigação lógica. Organização, tradução e notas de Paulo Alcoforado. In: **Investigações Lógicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. (Coleção: FILOSOFIA 141).

_____. Leis básicas da Aritmética (Prólogo). In: **Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong**. Organização, tradução e apresentação de Celso R. Braidão. Desterro: edições nefelibata, 2005.

GEACH, Peter & BLACK, Max (Ed.). **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1960.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**; trad. Cezar Augusto Mortari, Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: ED. UNESP, 2002.

HACKING, Ian. **Por que a linguagem interessa a filosofia?** Tradução de Maria Elisa Marchini Sayeg. São Paulo: Editora Unesp; Cambridge University Press, 1999.

HALE, Bob. Frege's platonism. **The Philosophical Quarterly**. Nº 34: 224-241 (1984).

HUSSERL, Edmund. **Investigação Lógicas. Primeiro Volume: Prolegômenos à Lógica Pura**. Trad. Diogo Ferrer; Dir. Pedro M. S. Alves. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.

JACQUETTE, Dale. Introduction: Psychologism: The Philosophical Shibboleth. In: JACQUETTE, Dale. **Philosophy, Psychology, and Psychologism: Critical and Historical Readings on the Psychological Turn in Philosophy**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. (Philosophical Studies Series 91).

KLUGE, Eike-Henner W. **The metaphysics of Gottlob Frege: an essay in ontological reconstruction**. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1980.

KNEALE, William & KNEALE, Marta. **O desenvolvimento da lógica**. 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbeunkian, 1991.

KUSCH, Martin. **Psychologism**. 2007. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/psychologism/>>. Acesso em: 25.05.2008. (Stanford Encyclopedia of Philosophy).

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAURENCE, Stephen & MARGOLIS, Eric. The Ontology of Concepts – Abstract Objects or Mental representations? **NOUS** 41:4 (2007) 561-593.

LINNEBO, Øystein. **Platonism in the Philosophy of Mathematics**. 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/platonism-mathematics/>>. Acesso em: 15.09.2009. (Stanford Encyclopedia of Philosophy).

MENDONÇA, W. P. & STEKELER-WEITHOFER, P. **Was Frege a Platonist?** In *Ratio* XXIX: 96-110 (1987).

MORAVCSIK, Julius. **Platão e platonismo. Aparência e realidade na ontologia, na epistemologia e na ética**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: edições Loyola, 2006.

RECK, Erich H. **Frege on Numbers: Beyond the Platonist Picture**. 2005. Disponível em: <<http://www.faculty.ucr.edu/~reck/Reck-F.onNumbers.pdf>>. Acesso em: 14.08.2009. (Stanford Encyclopedia of Philosophy).

SIMPSON, Thomas Moro. **Pensamento, Linguagem e Realidade**; trad. Paulo Alcoforado. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SLUGA, Hans D. **Gottlob Frege: The Arguments of the Philosophers**. London and New York: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1980.